

**LORENA ANDRÉA DA COSTA**

**INFÂNCIA E VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR:  
OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS PARA CRIANÇAS VÍTIMAS**

**Goiânia  
2004**

**LORENA ANDRÉA DA COSTA**

**INFÂNCIA E VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR:  
OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS PARA CRIANÇAS VÍTIMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa

**Goiânia  
2004**

**LORENA ANDRÉA DA COSTA**

**INFÂNCIA E VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR:  
OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS PARA CRIANÇAS VÍTIMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Sônia Margarida Gomes Sousa  
Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Dr. Fernando González Rey  
Universidade Católica de Goiás

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Irene Rizzini  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por fotocópia ou processos eletrônicos.

Assinatura \_\_\_\_\_ Local e Data \_\_\_\_\_

*À minha mãe, Sônia, que sempre deu seu apoio incondicional, tanto à minha vida profissional, quanto pessoal.*

*Ao meu esposo, Maximiliano, pelo amor e companheirismo.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Doutora Sônia Margarida Gomes Sousa, que com sabedoria e serenidade, compreendeu pacientemente minhas angústias, medos e inquietações decorrentes da construção do trabalho.

Aos professores do mestrado que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal, em especial, ao Doutor Fernando González Rey, que com suas sábias palavras, me fez acreditar em minha capacidade intelectual; pelas preciosas observações, na banca de qualificação, e pela generosa disposição de participar da banca examinadora.

Ao Doutor Benedito Rodrigues dos Santos pela grandiosa contribuição na banca de qualificação.

À Doutora Irene Rizzini por dispor-se, a participar da banca examinadora.

Às colegas do mestrado Daniela e Livia (de forma especial, pelas leituras do trabalho) e aos colegas pesquisadores Rogério, Thaís, Aline e pelo auxílio nas entrevistas, Chirs Helen, em especial Renata, por também estar sempre presente acalmando minhas inquietações nesta difícil caminhada.

Às amigas Suzie e Ivana, que me deram força, apoio e compartilharam comigo as alegrias e angústias do processo de aprendizado.

À minha família – vovó Edna, meu pai Carlos Antônio, meus irmãos KK e K-din, minhas cunhadas Lilce e Débora, e minha única e maravilhosa sobrinha, Paola: alicerce e incentivo nesta jornada – e, com um carinho especial, à minha mãe, Sônia, pelo apoio permanente e intenso amor em todos os momentos.

Ao Max, meu esposo, sinônimo de compreensão e imenso amor: força maior para eu chegar até aqui.

A todas as crianças – Taila, Fernanda, Katleen, Lucas, Gustavo, Antônio e Thiago – que, com suas histórias de vida, me ensinaram que é necessário e possível lutar por uma vida melhor.

A Zezé, que, com dedicação e competência, revisou a dissertação e mais do que isso me deu muito estímulo no processo de construção do trabalho.

A todos que de alguma forma colaboraram na construção desse trabalho.

## RESUMO

Com o objetivo de compreender os significados e sentidos, para crianças vítimas de violência física intrafamiliar, de viverem submetidas à violência, procedeu-se a uma breve revisão, de caráter histórico, sobre a violência contra criança, revendo as concepções de infância, desde a Idade Média até a Idade Contemporânea. Na pesquisa foram levantadas as ocorrências registradas na Delegacia de Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, para uma melhor visualização do fenômeno em Goiânia e, posteriormente, foram escolhidas entre essas ocorrências, sete crianças a serem entrevistadas, sendo três do sexo feminino e quatro do sexo masculino. A metodologia fundamentou-se na abordagem sócio-histórica proposta por Vigotski. Tomando as categorias criança e violência física intrafamiliar, consideradas em sua historicidade, buscou-se compreender a partir da fala das crianças, os significados e sentidos da violência vivida por elas. Essas categorias foram estudadas em associação com outras como adultocentrismo e hierarquia de poder, percebidas como algo natural no interior das famílias e na sociedade de forma geral, apesar da proteção legal representada pelo ECA. A violência intrafamiliar produz uma singularidade do relacionamento familiar e das referências culturais da criança, uma vez que a família perde seu lugar privilegiado de instituição socializadora e protetora, e a convivência entre seus membros também perde seu sentido original, passando a reforçar os valores do patriarcalismo e da inferioridade da infância, que leva as crianças a viver em um ambiente de medo e insegurança. Embora o sofrimento seja demonstrado a cada momento, como a família é um locus de proteção estabelecido culturalmente, as crianças têm sonhos e esperanças de um futuro mais digno, sempre relacionado a uma possível democracia familiar. A violência física intrafamiliar contra crianças é inerente, portanto, aos conceitos e às regras sociais que norteiam a prática do agressor e de sua família, e nela se explicita a relação entre o individual e o social, na medida em que a família integra as condições e a lógica que produzem a violência. O que se busca na realização de pesquisas nessa área, através da epistemologia qualitativa, é encontrar formas que contribuam tanto para a prevenção da violência, quanto para a elaboração de propostas psicossociais de trabalho voltadas para as famílias, visando a garantia de desenvolvimento emocional e físico saudável para as crianças de forma geral.



## **ABSTRACT**

With the goal of understanding the meanings and senses, for children victims of physical intra-familial violence, of they live submitted to the violence, it was proceeded to a brief revision, of historical character, about the violence against child, resells the conceptions of childhood, since the Medium Age until the Contemporary Age. In the research, it was lifted the occurrences registered at the Police Station of Investigation of Crimes Against Children and Adolescents, to a better visualization of the phenomenon in Goiania and, later, it was chosen among those occurrences, seven children to be interviewed, being three of the feminine sex and four of the masculine sex. The methodology was based in the socio-historical approach proposed by Vygotsky. Taking the categories child and physical intra-familial violence, considered in their history, it was searched to understand, starting from the children's speeches, the meanings and senses of the cultural values that reinforce the practice of the violence. Those categories were studied in association with other as adult-centrism and hierarchy of power, perceived as something natural inside the families and in the society in a general way, in spite of the legal protection represented by ECA. The intra-familial violence produces a singularity of the family relationship and of the child's cultural references, once the family loses its privileged place of socialized and protecting institution, and the coexistence among its members also loses its original sense, starting to reinforce the values of the patriarcalism and of the inferiority of the childhood, that takes the children to live in a fear and insecurity environment. Although the suffering is demonstrated to every moment, as the family is an established culturally protection locus, the children have dreams and hopes of a worthier future, always related to a possible family democracy. The physical intra-familial violence against children is inherent, therefore, to the concepts and the social rules that orientate the aggressor's practice and of his family, and into it explicit the relationship between the individual and the social, in the measure in that the family integrates the conditions and the logic that produce the violence. What is searched for in the accomplishment of researches in that area, through the qualitative epistemology, it is to find forms that contribute so much to the prevention of the violence, as for the elaboration of proposals work psychosocial returned to the families, seeking the warranty of emotional and physical development healthy for the children in a general way.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>15</b>
O desvelamento da idéia de infância: os estudos de Ariès e Charlot.....	15
A história social da infância no Brasil.....	20
Relação entre infância e violência.....	25
Violência intrafamiliar.....	26
Violência física intrafamiliar.....	28
O ECA como instrumento legal de combate à violência contra criança.....	31
<b>CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS: CASOS REGISTRADOS NA DELEGACIA ESPECIALIZADA.....</b>	<b>34</b>
Delegacia de Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes.....	35
A violência contra crianças em Goiânia a partir da DICCA.....	39
<b>CAPÍTULO 3 – OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA PARA AS CRIANÇAS VÍTIMAS.....</b>	<b>55</b>
Crianças participantes da pesquisa.....	55
Contexto sociofamiliar.....	57
Análise das entrevistas.....	58
Violência vivida.....	59
O cotidiano.....	59
História da violência.....	61
As diversas modalidades de violência.....	65
Desejo de punição aos agressores.....	66
Violência sentida.....	68
Ser criança.....	68
Infância sofrida.....	70

O grito de socorro.....	72
Sonhos violentados.....	74
Sonhos.....	74
Perspectivas.....	76
Violência e ideologia.....	78
Naturalização da violência.....	78
Idealização da família.....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM CRIANÇA.....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE D – PRANCHAS.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE E – COMPLETAR FRASES.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO A – DIÁRIO OFICIAL.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXO B – TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO C – BOLETIM DE OCORRÊNCIA.....</b>	<b>123</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência
BO	Boletim de Ocorrência
CEPAJ	Centro de Estudo Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil
CLAVES	Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância do ABCD
CT	Conselho Tutelar
DICCA	Delegacia de Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LACRI	Laboratório de Estudos da Criança
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
NIAF	Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família
TCO	Termo Circunstancial de Ocorrência
UCG	Universidade Católica de Goiás
VAE	Vice Reitora para Assuntos Comunitários e Estudantis

## INTRODUÇÃO

A violência é um dos poucos problemas sociais que mobiliza de forma abrangente a opinião pública. Não sem razão, pois afeta toda a população, sem distinção de nível social. É um fenômeno que deve ser compreendido a partir de uma visão global do universo em que manifesta, mesmo que apresente aspectos particulares, intrinsecamente ligados ao seu caráter histórico e social.

Assim, a violência deve ser analisada numa perspectiva em que os elementos que compõem a forma de organização social, bem como os múltiplos aspectos do processo de humanização sejam explicitados. Esta é, pois, uma proposta de um estudo crítico da violência, interessada em desvendar as questões histórico-culturais que se ocultam sob sua manifestação.

O fenômeno da violência não pode ser analisado sob um aspecto único. De acordo com Maffesoli (1987, p. 41), em relação ao fato social, uma pluralidade de valores deve ser considerada: “Só podemos apreciar a violência nos limites de seu contexto social”.

Adorno (1988, p. 5), com base em uma concepção sociológica crítica, apresenta a violência como uma forma de relação social: “fenômeno socialmente construído, incorporado como legítimo e mesmo como imperativo, a violência prende-se às próprias condições de constituição e de funcionamento de uma sociedade de homens livres”.

Vista desse modo, a violência expressa modelos de comportamentos vigentes em uma sociedade, resultante de determinado processo histórico. Essa “leitura” do fenômeno da violência traz a compreensão de que ela nada mais é que uma forma de relação social, gerada pelo modo como os homens (re) produzem suas condições sociais. Assim, a violência expressa padrões de sociabilidade, modelos de vida vigentes em uma sociedade, em um determinado momento do seu processo histórico.

A filósofa Marilena Chauí (1980, p.16), de certo modo, também segue nessa mesma direção ao definir a violência:

Processo de redução de um sujeito à condição de coisa, visando retirá-la do contexto que a define como transgressão de regras e de leis para pensar nestas regras e nestas leis como portadoras de violência. Em outras palavras, a violência se encontra originalmente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e da sua interiorização e não do lado da violação dos costumes e das leis. Em suma, estamos habituados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade (é assim, aliás, que está apresentada pelos jornais e pelas comissões estatais quando, na verdade, seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado).

Sua definição coloca a violência num plano subjetivo, de relações psicossociais autoritárias, destacando aspectos de respeito à diversidade, característica humana fundamental, que nem sempre é reconhecida. Existe a violência quando um indivíduo ou uma instituição, valendo-se de meios psíquicos ou físicos, gera forma de subjetivação que impede a manifestação do indivíduo. E, ainda, ocorre violência sempre que diferentes convertem-se em desiguais e a desigualdade, numa relação entre superior e inferior. A violência como ação transforma o ser humano em coisa, em objeto. Sob o mesmo prisma, Adorno (1995) ressalta que as pessoas que cometem atos violentos percebem o outro como coisa. Portanto, discutir, neste estudo, a violência contra crianças no âmbito familiar, entendida como uma das múltiplas formas de expressão da violência, é uma tentativa de colaborar para uma compreensão ampla desse fenômeno, considerando-o um processo social, um mecanismo de expressão da sociedade, uma resposta associada à forma de poder vigente.

O interesse pelo tema da violência física intrafamiliar contra crianças foi despertado nas reuniões do Núcleo de Infância, Adolescência e Família – NIAF, juntamente com os trabalhos realizados no Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia

Juvenil – CEPAJ.<sup>1</sup> Posteriormente, a leitura de autores como Azevedo e Guerra (1993), Roure (1996), Sousa (2001) e outros, que se dedicam a pesquisas nessa área e elucidam a pouca bibliografia existente, ressaltando que das diversas formas de violência, a física é, de certa forma, a mais “autorizada”, com isso delineou a dimensão da problemática, estimulando a disposição de aprofundar o conhecimento de sua complexidade.

A violência representa um grande problema para a humanidade. No campo da história da sociabilidade, a complexa busca da ordem, alcançada sempre por meio de controle social, tem legitimado formas e práticas de violência que abrangem, desde as mais primitivas até as muito sofisticadas. Entretanto, na abordagem do processo histórico de constituição da violência, algumas instituições foram preservadas de um olhar crítico que buscasse nelas elementos de violência. A família, especialmente, porque se configurou como espaço, por excelência, da socialização, foi, durante muito tempo, poupada.

Em regra, tudo o que diz respeito ao contexto familiar tem sido tratado de forma natural pela sociedade, conseqüentemente, essa naturalidade estende-se também à ação dos órgãos de defesa da criança. Assim, permanece “oculta” a realidade que existe nos lares, suplantada pela crença em uma família idealizada e “protetora”.

Ao estudar-se a violência no âmbito familiar, é indispensável levar em consideração que não existe um modelo único de família, e, sim, *famílias*, com estilos e formas próprias de se constituir, conforme a dinâmica da organização da sociedade em cada momento histórico. Todavia, mesmo que sua forma de composição possa ser variável, conforme o contexto sócio-histórico, há uma história da família e esta é marcada por práticas de violência em diferentes momentos. Os estudos históricos, por exemplo, Ariès e Del Priore apontam que no espaço familiar, não se poupou a mulher nem tampouco a criança.

No caso do Brasil, historiadores têm mostrado, mesmo que de modo ainda esparso, que o problema da violência física contra crianças tem registro, desde que aqui chegaram os europeus. Castigos e ameaças contra crianças foram introduzidos no Brasil colonial, pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, que aqui chegaram em 1549 (DEL

---

<sup>1</sup> Este centro, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (VAE), da Universidade Católica de Goiás, funciona desde 1983, e sua prática está voltada para o atendimento a crianças, adolescentes e famílias vítimas das diversas formas de violência.

PRIORE, 2000). Na verdade, os registros de violência e sujeição da criança a uma condição de inferioridade vêm de longa data na história da humanidade (ARIÈS, 1978; ADORNO e HORKHEIMER, 1982; FREYRE, 1987). Apenas ganha contornos específicos e mais acentuados no sistema capitalista de produção.

Pode-se dizer que, de certo modo, a violência física intrafamiliar contra crianças é uma forma autorizada de violência (GUERRA, 1985). Em muitos casos, sequer causa indignação, posto que, culturalmente, cabe aos pais a educação de seus filhos, e o disciplinamento corporal parece intrínseco a esse processo. Contudo, este estudo chama a atenção para a complexidade do fenômeno e a precariedade de estudos e pesquisas nacionais sobre este tema.

Tem havido avanços em relação à defesa dos direitos da criança, principalmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1993) – sem dúvida, uma importante iniciativa de construção de políticas públicas. O ECA propõe medidas de intervenção em casos de família agressora, tanto ao proteger a vítima, quanto ao estabelecer formas de atuação com vistas a sanar a necessidade de prevenção do fenômeno, visto que mais do que vítimas, as crianças são sujeitos de direitos.

Entende-se, neste estudo, que a violência contra crianças está relacionada à tríade pai-criança-sociedade. Assim, o que se propõe é tão-somente aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre o fenômeno, contribuindo para esclarecer suas causas, a partir da ótica da criança que vive a violência. A definição do tema – “infância e violência física” – é, pois, uma tentativa de apresentar e analisar a fala e a vivência das crianças vítimas de violência intrafamiliar, procurando valorizar seu discurso perante a sociedade, a fim de contribuir na construção de políticas públicas adequadas que auxiliem no enfrentamento da violência.

#### **- Pressupostos teórico-metodológicos**

Com o intuito de compreender a problemática da violência física intrafamiliar contra crianças sob o prisma da subjetividade, que não se revela apenas na exterioridade, buscou-se o aprofundamento da temática, por meio de um estudo qualitativo,



fundamentado na perspectiva teórico-metodológica da teoria sócio-histórica de Vigotski.<sup>2</sup> De acordo com Vygotsky (1998), os fenômenos devem ser compreendidos a partir de sua dinâmica e de sua gênese, retratando a história. Importa buscar sua essência, que muitas vezes pode ser muito diferente de sua forma ou aparência. Vigotski propõe uma metodologia na qual as situações não sejam rigidamente controladas e, sim, que se dê oportunidade ao sujeito de expressar-se.

Para Vigotski, a busca da fala dos sujeitos é imprescindível, pois é a expressão de sua historicidade, da dimensão concreta do processo histórico que é a dimensão social. De acordo com Aguiar (2001), a fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar, no momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade. Cabe ao pesquisador o esforço analítico de ultrapassar essa aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito como motivações, necessidades, interesses (que são, portanto, individuais e históricos), para chegar ao sentido atribuído pelo sujeito.

A fala das crianças é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência física intrafamiliar. Pela fala, elas expressam seus pensamentos, cujos significados e sentidos são possíveis apreender e compreender. No entanto, estes recebem a influência do viés da construção/interpretação que é feita pelo pesquisador na organização do trabalho (GONZÁLEZ REY, 1999).

Para um melhor entendimento do processo histórico da fala, Vygotsky (1998, p.181) refere-se a sentido e significado, assim definidos:

O sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa.

---

<sup>2</sup> O nome Vigotski é utilizado nesse trabalho com essa grafia por ser a mais empregada nas traduções para o Português e nas obras de autores brasileiros que o citam. Entretanto, serão respeitadas grafias diferentes, como Vygotski, Vygotsky ou Vigotski, dependendo da referência citada.

Essa distinção, proposta por Vigotski, entre significado e sentido é importante para analisar a fala do sujeito. O significado é mais generalizado e construído ao longo da história social e cultural. Por isso, o significado de algo pode ser o mesmo para várias pessoas, dependendo do contexto. Ele é relativamente estável e fixo, enquanto o sentido é mais pessoal, subjetivo e envolve a emoção do sujeito. É formado pela experiência pessoal e social de cada indivíduo, ou seja, cada pessoa tem um sentido diferente para algo e ele se modifica de acordo com as circunstâncias e a situação de quem o utiliza.

O sentido é, pois, muito mais amplo que o significado. É expresso na palavra, mas adquire outros elementos psicológicos, possuindo a presença da emocionalidade: “Torna-se um tipo novo de formação que se caracteriza como estando em movimento constante” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 7. Traduzido do inglês pela pesquisadora). Isso torna ainda maior a responsabilidade do pesquisador quando busca apreender o sentido.

De acordo com González Rey (1999), o papel do pesquisador consiste em apreender a realidade, em ser produtor de um conhecimento e, portanto, a pesquisa deve ser vista como um processo construtivo/interpretativo. A pesquisa qualitativa busca novas formas de produção de conhecimento. Da perspectiva da pesquisa qualitativa, a realidade é vista de forma diferenciada, irregular histórica e está em constante desenvolvimento. O sujeito é ativo no curso da pesquisa e suas respostas revelam um processo complexo, plurideterminado, que exige maior atenção do pesquisador ao definir indicadores relevantes sobre o estudo.

González Rey tem oferecido contribuições à epistemologia qualitativa e define a construção do conhecimento como

um processo aberto, orientado em todo momento sobre formas mais complexas de compreender o fenômeno estudado. O conhecimento é uma forma de seguir, através da produção teórica, uma realidade em desenvolvimento, não um momento acabado sobre uma realidade estática e a-histórica. (GONZÁLEZ REY, 1997, p. 105. Traduzido do espanhol pela pesquisadora).

A epistemologia qualitativa apresenta-se como um processo irregular e contínuo, no qual surgem novos problemas e desafios para o pesquisador. Desse modo, pesquisar, por exemplo, o sentido, que é uma expressão da subjetividade do indivíduo, exige reconhecer que ele se constitui no processo das relações sociais, ou seja, constitui-se e é ao mesmo tempo constituído pela rede de relações em que o indivíduo está inserido.

A propósito da subjetividade, González Rey (1997, p.124) afirma que ela

representa um processo permanente de desenvolvimento no qual cada um de seus momentos constitutivos está estreitamente vinculado à situação vital concreta que enfrenta o sujeito, o qual faz parte, simultaneamente dos sistemas em que está implicado: sua subjetividade e o sistema de relações que o define em sua vida social, ante os quais mantém uma posição ativa, definida como o momento essencial de integração de ambos sistemas em cada novo momento de seu desenvolvimento pessoal.

A epistemologia qualitativa tem um caráter construtivo-interpretativo, em que se retoma a subjetividade na dialética, de tal modo que o sujeito é visto em sua complexidade e dinâmica. O conhecimento, por sua vez, é visto como uma produção, cuja construção sujeito e objeto são subjetividades envolvidas ativamente.

Para realizar uma pesquisa que busca apreender um fenômeno social em sua processualidade, é indispensável a articulação entre teoria, trabalho de campo e as discussões orientadas. Inicialmente, foram elaboradas definições (violência, criança, infância e outros) necessárias ao desenvolvimento da pesquisa e fez-se a revisão da literatura sobre o tema, tendo em vista recursos metodológicos variados à construção do questionário para o levantamento de informações, de modo a abarcar a totalidade do fenômeno.

Foram escolhidos, para esta pesquisa, recursos metodológicos que estimulam a expressão dos sujeitos, pois as questões sobre o estudado, advindas de variadas fontes, adquirem sentido dentro do conjunto de informações produzidas por ele. Assim, interessa ao pesquisador, não o acúmulo de “dados”, mas a dinâmica das idéias produzidas no curso da pesquisa, ou seja, importam as informações obtidas.

Para identificar crianças vítimas de violência, especificamente a violência física, recorreu-se à Delegacia de Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes (DICCA) de Goiânia, que faz parte da Rede de atenção a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência, e é hoje o órgão em que se concentram as ocorrências contra crianças. A fim de tentar abranger o máximo possível o fenômeno investigado, foram reunidas informações de três diferentes fontes, com distintas compreensões dele: informações institucionais, levantamento das ocorrências registradas na DICCA e entrevistas com as crianças (uma das entrevistas segue no apêndice A).

- *Informações institucionais*: levantamento de dados sobre a criação, os objetivos e a atuação da DICCA, a partir do qual a pesquisa foi realizada. Essas informações foram obtidas no *Diário Oficial* (anexo A) e em entrevistas com o presidente da Sociedade Cidadão 2000, que colaborou na criação dessa delegacia e com um escrivão da DICCA. Essas entrevistas foram gravadas em fita cassete, e posteriormente, transcritas. A partir delas e do documento existente – *Diário Oficial* – foi construído um texto cujo objetivo foi situar a delegacia, seus objetivos, propostas e formas de atuação.

- *Levantamento das ocorrências*: levantamento das ocorrências registradas na DICCA, no período de 1º de junho de 2001 a 31 de dezembro de 2002, de crianças vítimas de algum tipo de violência (física, sexual e psicológica) e expostas a outras situações, como negligência, abandono, guarda, subtração de incapaz e desaparecimento.

A partir desse levantamento, foi elaborado um questionário (apêndice B) incluindo todas as informações contidas nos Termos Circunstanciados de Ocorrência – TCO (anexo B) – casos em que a punição é inferior a dois anos de reclusão e nos Boletins de Ocorrência – BO (anexo C) – quando se tratam de crimes cuja punição é superior a dois anos de reclusão. As informações são: tipo de denúncia (violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, subtração de incapaz); data da denúncia; tipificação do denunciante (pai, mãe, avó, CT, outros); endereço e telefone da família (para um possível contato); idade da criança vítima da violência; sexo da criança; idade do autor da violência; sexo do autor; grau de proximidade afetiva ou de parentesco do autor da violência com a criança (pai, mãe, avó e outros) e profissão deste. Os questionários foram organizados e sistematizados por meio do programa estatístico EPIINFO 6.04 (DEAN et alii, 2002) e posteriormente analisados.

O objetivo desse primeiro levantamento era fazer um diagnóstico da violência contra crianças em Goiânia com base nas denúncias,<sup>3</sup> a fim de subsidiar, complementar e até ilustrar o estudo dos significados e sentido da violência para as crianças vítimas, bem como nortear a escolha das crianças entrevistadas.

- *Entrevistas*: as crianças entrevistadas foram selecionadas com base nos seguintes critérios:

- a) idade entre 7 e 11 anos, de ambos os sexos;
- b) ter sido vítima de violência física intrafamiliar<sup>4</sup> (praticada por pais ou responsáveis);
- c) a denúncia da violência na DICCA tenha ocorrido no último semestre de 2002.<sup>5</sup>

A escolha dessa faixa etária, crianças com idade entre sete a onze anos justifica-se pelas seguintes razões: primeiro Vigotski (1998, p.17) afirma que “depois dos sete ou oito anos, o pensamento socializado começa a tomar forma”; segundo o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA que reconhece como criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e, por último, os estudos de Coll (1995), autor que considera a criança a partir de sete anos mais capaz de participar de entrevistas, por ter mais autonomia, experiência e maior capacidade de verbalização e interação.

Na abordagem em que se fundamenta este trabalho, as crianças são compreendidas como seres ao mesmo tempo produzidos na cultura e produtores dela (KRAMER 1997, p.14). Portanto, cada criança entrevistada é reconhecida em sua condição de sujeito histórico, singular, que, a partir das entrevistas, atentando principalmente às falas, revela o seu próprio pensar, olhar, sentir e imaginar a vida. Reconhecê-la como sujeito de direitos e sujeito de sua história pressupõe que ela participe da conversa, que seja ouvida, que suas vontades, desejos e opiniões façam parte de seu discurso. Kramer (1997) insiste que é

---

<sup>3</sup> Ressalte-se que constam do trabalho apenas os casos registrados, mas sabe-se que existem inúmeros outros os quais não chegam a ter registro por motivos diversos: silêncio das vítimas, cumplicidade dos responsáveis, preservação da família, despreparo dos profissionais e outros, que poderiam elevar a estatística existente. Dessa forma, há um *déficit* dos dados referentes à violência e as poucas estatísticas brasileiras impedem, na oportunidade, uma análise quantitativa mais consistente.

<sup>4</sup> Neste estudo, considera-se como intrafamiliar a violência cometida por pais ou responsáveis no âmbito do lar.

<sup>5</sup> A escolha desse período levou em consideração que, sendo ainda recente a denúncia, a localização das crianças seria mais provável.

preciso ter um novo modo de olhar a infância, revelando, a partir da própria criança, seu modo de pensar, sentir e imaginar o mundo.

Na DICCA, foram registradas 373 ocorrências em que crianças foram vítimas de violências diversas durante o período de junho de 2001 a dezembro de 2002 (período considerado neste estudo). Nesse universo, identificaram-se 21 casos de crianças vítimas de violência física intrafamiliar, sendo 19 registrados como TCOs e 2 como BOs (diferenciados mais claramente no capítulo 1). Desse total, 12 mostraram-se inviáveis para a pesquisa, por diversos motivos, entre eles, a dificuldade para contactar as crianças, pois em alguns casos não havia registro de número telefônico e em outros, o número era inexistente, o telefone não atendia ou era engano, a não existência de endereço na ficha de ocorrência e a recusa de participação nas entrevistas por parte dos responsáveis. Assim, foi possível selecionar um total de sete crianças para as entrevistas.

Das sete crianças<sup>6</sup> que foram entrevistadas, três são do sexo feminino e quatro do masculino, todos casos de TCOs. Ressalta-se que, do ponto de vista qualitativo a quantidade de sujeitos pesquisados não é o importante, mas a qualidade de suas expressões (GONZÁLEZ REY, 2002). Depois de selecionadas as crianças, a pesquisadora telefonou aos seus respectivos responsáveis, explicou brevemente a pesquisa, marcou um encontro em suas residências. No primeiro contato, foi explicado o objetivo da pesquisa, posteriormente foram lidas as cláusulas do termo de consentimento e, em caso de concordância, pediu-se autorização por escrito da mãe, com a assinatura de duas testemunhas (apêndice C). Ficou explicitado que poderia haver mais de uma entrevista, conforme a necessidade, até a conclusão do estudo. Após esse consentimento, as entrevistas foram marcadas nas residências das crianças em dias e horários previamente agendados.

As entrevistas foram realizadas sempre nas residências das crianças.<sup>7</sup> Esse procedimento favorece a interação entre pesquisador e sujeito pesquisado, uma vez que aquele, ao adentrar o ambiente do sujeito, tem acesso a importantes fontes informais de informação, o que contribuiu para aprofundar a compreensão da subjetividade individual e social do sujeito, no espaço social deste. González Rey (2002, p. 95) resalta que:

---

<sup>6</sup> As crianças participantes da entrevista puderam ser encaminhadas, mediante solicitação formal do responsável, ao acompanhamento psicossocial do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil da UCG.

<sup>7</sup> Duas pesquisadoras, Renata de Castro e Chris Helen, auxiliaram durante as entrevistas com três crianças, evitando a interrupção pelos adultos.

O reconhecimento da comunicação como processo em que se articula a pesquisa qualitativa em seus diferentes momentos, leva necessariamente à representação da pesquisa como trabalho de campo, em que o pesquisador tem presença e participação constante dentro da instituição, comunidade ou grupo de pessoas que está pesquisando, o que dá acesso a fontes importantes de informação formal.

A fase das entrevistas efetivamente propiciou à pesquisadora a oportunidade de participação no cotidiano e na vida das famílias das crianças entrevistadas, permitindo aprofundar na dinâmica familiar e apreender elementos constitutivos desse contexto. Embora eles não compareçam diretamente no texto, são elementos importantes para a construção desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2002 e ocorreram de diferentes formas. Com a finalidade de facilitar a comunicação entre pesquisador e sujeito pesquisado, foram utilizados processos variados, respeitando o princípio de flexibilidade da pesquisa:

a) primeira entrevista – foi realizado um *rapport*, estabelecendo-se um diálogo com a criança em que a pesquisadora apresentava-se, explicava a pesquisa e seu objetivo, até estabelecer uma relação de confiança. Foi explicada a importância de serem gravadas as entrevistas e depois foram feitas perguntas à criança para compor um perfil de sua rotina. Posteriormente, apresentou-se a ela a família terapêutica, que consiste numa caixa com sete bonecos representando avó, avô, pai, mãe, filho, filha e bebê. A criança conta sua história utilizando esses bonecos.

b) segunda entrevista – foram usadas seis pranchas (apêndice D), criadas pela psicóloga e artista plástica Maria Voula Toubas, que formam uma história de violência na qual a criança vai narrando e a entrevistadora fazendo intervenções, esclarecendo detalhes. A criança pode escolher o final (duas opções). Essas pranchas foram utilizadas anteriormente em uma pesquisa realizada por Sônia M. G. Sousa (SOUSA, 2001), cuja publicação em livro está parcialmente efetivada, embora o volume que inclui o trabalho com as pranchas ainda não tenha sido publicado até o presente.

c) terceira entrevista – foi utilizado o instrumento “Completar frases”, conforme o modelo proposto por González Rey (1997), que o adaptou de Rotter e Rofferty. Trata-se de inícios de frases, selecionados pela pesquisadora de acordo com a realidade da criança (apêndice E), os quais ela deve complementar. Esse instrumento permite à criança pensar sobre sua realidade e possibilita-lhe falar sobre sua vida, seus anseios e suas necessidades.

Foram realizadas ao todo três entrevistas com seis crianças e duas com uma criança, pois o responsável, que era o autor da violência, dificultou o contato. Foram utilizados os instrumentos – o *rapport*, a família terapêutica, as pranchas e o completamento de frases – com todas as crianças, exceto uma.

As entrevistas foram gravadas em fita cassete e transcritas, de forma literal, imediatamente após cada entrevista, a fim de que se estabelecesse maior familiaridade com as informações registradas. Estas foram organizadas em categorias com base nos indicadores, obtidos a partir de informações indiretas, adquiridas durante o processo da pesquisa. González Rey (2002, p.112) introduz o conceito de indicadores

para designar aqueles elementos que adquirem significação graças à interpretação do pesquisador, ou seja, sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação. Nesse aspecto, o subjetivo e o objetivo se integram em uma unidade indissolúvel que só tem valor dentro dos limites do processo em que é produzido.

A definição dos indicadores conduziu à formulação de categorias que permitiram conceituar as questões surgidas durante a pesquisa.

O recurso a esses procedimentos não teve a pretensão de assim esgotar o fenômeno do sentido da violência, mas o objetivo de elucidar possíveis direções para aprofundar sua compreensão.

Depois de realizadas todas as fases da pesquisa empírica baseadas na epistemologia qualitativa, estabeleceu-se intenso diálogo com estudos sobre violência física contra crianças e com as teorias da subjetividade de Vigotski. Subjetividade entendida, por



ele, como sistema complexo de significações e sentidos produzidos na vida cultural humana. Tendo como base a psicologia sócio-histórica, busca-se compreender os subtextos, nos termos de Vigotski (1999), para quem, por detrás do pensamento há uma tendência volitivo-afetiva que detém a resposta ao verdadeiro porquê da análise do pensamento.

### **- Organização dos capítulos**

O estudo que se seguiu ao levantamento de informações, tanto na DICCA quanto nas entrevistas com as crianças, resultou no trabalho que aqui se apresenta, em três capítulos organizados da seguinte forma:

O primeiro capítulo, “Violência contra crianças: uma construção histórica” delinea uma breve trajetória histórica da violência no decorrer dos séculos e analisa as contribuições teóricas que tratam da violência, em especial da violência física intrafamiliar contra crianças. Ariès e Charlot são essenciais nesse momento, por ampliarem a compreensão da infância, em especial nos últimos anos, e fornecerem subsídios para esta.

No segundo capítulo, “Violência contra crianças: casos registrados na DICCA de Goiânia”, contextualiza-se a delegacia, apresentando informações institucionais sobre ela e expõem-se os dados das ocorrências registradas, que são discutidos e relacionados a outros trabalhos afins.

No terceiro e último capítulo, “Os significados e sentidos da violência física para as crianças vítimas”, partindo do discurso das crianças sobre suas vidas, analisa-se a relação que elas têm com os pais (nos casos pesquisados, sempre os autores da violência) e a idealização destes como diferentes da realidade existente, bem como a manifestação de suas inseguranças, seus medos, além dos desabafos em relação à violência vivida em seu cotidiano e o pedido de ajuda para fazer cessar a vida violenta a que estão submetidas.

As informações obtidas contêm categorias fundamentais para a compreensão do fenômeno investigado. Na fala das crianças, encontrou expressão principalmente a constituição de valores mediados pelo fator cultural. Foi muito ressaltado o caráter “consentido” da violência na relação familiar, vivida na maioria das famílias.

Esse fato confere maior relevância ao tema estudado nesta pesquisa, pois, a despeito de suas limitações, as informações obtidas sobre os significados e sentidos da violência física intrafamiliar podem contribuir para o crescimento do interesse pelo fenômeno ou para o estudo de temas que aprofundem os conhecimentos acerca da relação criança-família. Esta nem sempre pode ser considerada espaço de proteção, ou percebida de forma universal, porque, historicamente, apresenta muitas distinções.

Nesse sentido, o estudo pode contribuir, ainda, para a compreensão dos aspectos constitutivos da submissão da criança, que se dá não somente na família, mas em diferentes instituições, fazendo com que os direitos e as leis sejam banalizados e a criança continue sendo vista como objeto.

## CAPÍTULO 1

### VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Diante da infância contemporânea, em especial das camadas médias e altas dos países ricos, com seu lugar reservado no seio da família e os direitos garantidos pelas leis, é comum interrogar-se se este foi sempre, a forma de vê-la e tratá-la. Naturalmente, ao dizer isso, não se pretende tomar a infância do século XXI como única e exclusiva, mas frisar que é de acordo com as possibilidades do contexto real, dependendo das condições sócio-históricas, que a infância se constitui. Embora existam alguns obstáculos decorrentes da falta de documentação específica, vários autores têm se proposto a tentar recuperar a trajetória da infância no curso da história da humanidade Ocidental.

Os estudos nessa área mostram que a infância não foi vista sempre da mesma forma. Da Idade Média aos dias de hoje houve uma compreensão crescente da importância da criança<sup>8</sup> e de suas necessidades. Os estudos da infância, baseados na psicologia sócio-histórica, têm procurado compreender o fenômeno no seu processo de movimento e mudança.

#### **O desvelamento da idéia de infância: os estudos de Ariès<sup>9</sup> e Charlot<sup>10</sup>**

As progressivas modificações ocorridas em relação aos modos de criação das crianças, tendo em vista as formas de a sociedade concebê-las e tratá-las em função do contexto histórico de ruptura na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, com seus desdobramentos sociais, culturais e políticos, desde a Idade Média até os dias de hoje, são apresentadas por Ariès. O processo de mudança observado no tratamento que a sociedade destina às crianças é reconstituído por esse estudioso em sua obra.

---

<sup>8</sup> A distinção dos termos infância e criança, embora ambos às vezes pareçam confundir-se, foi considerada nesta pesquisa: o primeiro refere-se a um período, fase da vida, e o segundo ao ser concreto.

<sup>9</sup> Historiador francês que aborda as questões históricas da criança e da família.

<sup>10</sup> Autor francês que analisa sociologicamente, entre outros, o aspecto ideológico da infância.

O trabalho de Ariès<sup>11</sup> é pioneiro, ele estudou a transformação da concepção de infância em pinturas, diários e testamentos antigos, entre outros documentos. Sua pesquisa, realizada no início dos anos 60, discorre sobre a história do modo como a modernidade do Ocidente percebe suas crianças, tomando como ponto de partida o final da Idade Média.

Analisando a sociedade ocidental na Idade Média, principalmente pela iconografia deste período, Ariès (1978) afirma que não existia na época a consciência das particularidades da infância, ou seja, não eram consideradas as diferenças entre crianças e adultos. Não havia o que se pode chamar de “sentimento de infância”, ou seja, um sentimento que corresponde à consciência da particularidade infantil, característica da sociedade moderna.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia [...] o sentimento de infância corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÈS, 1978, p.156).

Segundo esse autor, nos primeiros anos de vida, quando era ainda muito frágil e dependente de cuidados da mãe ou da ama, a criança “não contava”. Os altos índices de mortalidade nessa idade e a baixa probabilidade de sobrevivência são apontados como fatores que colaboraram para esta falta de importância.

Por volta do século XVI, as crianças das camadas nobres, sobretudo os meninos, começavam a ganhar visibilidade, pelo menos nos trajes que os distinguiam dos

---

<sup>11</sup> Os estudos de Ariès têm grande influência sobre os inúmeros trabalhos realizados nos últimos 30 anos e principalmente, têm contribuído para colocar a temática da infância num campo de interesse de incontáveis pesquisadores. Mas não tiveram somente elogios: de acordo com Santos (1996), suas idéias e conclusões já causaram grandes polêmicas. No início eram citadas como verdades universais, hoje têm sido muito criticadas por historiadores, psicólogos e estudiosos do tema. As principais críticas são em relação à inexistência de uma consciência particular da infância nas sociedades medievais; à terminologia, referente à tradução do francês para o inglês, visto que o autor utilizou a palavra *sentiment*, que foi traduzida para o inglês como *concept*, que pode trazer complicações na sua interpretação; às alegações de que suas teses são carregadas de seus próprios valores; e à orientação político-metodológica utilizada, pois baseou-se em elementos considerados primitivos de historiografia (vestimentas, brincadeiras e jogos).

adultos. Nesse mesmo período, surge um primeiro sentimento de infância, que, de acordo com Ariès (1978), foi um sentimento superficial, de “paparicação”, em que as crianças eram vistas como “animaizinhos de estimação”.

Ariès (1978) afirma ainda que, nesse século, a boa maternidade é inventada e as crianças mudam de prioridade na hierarquia de valores das mães. Os pais também mudam suas atitudes em relação às crianças, passando de um relacionamento formal a um mais gentil. Contudo, elas ainda eram tratadas como coisas, e passaram a ser alvo de um maior controle, de sua sexualidade e de sua vida privada, incluindo punições. No século XVII, as pessoas vão gradativamente percebendo que as crianças eram diferentes dos adultos, e não apenas miniaturas deles. Na visão dos moralistas desse período, elas eram criaturas frágeis de Deus, que precisavam ser preservadas e disciplinadas. O adulto viu-se obrigado a preservar a inocência da criança.

Confirmando os estudos feitos por Ariès, Charlot (1986) ressalta que o sentimento da infância nasce no século XVII. Mas não foi por acaso que o sentimento da infância desenvolveu-se. Concorreu para isso o fato de as sociedades ocidentais afastarem as crianças das atividades adultas nos séculos XV e XVI, e no século XVII, elaborarem uma teoria filosófica da especificidade infantil, representada em quatro princípios que se resumem nestes termos: a criança não pode se guiar pela sua razão; os sentidos, desejos e afetividade a guiam; tem uma falta de experiência coerente e deve ser guiada pelos adultos que são racionais e experimentados.

A preocupação dos pais com a higiene física das crianças ficou marcada no século XVIII. Nessa época, a Igreja instituiu que quando a criança morria, sua alma permanecia viva, ou seja, a alma da criança era imortal. Essas explicações do cristianismo fizeram a família preocupar-se em preservar a vida dos filhos, ficando atenta não somente às doenças graves, mas também a resfriados e outras doenças passageiras. Nessa fase, houve a configuração do espaço privado que é o “lar” e a figura da mãe passou a ser essencial no acompanhamento e desenvolvimento da criança (ARIÈS, 1978). Com isso, pouco a pouco, a criança começou a ser reconhecida por suas especificidades (trajes, hábitos de brincar, inocência).

Essa transformação no modo de ver e tratar a criança fez-se acompanhar de acentuadas mudanças na organização familiar do decréscimo nas taxas de mortalidade infantil. Um “novo mundo”, de acordo com Santos (1996), abre-se para as crianças, com o surgimento de livros, brinquedos, roupas específicas, entretenimento (museu, zoológico), e cresce o número de estabelecimentos educacionais (XVIII).

Ainda no século XVIII, nos meios burgueses, a infância era vista como o período de formação para a vida adulta, com exigências, cuidados e etapas a serem seguidas. A disciplina severa ainda era concebida como uma forma de preparar a criança para os desapontamentos e os sacrifícios da vida adulta.

Em 1762, em sua obra intitulada *Emílio ou Da Educação*, Rousseau (1995), lançou as bases de cuidados da criança no mundo moderno. Distinto do mundo medieval, este teria de estar atento às especificidades das crianças em suas diferentes idades. O pensamento de Rousseau introduz, assim, a noção da particularidade da infância, vista como algo singular e que possui uma condição própria em relação ao seu estágio de vida. Essa particularidade deveria ser respeitada pela educação e pela autoridade do adulto, ressaltando a tarefa das famílias de criar os filhos.

A obra de Rousseau teve várias interpretações. Para Badinter (1985), Rousseau incentivou os pais a ter alegrias com seus filhos e cuidar deles. Já Miller (1985) considera a pedagogia de Rousseau manipuladora e aponta métodos de educação que pressionem a criança para que os objetivos dos adultos sejam conseguidos. Assim, a criança continua na posição de objeto e não de sujeito. Apesar das diversas interpretações e ressalvas, sabe-se que a obra de Rousseau contribuiu para que se firmasse um novo “olhar” sobre a infância.

No que tange ao tema específico de que trata este estudo, a violência física intrafamiliar, os estudos de Áries (1978) mostram um decréscimo dessa prática a partir do século XVIII. Porém, à medida que as punições corporais foram decrescendo, outras punições começaram a ser encontradas, tal como deixar a criança fechada em quartos escuros. A história da infância é um pesadelo para o qual só recentemente os estudiosos começaram a despertar. Quanto mais recuado no passado histórico, mais reduzido o nível de cuidado com

as crianças, maior a probabilidade de que tenham sido assassinadas, abandonadas, espancadas e abusadas sexualmente (DEMAUSE apud GUERRA, 1995).

Nos séculos XVIII e XIX, houve grandes mudanças em toda a Europa, a partir da Revolução Industrial. A escola deixou de ser reservada aos clérigos para tornar-se o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto. A criança foi introduzida na escola. Assim disseminou-se o valor da infância prolongada, criou-se uma fase intermediária entre a infância e a fase adulta: a adolescência.

Após uma longa luta nas organizações sociais da sociedade civil, o Estado passou a preocupar-se em estabelecer políticas baseadas no reconhecimento da criança como *criança*. Disso decorrem as medidas para sua proteção estatutária, visto que a aceitação social da violência era contínua, a ponto de constituir uma característica do tratamento destinado por pais e educadores às crianças.

A sociedade contemporânea entende a criança, segundo Charlot (1986), como fraca, impotente, dependente. Não é apenas biologicamente que as crianças são fracas. Elas nascem e se desenvolvem em um meio social que atribui a elas essas características, que, portanto, são socialmente construídas. A imagem da criança é a imagem elaborada por um adulto e uma sociedade que se projetam nela, de uma criança que se procura identificar com o modelo criado por essa projeção. Compreende-se bem, portanto, que essa imagem evolua historicamente. “A criança é o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e temem que ela se torne” (CHARLOT, 1986, p.109).

Charlot (1986, p.144) considera que o problema não está particularmente na relação entre a criança e o adulto e sim entre a criança e o mundo social do adulto. Não se deve mudar os modelos éticos propostos à criança para mudar a sociedade, mas sim, transformando a sociedade através dos modos de produção: “formas de divisão social do trabalho, estruturas e relações econômicas, sociais e políticas”, pois esses modelos tomarão um sentido socio-político que poderá transformar os modelos propostos à criança.

Apesar das controvérsias importantes existentes a respeito da idéia de infância, parece consensual seu caráter histórico. Assim, procura-se mostrar, na seqüência, a história da infância no Brasil.

## **História social da infância no Brasil**

Inspirados por Ariès (1986), os historiadores e estudiosos brasileiros tentam recuperar a história da infância no Brasil e mostrar as modificações históricas ocorridas na vida das crianças no decorrer dos séculos, desde a colonização até os dias atuais.

O esforço, neste momento, é apresentar brevemente a história da infância brasileira, pensando nos três momentos históricos: Brasil Colônia, Império e República. Esses três momentos históricos trazem, em especial, duas expressões da infância que são contraditórios entre si, a infância pobre e a rica, que revelam a divisão de classes sociais e serão apresentados, em especial, por Del Priore (2000).

É possível, nos registros feitos por jesuítas, reconhecer que eram destinados cuidados especiais à mulher indígena quando dava à luz e a seu filho. Vários cuidados eram dispensados aos filhos indígenas, como pintura do corpo, achatamento do nariz conforme o costume do grupo, brinquedos para afastar maus espíritos e se divertirem. Pela participação em rituais, jogos, as crianças estabeleciam vínculos sociais, aprendiam a ganhar e a perder, a acatar regras e a agir como ser social.

Com a chegada dos jesuítas em 1549, estas companhias começaram a conquistar as crianças indígenas, aprendendo noções da língua e passando a utilizá-las como intérpretes. A convivência das crianças indígenas com as portuguesas promove o encontro das raças e do intercâmbio de tradições e brincadeiras.

No início da colonização, entre os portugueses as crianças eram identificadas como “meúdos”, “ingênuos”, “infantes”. A infância era considerada um tempo sem características próprias, um momento de transição. A importância da criança era secundária.

De acordo com Del Priore (2000), no início do século XVI, quando os europeus chegaram para colonizar o Brasil, a infância estava sendo descoberta no Velho Mundo, quando ocorriam as transformações nas relações entre o indivíduo e a sociedade, o que passou a exigir novas formas de afetividade e a própria “afirmação do sentimento da infância”. Esse sentimento foi absorvido pelos padres da Companhia de Jesus no Brasil, os



quais entendiam que as crianças eram “cera branda”, não tinham nenhum conhecimento religioso e deviam viver os caracteres da fé. Sabe-se, contudo, que as crianças indígenas eram tratadas pelos jesuítas não como crianças, nem mesmo como gente, ressaltando a inferioridade da relação e a não homogeneidade no tratamento.

A partir de 1549, quando os portugueses iniciam o processo de povoamento das terras que haviam conhecido em 1500, os índios foram “convencidos” a entregar suas crianças aos jesuítas, para os quais seus pecados estavam arraigados, sendo, portanto, urgente evangelizá-los (DEL PRIORE, 2000). Mas, como se tratava de populações nômades, quando as crianças começavam a ser ensinadas, eles se mudavam. Isso preocupava os jesuítas, pois receavam que elas desaprendessem o que lhes havia sido ensinado, voltando aos antigos costumes. Com essa alegação, eles passaram a optar, cada vez mais, por uma conversão pela “sujeição” e “temor”: os índios só se converteriam se fossem submetidos a uma autoridade. Assim, os castigos físicos, que não eram novidade no cotidiano colonial, começaram a ser praticados contra as crianças indígenas, para as quais eles eram inteiramente desconhecidos. “O muito mimo devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos” (DEL PRIORE, 2000).

Aos poucos a pedagogia e a medicina voltam a atenção para a educação, o refinamento e a cultura das crianças do Brasil Colônia. À percepção da criança como um ser diferente do adulto seguiu-se uma preocupação educativa, que visava a cuidados de ordem psicológica e pedagógica. Suas preocupações iam além da sobrevivência da criança: lutavam para “adestrá-las”, preparando-as para assumir responsabilidades (DEL PRIORE, 2000).

O nível de desvalorização da criança negra no Brasil Império também causa espanto. A alimentação e os cuidados necessários para uma vida sadia mereciam maior preocupação quando se tratava dos cavalos do que quando diziam respeito aos escravos. Aos sete anos, e às vezes até antes, as crianças filhas de escravos eram separadas de suas mães e vendidas para trabalhar na mineração e na construção, ou para servir de distração, brinquedo para os filhos dos senhores (DEL PRIORE, 2000).

O século XIX, de acordo com Del Priore (2000), ratifica a descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência. Os termos *criança*, *adolescente* e

*menino* já aparecem nos dicionários da década de 1830. A especificidade da infância era motivo de polêmica e controvérsia em relação à educação e instrução. Inspirava carinhos e cuidados até os sete anos de idade. A escola só poderia cumprir o seu papel se a educação doméstica cumprisse a sua finalidade, que era o estabelecimento dos princípios morais. Assim, prevalecia nesse período a máxima de que a família educa e a escola instrui.

Existia, nas famílias dos senhores, um discurso sobre as vivências dos filhos ao passarem ao mundo adulto, definindo os papéis do homem e da mulher. Aos meninos, dava-se uma educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, relacionada à instrução civil ou militar. No entanto, a educação das meninas era marcada por ambigüidades, pois ao mesmo tempo em que as circunscrevia no universo doméstico, preparando para a maternidade e o lar, instruía-as para algumas atividades de cunho público, fornecendo-lhes elementos para sobressair na sociedade (DEL PRIORE, 2000).

Os cuidados com a higiene infantil foram ressaltados no Brasil Império. O banho frio era recomendado desde os primeiros anos de vida. A utilização de pente fino era uma solução para os piolhos e lêndeas na cabeça das crianças não somente escravas ou pobres. Além da higiene, alimentação, passeios, horários de dormir, acordar e brincar, até os valores morais eram ensinados nessa fase, porém apenas para as crianças brancas de elite.

O nascimento de uma criança escrava era visto como serventia, para tornar possível o trabalho de uma ama-de-leite. O aleitamento era visto como algo valioso, tanto pela Igreja como pelos conceitos médicos vigentes. Com isso as mulheres escravas que davam à luz eram utilizadas como fornecedoras de alimento para crianças de outras classes sociais. Meninos e meninas brancas recebiam de suas *yayás* toda sorte de mimos e assistiam abertamente aos castigos reservados aos escravos. Assumiam também brincadeiras maldosas e sádicas, como o “jogo do beliscão”.

Constatava-se a desvalorização da criança, sobretudo a negra, pelos dados que mostram o quanto elas morriam com facilidade, o que era bem aceito. Isso fez que, do ponto de vista religioso, se ressaltasse mais a morte do que o nascimento. Assim, o batismo da criança, independentemente da classe social, até os sete anos era indispensável, para garantir sua entrada no mundo cristão, evitando que morressem pagãs.

Entre os doze anos de idade, o “adestramento”, que fazia parte da cultura para negros, estava concluído. Os meninos e meninas já se inseriam em alguma profissão, e traziam-na para seus nomes: “Chico Roça, Ana Mucama” (DEL PRIORE, 2000).

A libertação dos escravos, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, foram acontecimentos históricos que produziram mudanças significativas, no âmbito econômico e social e nas vidas das populações, em especial das crianças. Assim, o início do século XX foi marcado pela implantação da indústria, o que modificou o destino de inúmeras crianças das camadas economicamente desfavorecidas. A acentuada presença de crianças e adolescentes nas indústrias elevou o número de acidentes de trabalho. As crianças também eram vítimas de maus-tratos por parte dos patrões, na ânsia de mantê-los “na linha”.

De acordo com Oliveira (2001), o capitalismo foi aos poucos infiltrando-se nos meios familiares e mudando a organização socio-familiar. No meio rural, a unidade econômica de base era a própria casa, como espaço de trabalho onde os papéis de seus membros estavam estabelecidos. Nesse contexto, a criança completava a economia familiar, trabalhando e ajudando no orçamento. O interesse pela criança não se definia pelos interesses que despertava como ser humano e cidadão, mas por seu valor como força de trabalho. O trabalho infantil, segundo Azevedo e Guerra (1993), não era percebido como exploração, mas como um dever da criança para com a família e a sociedade. Não somente trabalhavam como adultos, mas também eram assim julgadas pelos crimes que cometessem. A infância estava marcada por sua exterioridade, sendo sua condição singular e específica despercebida.

As duas infâncias (a rica e a pobre) são bem lembradas por Del Priore (2000), ao revelar que a criminalidade infantil estava presente e condicionada ao que se convencionou chamar de “vadiagem”. Nas ruas das cidades através da mão-de-obra e atividades informais ocorriam inúmeras prisões de crianças, que, não conseguiam provar, segundo a autoridade policial, sua ocupação. Já nas famílias de classe média, as crianças ficavam protegidas em suas casas, aprendendo costumes de moralidade e normas sociais, um mundo extremamente familiar.

Essas duas visões de infância e os modos de organização social contraditórios em relação à criança foram aos poucos sendo modificados, de acordo com

Azevedo e Guerra (1993). Tiveram diversas influências, ressaltando os movimentos de reforma social que redefiniram as crianças como seres distintos dos adultos, necessitados de proteção contra abuso, negligência e violência. Houve, portanto, o surgimento de ciências voltadas para a infância, como a pedagogia, a psicologia, a pediatria e a puericultura. Firmou-se, nesse período a multiplicidade de áreas do conhecimento em relação à infância.

Somente no século XX, considerado o século da criança (OLIVEIRA, 2001), surgem as representações que estão diretamente relacionadas ao entendimento da particularidade infantil, no interesse da criança e na defesa de seus direitos como pessoa humana, como cidadã. A educação da criança nesse século foi inspirada por moralistas e educadores do século XVII. O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através de brincadeiras e diversões, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. Percebe-se, dessa forma, que a concepção de infância, por seu caráter histórico e cultural, apresenta variações importantes, não só no tempo, mas de sociedade para sociedade.

A criança passou a ter vários direitos regulamentados por lei (educação, saúde, respeito e outros). Contudo, embora haja esse avanço, a realidade brasileira atual mostra que o caminho na efetivação dos direitos da criança está apenas no seu início. A história social da criança mostra que a violência esteve presente em diferentes momentos e circunstâncias como um fato normal. Porém, hoje ela se configura como descumprimento da lei. Apesar dos avanços reconhecidos no discurso das ciências e disciplinas direta ou indiretamente relacionadas com a infância, a saúde e o bem-estar social, bem como nos instrumentos legais, atualmente a violência continua causando sofrimentos físicos e emocionais a muitas pessoas que mal iniciaram seu processo de desenvolvimento, como se pode comprovar na seqüência deste trabalho.

### **Relação entre infância e violência**

A delimitação do campo de análise da violência deve considerar, tanto as variadas formas que ela assume historicamente, como o acirrado debate provocado pela elaboração de diferentes interpretações dessas manifestações. Assim, procurou-se suporte, para esta pesquisa, na abordagem teórica do tema da violência, especialmente naquela que a considera um processo social, um mecanismo que expressa a sociedade, como uma resposta que a associa à forma de poder vigente.

As situações de violência que as crianças são vítimas têm sido continuamente denunciadas, de maneira crescente, aos jornais, rádios e tv. No entanto, apesar do grande interesse da mídia e da sociedade em geral pela problemática da violência em nossa sociedade, as questões referentes à relação entre a violência contra crianças e o fenômeno geral da violência ainda estão pouco estudadas. Dessa forma, ao focalizar, neste trabalho, a violência contra crianças, procura-se situá-la no contexto histórico e social em que ela se manifesta, sobre sua experiência como vítima da violência dentro da própria família. Considerando a escassa bibliografia nacional existente, este estudo ganha importância, uma vez que se trata de um fenômeno que atinge todas as classes sociais, sendo cada vez mais freqüente.

Roure (1996) enfatiza a violência na sociedade brasileira, que atinge, de forma injusta e cruel, sobretudo crianças e adolescentes indiscriminadamente. Ocorre em locais diversificados, como ruas, lares, escolas ou instituições, o que a torna cada vez mais aparente e banalizada. A violência exercida contra a criança, de acordo com Ricotla (1999), é um crime que oprime, instiga o medo, promove o abandono, tortura psicologicamente, controla a liberdade. E tudo isso ocorre em grande parte, dentro da própria casa, como é ressaltado na seqüência.

### **Violência intrafamiliar**

É enorme a dificuldade para se investigar o fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças. Os estudos nessa área são escassos, iniciais, e, como devem atentar à realidade específica em que as crianças se desenvolvem, o pesquisador encontra barreiras como o sigilo familiar.

A violência intrafamiliar, na compreensão de Azevedo e Guerra (2001, p. 32) é

todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, numa

negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição de peculiar desenvolvimento.

Segundo as leis brasileiras (BRASIL, 1990), as crianças devem ser protegidas e respeitadas, especialmente pelos responsáveis. Ricotla (1999) denuncia que a violência ocorre também fora do lar, no entanto, é no contexto familiar que encontra o local ‘privilegiado’ para a sua manifestação, mantida pelo silêncio familiar, pela cumplicidade imposta à vítima, pela autoridade que os pais exercem sobre seus filhos. Esta não é uma questão nova. Ela tem atravessado os tempos e constitui uma forma de relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e classe social.

A violência está inter-relacionada à questão da família e da infância, que se imbrica diretamente no padrão sócio-histórico do uso da violência como solução de conflitos. É uma expressão da distribuição desigual de poder. Para Ricotla (1999), a criança acaba compactuando com o agressor. Imbuída de seu papel de inferioridade, ela se submete a algum tipo de poder acima de sua pessoa e, à medida que se torna aterrorizada com a possibilidade de um novo ato violento ocorrer, acaba por dar espaço para que novas demonstrações de poder ocorram.

O que se chama de “lar” nem sempre é um lugar seguro para as crianças. Ao contrário da família “harmoniosa”, a realidade da violência praticada pelos pais ou responsáveis contra seus filhos obriga a reconhecer que no Brasil a grande dificuldade parece ser denunciar (AZEVEDO e GUERRA, 1994). Aqui, a violência intrafamiliar contra a criança foi, e continua sendo, um assunto tabu, um assunto proibido, já que deixa às claras uma face da instituição familiar que todos gostariam que não existisse: a face abusiva.

Independente da classe social há uma falta de consideração com a criança, que acaba sendo legitimada pelos padrões culturais vigentes na sociedade. Essa falta de interesse, muitas vezes aliada à impunidade dos responsáveis pelos mais variados tipos de violência intrafamiliar, torna ainda mais difícil o cotidiano de agredidos e agressores, que no interior de um “círculo vicioso”, têm inúmeras dificuldades de rompê-lo, na direção da superação das situações de violência que destroem as possibilidades de convívio familiar (CARVALHO, 2000).

Para Leal (1998) a violência intrafamiliar corresponde à desestruturação do poder simbólico de proteção do adulto (pais ou responsáveis). Conseqüentemente, ocorre o esgarçamento dos referenciais culturais da família como formadora de identidade, de socialização e mesmo de ideologia. A autora ressalta o uso da violência pelos valores do machismo, do patriarcalismo, da inferioridade de gênero e idade.

A prática da violência intrafamiliar contra crianças está ligada à visão que se tem da infância. É intrínseco à prática da violência o processo de redução da infância a objeto. A vítima é considerada pelo agressor um instrumento para a realização de suas vontades. É negado à criança o direito de cidadão e de ser reconhecido pelo menos como ser humano (CARVALHO, 2000).

De acordo com a mesma autora, como tudo o que ocorre no espaço entre quatro paredes, a violência intrafamiliar fica camuflada. Ela conta com a colaboração de adultos que adotam a lei do silêncio, considerando que é um problema restrito ao espaço doméstico e não diz respeito às pessoas externas. Forma-se assim um verdadeiro complô contra a vítima. Trata-se, pois, de um fenômeno que se alimenta do silêncio cúmplice, primeiramente da vítima, cuja palavra é confiscada pelo agressor através de ameaças, coerções, pressões, posteriormente pelos demais parentes não agressores, que costumam ignorar o fato, não expondo a estrutura familiar.

Azevedo e Guerra (1994) enfatizam que a violência intrafamiliar contra crianças é considerada um crime perfeito, pois é uma prática sem testemunhas e a queixa da vítima, ou não é ouvida ou não é recebida com crédito. Além disso, assume também múltiplas faces, pois concretiza-se de diversas formas: física, psicológica, negligência, sexual, entre outras. Seja qual for a face com que se revele, ela reduz a criança a objeto, excluindo-a da condição de sujeito e do exercício de seus direitos.

### **Violência física intrafamiliar**

A violência se manifesta de diferentes formas, como foi dito anteriormente, sendo a violência física a mais visível e ostensiva, embora não seja a única cruel. Como forma “consentida” de violência, nem sempre causa indignação. Culturalmente, cabe aos pais a educação de seus filhos, e o disciplinamento corporal parece intrínseco a esse

processo. Historicamente, aprende-se que os pais podem bater, pois batem por “querer bem” a seus filhos.

Diante da necessidade de uma definição teórica que expresse a complexidade do fenômeno da violência física, diversos autores, tais como Sousa (2001), Guerra (1985) e Assis (1994), deram suas contribuições. Assim, não existe um conceito aceito universalmente, mas diferentes formas de definir o fenômeno.

Numa tentativa de síntese, Sousa (2001), a partir dos conceitos de vários autores – Guerra (1985);<sup>12</sup> Assis (1994)<sup>13</sup> e ABRAPIA (1992)<sup>14</sup> – estabelece seu próprio conceito de violência física intrafamiliar contra a criança:

Qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por agentes circunscritos à família ou ao convívio diário e direto com a criança, seja adulto (pai, ou mãe, legítimos ou adotivos, padrasto ou madrasta) ou outra criança/adolescente (mais velho ou não) e que deixe ou não marcas físicas, motivada por fatores conscientes (ferir, danificar ou destruir a criança) e/ou inconscientes. (SOUSA, 2001, p. 21)

Neste trabalho, optou-se pelo conceito de Sousa (2001), por considerá-lo o mais completo, abrangente e significativo. Ele expressa diversas possibilidades, tais como: uma forma de violência estabelecida nas relações humanas sócio-historicamente constituídas; o não interesse pela quantidade da violência, mas pela qualidade desta; a desmistificação de somente o adulto ser agressor, pois na sociedade em que vivemos a violência é “hereditária”, ou seja, é um comportamento aprendido pelas crianças com os pais, assim, elas se tornam também violentas; a existência ou não de marcas físicas, pois não há necessidade da comprovação das marcas para se perceber a violência e, por fim, o caráter adultocêntrico, que coloca sempre a criança numa condição de inferioridade em relação ao adulto.

---

<sup>12</sup> “Violência física (excluída a negligência) foi aqui entendida como o emprego de força física contra a criança de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta” (GUERRA, 1985, p. 16).

<sup>13</sup> “Qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente. Este dano físico causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte” (ASSIS, 1994, p. 13).

<sup>14</sup> “Uso de força física de forma intencional ou os atos de omissão institucionais, não-acidentais, praticados por parte dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir a criança ou adolescente, deixando marcas evidentes ou não” (ABRAPIA, 1992).



A violência intrafamiliar necessita de medidas de prevenção e combate. Estima-se que tais medidas possam servir de referência para a elaboração de políticas públicas mais eficazes. A sociedade brasileira têm dado respostas que ainda permanecem insuficientes em relação à violência e as medidas tomadas pelas instituições são isoladas e de caráter paliativo. Oliveira (1993, p.16) confirma que:

No Brasil, os maus-tratos contra a criança são diagnosticados e tratados dentro de instituições formais de atenção à criança, geralmente distanciadas da participação e dos recursos da comunidade, freqüentemente carentes de recursos humanos e multiprofissionais necessários ao atendimento multidisciplinar frente às diferentes situações de violência.

Mesmo sendo freqüentes as ocorrências (como mostra o próximo capítulo), a atenção, prevenção e cuidados que se tem são deficitários, incluindo desde as estruturas dos órgãos de defesa, até as condições sócio-familiares.

Azevedo e Guerra (2001, p. 355) apresentam algumas características da violência intrafamiliar contra crianças:

- mau relacionamento entre os pais, em que um deles pode incluir nos seus atos de violência, os filhos;
- mau relacionamento entre os pais, em que um deles incapaz de atingir o outro por medo de retaliação, descarrega a fúria sobre o filho;
- falta de responsabilidade dos pais para com os filhos;
- repetição pelos pais do tratamento violento sofreu quando criança;
- não aceitação, pelos pais, da incapacidade da criança para exercer alguma atividade;
- não aceitação dos enteados como filhos;
- intolerância aos questionamentos da criança para satisfazer sua curiosidade.

Submetidas a atos de violência, as crianças apresentam algumas características emocionais, que segundo Azevedo e Guerra (2001, p. 357) podem ser:

- baixa auto-estima, perdendo o sentido do próprio valor;
- sentimento de culpa, levando-as à depressão, ao desamparo e à falta de confiança;
- sentimento de traição, deixando de confiar nos outros;
- sentimento de rejeição, achando sempre que ninguém os quer bem;
- isolamento;
- confusão mental, ficando divididas entre o amor e o ódio pelo agressor;
- vulnerabilidade;
- fobia, medo que produz problemas patológicos graves;
- revolta;
- mudez, restrição em termos de comunicação com os outros.

É importante desenvolver ações que possibilitem modificar esse tipo de situação. Rizzini (2000) refere-se ao projeto Bases, que tem como uma de suas metas identificar e compreender as bases de apoio existentes (ou não) para crianças e adolescentes no âmbito da família e da comunidade. Sua proposta refere-se a fortalecer essas bases e estimular a criação de outras. Promover formas de apoio (grupos religiosos, da própria família, parentes, amigos, vizinhos e outros), oferecer cursos de capacitação em organizações e com indivíduos que atuam com crianças e adolescentes, contribuir para o suporte às famílias e comunidades a fim de que garantam condições adequadas para promover o desenvolvimento integral de seus filhos. Azevedo e Guerra (2001, p.359) referem-se à necessidade de que haja mudanças por parte dos adultos, dadas as características da sociedade. Com isso, é necessário desenvolver trabalhos preventivos, de fortalecimento das relações humanas, a partir da própria família, tais como:

- sensibilizar os membros para denunciar, caso ocorra a violência;
- ampliar o espaço para a criança no grupo familiar, oferecendo amor, carinho, proteção e outros;
- conscientização das conseqüências da violência.

A legislação é um importante instrumento de que a sociedade deve valer-se. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA representa a institucionalização de

um paradigma, que faz pensar hoje, como crime a violência que já foi considerada, tempos atrás, como natural.

#### O ECA como instrumento legal de combate à violência contra criança

Apesar de serem tão diversas as formas de violência contra a criança e freqüentes sua ocorrência no Brasil, a criança tem seus direitos reconhecidos em lei. Em face dessa contradição, embora os direitos da criança – sem dúvida, um tema de extrema relevância-não estejam na área de discussão abrangida por este estudo, não há como evitar aqui fazer uma referência ao aparato legal que os protege.

Pode-se dizer que as crianças são a parcela da população que tem seus direitos assegurados de maneira mais clara. Há legislações que lhes garantem o direito à prioridade absoluta, tanto nacional, quanto internacionalmente, tendo como base a doutrina da proteção integral. Destaca-se a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e mais especificamente no Brasil, a Constituição Federal de 1988, especialmente no Art. 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A criança e o adolescente têm absoluta prioridade de atenção. Passaram a ser sujeitos de direito, deixando de ser objetos das medidas judiciais.

A Convenção sobre os Direitos da Criança adotou o ECA para as crianças de todo o mundo. É o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 191 países. Somente três países não o ratificaram: os Estados Unidos e a Somália, que sinalizaram sua intenção de ratificar a convenção, e o Timor Leste, que só se tornou de fato um país independente em maio de 2002 (UNICEF, 2003).

De acordo com a UNICEF (2003), a Convenção recorda a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e proclama que a infância tem direito a cuidados e assistência pessoal. Alguns de seus princípios são:

- a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;

- para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade da criança, ela deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão;
- a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade.

Na Constituição Brasileira está explicitada no Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O ECA nasceu da indignação nacional, que exerceu sobre parlamentares e governo grande pressão para preencher o vazio na legislação nacional quanto à assistência à criança e ao adolescente, uma vez que o Código de Menores, fundado em uma teoria (Doutrina da Situação Irregular), não amparava as pessoas com idade inferior a dezoito anos (civil e penal), dedicando-se apenas a um segmento restrito desse universo. Somente com o advento do ECA, fundado na Doutrina da Proteção Integral e amplamente discutido por diversos seguimentos da sociedade, todas as crianças e adolescentes mereceram um ordenamento jurídico geral, tornando-se sujeitos de direitos. Assim, as crianças e adolescentes têm assegurada, entre outras prerrogativas, de acordo com Carvalho (2000), a primazia de socorro e proteção em quaisquer circunstâncias, preferência de atendimento nos serviços públicos e na formulação e execução de políticas sociais, bem como a precedência na destinação das verbas públicas nas áreas que têm relação com a proteção da infância e adolescência.

Coimbra (1999) ressalta que o ECA surge para reordenar o atendimento à criança e adolescente, no sentido de oferecer a esse segmento garantias de uma vida digna, que se materialize na acessibilidade a saúde, educação, moradia e trabalho, tanto para as crianças, quanto para seus pais ou responsáveis. Não obstante a existência de tal aparato legal,

o quadro real que o país apresenta é de grande parte da população infanto-juvenil excluída de seus direitos básicos, vítima da falta de vontade política do poder público e da omissão da sociedade e submetida às mais diversas formas de violência.

Os direitos das crianças e adolescentes, e os deveres da família, Estado e sociedade ainda não estão de fato presentes e assegurados na sociedade brasileira (CARVALHO, 2000). Mesmo após o advento do ECA, ela continua presenciando, de certa forma passiva, atrocidades cometidas contra as crianças. Não se pode negar os avanços na área jurídica, mas ainda há interpretações inadequadas em relação ao cumprimento do ECA.

O próximo capítulo, que apresenta a contextualização da DICCA, e as ocorrências registradas no período pesquisado, confirma a realidade da violência contra crianças em Goiânia.

## **CAPÍTULO 2**

### **VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS: CASOS REGISTRADOS NA DELEGACIA ESPECIALIZADA**

Ao considerar a violência de forma ampla, como um processo social, uma resposta associada à forma de poder vigente, objetiva-se fazer um estudo sobre a violência praticada contra crianças no âmbito familiar, entendendo-a como uma das formas de expressão da violência. Este capítulo focaliza mais especificamente a violência física intrafamiliar contra crianças em Goiânia.

Inicialmente, para uma melhor contextualização da violência contra crianças, recorreu-se ao levantamento das ocorrências registradas na DICCA, que é uma delegacia especializada em registrar e apurar denúncias de situações de violência contra crianças e adolescentes. Antes, porém, fez-se um histórico de sua criação e atuação.

Na seqüência, são apresentados os dados, apoiados na revisão dos estudos e pesquisas que focalizam Goiânia<sup>15</sup> sobre o tema, tais como: Roure (1996), que fez uma análise do discurso sobre a violência contra crianças e adolescentes; Monteiro (1997), que levantou todos os casos de violência contra crianças e adolescentes na família denunciados aos CTs no período de março a outubro de 1994; Sousa (1999), que identificou e analisou as notícias de violência contra crianças veiculadas pela imprensa antes e depois do ECA (de 1985 a 1995) e Sousa (2001), que analisou o significado (para os pais) de infância, educação e violência física contra os filhos.

Esses estudos refletem a preocupação e o interesse de diversos estudiosos de Goiânia em analisar a violência cometida contra crianças e adolescentes e sistematizar, ainda que em estágio inicial, dados e informações sobre esse problema psicossocial. Além disso, a revisão desses estudos e pesquisas possibilitou discutir e aprofundar a reflexão sobre o fenômeno, fazer referências e comparações com os dados

---

<sup>15</sup> O estudo prioriza a realidade goianiense, tendo em vista a comparação, na análise, com os dados existentes.

encontrados nesta pesquisa, contribuindo para a elucidação da violência e o seu combate. Possa, talvez, também esta pesquisa, especialmente este capítulo, contribuir para a emergência de práticas de combate à violência contra crianças, ao favorecer a visualização, de forma sistemática, do fenômeno.

### **Delegacia de Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes<sup>16</sup>**

A criação do Fórum Goiano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, em 1995, foi uma iniciativa de organização da sociedade civil e representantes do poder público, municipal, estadual e federal. Considerava-se o reconhecimento da necessidade de uma articulação efetiva para enfrentar, mais especificamente, uma forma de violência praticada contra crianças e adolescentes, a violência sexual.

Com a criação desse Fórum, definiu-se um conjunto de estratégias para o combate à violência sexual. Uma das primeiras questões levantadas foi a necessidade de dar prioridade ao trabalho em Goiânia, por ser uma cidade cujos dados de pesquisas acadêmicas do Ministério Público (Inquérito Civil) e da Comissão de Investigação da Violência Contra Crianças já apontavam como de alta incidência de violência contra crianças. Reconhecia-se, assim, a urgência de medidas de enfrentamento da violência, especificamente no campo da responsabilização, de ações que coibissem essa prática e que punissem os autores da violência e, para tanto, era fundamental criarem-se delegacias especializadas.

A primeira experiência de delegacias especializadas com esse perfil no Brasil foi a delegacia de defesa da mulher, que surgiu das reivindicações do movimento feminista de políticas públicas de combate e prevenção à violência contra a mulher no Brasil. Em 1985, na cidade de São Paulo, foi inaugurada a primeira Delegacia da Mulher, mediante o Decreto Nº 23769/85.2. Essa delegacia alcançou os objetivos propostos e, por seus bons resultados, serviu de modelo para outras especializadas em todo o país, inclusive a DICCA.

---

<sup>16</sup> As informações foram obtidas em entrevista com o psicólogo e gerente da Assistência Social do Ministério da Assistência Social, responsável entre outros, pelo Projeto Sentinela, Joselino Vieira dos Santos e com o escrivão da DICCA, Alexandre de Almeida.

A Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Contra Crianças e Adolescentes surgiu, portanto, nesse contexto de enfrentamento das diferentes modalidades de violência contra crianças e adolescentes (física, sexual, negligência, abandono e outras). Como uma delegacia especializada, pela proposta inicial, teria profissionais da área, como delegados e escrivães com uma habilidade maior para lidar com o mundo infantil e adolescente. Insistia-se na importância de um corpo multidisciplinar, com profissionais do campo da assistência social, psicologia e educação, que tivessem uma formação diferenciada, um preparo especial, porque a criança e o adolescente, ao chegarem à delegacia, já estariam extremamente fragilizados. Assim, essa delegacia deveria ser um espaço capaz de proporcionar maior tranquilidade e segurança para a criança e a família. Concentraria as denúncias de violência contra crianças e adolescentes, facilitando o acesso das pessoas e assegurando maior visibilidade da violência.

Nessa delegacia, a criança seria atendida com todo o respeito às suas características, nos termos do Art. 227, do ECA, que reza que a criança está em fase de desenvolvimento, em um momento peculiar, diferenciado, especial. Assim, a prioridade em relação a elas deve ser absoluta, o que supõe um tratamento diferenciado.

As reivindicações dessa delegacia foram para a imprensa em 1996, com denúncias contra a situação de impunidade verificada junto às autoridades constituídas nesse período. No ano seguinte, em 1997, o governo do estado, representado na época por Maguito Vilela, assinou o Pacto de Goiás pelo Fim da Violência Contra Criança e Adolescente. Nesse pacto, já constava a implantação da delegacia especializada, mas sua criação oficial só ocorreu em 2001, pelo Decreto N° 4.974/1998 (anexo A). Essa demora deveu-se em princípio, à falta de uma vontade política de efetivar sua implantação. Posteriormente, veio a falta de delegados e de profissionais capacitados. O espaço físico também foi outro grande problema, até que se decidisse ocupar o edifício que hoje ocupa, inicialmente destinado a uma creche. A delegacia funciona desde sua criação, em junho de 2001, na Avenida Atílio Correia Lima, 1691, na Cidade Jardim.

A delegacia veio também como forma de dar uma consistência maior à chamada Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência (da qual a DICCA faz parte). Essa rede foi criada em 2000 por instituições/órgãos ligados às áreas de saúde, assistência social, educação e jurídica. Auxilia mulheres, crianças e adolescentes de



qualquer idade, que se encontrem em situação de violência. Tem como objetivos:

- Promover a articulação dos atores sociais, governamentais e não governamentais, envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento do fenômeno;
- Capacitar profissionais para o atendimento especializado das pessoas em situação de violência seja de ordem física, psicológica e ou sexual;
- Ampliar e implantar serviços nessa área; otimizar recursos humanos e materiais na construção de um modelo de atendimento para outras cidades do estado de Goiás e do Brasil (GOIÂNIA, 2003).

Após a criação da DICCA, as denúncias aumentaram, conforme se pode ver no levantamento dos TCOs e BOs. Entretanto, isso não significa que a violência tenha aumentado, mas apenas que um fato que sempre existiu agora se torna menos velado. Infelizmente, sequer é possível fazer esse paralelo, haja vista a inexistência de registros regulares do assunto, cujas variáveis estão presentes na construção social.

Os profissionais que atuam na delegacia, trabalhando na prevenção e combate à violência contra crianças, demonstram grande interesse e envolvimento. Buscam sempre capacitar-se, fazendo cursos, ajudando a pensar o enfrentamento dessa situação. A delegacia trabalha de forma articulada com outras organizações e tenta efetivar seu papel no sentido de melhorar o atendimento, encaminhamento, acordo e outros.

Evidentemente, como todo aparato policial e judiciário, a delegacia enfrenta certos obstáculos e limitações. As principais referem-se à melhoria do atendimento, como manter plantão de 24 horas, inclusive em final de semana, ter um corpo multidisciplinar de profissionais. Estas são metas que fazem parte do plano de aperfeiçoamento da delegacia. Dentro das modificações propostas, está a possibilidade de a delegacia transformar-se em delegacia metropolitana, e não apenas municipal, pois as denúncias de violência que são registradas na delegacia não se restringem ao município de Goiânia, engloba todo o seu entorno.

Além da ampliação da capacidade da delegacia, a Rede busca também criar uma vara especializada para o julgamento específico dos casos da DICCA, a fim de

“desafogar” a vara existente, garantindo agilidade no julgamento dos autores. Sem essa especificação, os julgamentos são demorados e o autor da violência continua impune por um longo tempo. Assim, é preciso que haja juízes designados especificamente para esses processos.

A DICCA dispõe<sup>17</sup> da seguinte estrutura física: uma recepção, quatro escritórios, uma sala para psicólogo, uma cozinha, dois banheiros e 1 parquinho. No quadro de funcionários, constam dois delegados, quatro escrivães, uma psicóloga, uma faxineira/cozinheira e policiais.

O procedimento na delegacia consiste em ouvir a denúncia, que pode ser anonimamente, por telefone, ou pessoalmente e é registrada pelo escrivão, e selecionada de acordo com o ordenamento jurídico vigente, baseado em critérios relacionados com a gravidade do caso: a) Se for um TCO, casos em que a pena prevista é inferior a dois anos de reclusão, os procedimentos iniciais são: o escrivão ouve o responsável pela criança ou adolescente conforme a gravidade do caso, encaminha a vítima ao IML para fazer exame de corpo de delito e, se for o caso, também ao serviço de psicologia. O próprio escrivão colhe os dados do indiciado, intima-o e interroga-o. A audiência de conciliação é marcada em um dos quatro juizados especializados, variando de acordo com a região em que se deu o fato. Essa audiência é feita por uma assistente social e as partes não necessitam de testemunhas nem de advogados. É uma audiência de conciliação, voltada para um fim, não um meio de solução do crime. Procura-se promover um acordo, mediante a renúncia ao direito de representação, ou da aplicação de penas alternativas, que resultam em geral na distribuição de cestas básicas ou prestação de trabalhos comunitários não relacionados à violência contra crianças. Caso não haja acordo – (o que é bastante raro) –, remarca-se a audiência, já com a necessidade da presença de testemunhas e de um advogado e o caso é enviado e julgado pelo juiz.

b) Já nos casos de BOs, em que a pena é superior a dois anos de reclusão, o escrivão passa o caso para a escrivã da delegada, que, conforme a gravidade, pede o exame de corpo de delito, feito no Instituto Médico Legal, e encaminha a vítima ao serviço de psicologia. É marcado um horário com a própria delegada para o responsável pela criança

---

<sup>17</sup> Registro feito em dezembro de 2002.

ou adolescente. Este retorna à delegacia na data marcada, relata o fato à delegada, dá os dados do indiciado, que posteriormente é intimado e interrogado pela delegada. Os documentos dos indiciados são fotocopiados, faz-se o relatório final, que se torna inquérito policial. Marca-se a data da audiência, que varia de acordo com a região em que se deu o fato, e as partes são ouvidas pelo juiz.

A diferença entre o BO e TCO é que todo o procedimento do TCO é feito pelo escrivão, não forma inquérito policial, a audiência de conciliação é realizada por uma assistente social e não necessita de testemunhas nem de advogado.

O levantamento das ocorrências registradas no período de um ano e meio estão categorizadas e analisadas na seqüência.

### **A violência contra crianças em Goiânia a partir da DICCA**

O levantamento das ocorrências registradas na DICCA permitiu construir quadros em que as informações referentes às situações de violência vividas pelas crianças são apresentadas de forma sistemática.

No quadro 1, as ocorrências estão divididas em BO e TCO. Por serem distintos na finalidade e gravidade, para efeito de organização, optou-se por analisá-los separadamente.

QUADRO 1 – Número de denúncias de violência contra crianças de 0 a 11 anos registradas na DICCA

Ano	BO		TCO		Total	
	N	%	N	%	N	%
2001	32	18,0	50	25,6	82	22,0
2002	146	82,0	145	74,4	291	78,0
Total	178	100,0	195	100,0	373	100,0

Registraram-se em BOs 32 ocorrências em 2001, ano da criação da delegacia, cujo funcionamento teve início em junho (portanto, foram considerados sete meses) e 146 ocorrências em 2002, perfazendo um total de 178. Nos TCOs, constam 49 ocorrências em 2001, e 146 em 2002, com um total de 195 ocorrências. No ano de 2001, registrou-se um

total de 82 ocorrências (22%) e no ano de 2002, 291 (78%), com um total de 373 ocorrências de violência contra crianças registradas em 19 meses considerados. Esses números são expressivos também na medida em que permitem verificar a tendência crescente dos registros.

Sousa (1999), em sua pesquisa sobre o reflexo do ECA na imprensa, apresenta dados que se podem relacionar a estes. No primeiro período analisado (1985 a 1990), foram veiculadas 118 notícias de violência contra criança, e no segundo período (1990 a 1995), 197 notícias de violência. Esses dados, que não se referem apenas à violência intrafamiliar, mostram que as notícias de violência aumentaram ano a ano. Contudo, não se pode afirmar que isso corresponda a um aumento dos casos de violência.

Devido a vários fatores, como a precariedade dos registros, a cumplicidade dos familiares, o medo dos envolvidos e vários outros, os dados sobre a violência não são muito precisos e seguros. Assim, os números levantados não significam que a violência tenha aumentado, mas permitem afirmar que as pessoas têm demonstrado maior disposição para registrar as ocorrências e romper o silêncio. Várias outras hipóteses poderiam ainda ser discutidas a partir das informações levantadas. Mas considera-se, nesta pesquisa, como Maffesoli (1987), que o essencial não é compreender se existe mais ou menos violência nos dias de hoje. O que importa é reconhecer que se trata de um fenômeno humano, e como tal tem um papel na vida em sociedade, ou seja, representa as formas pelas quais as pessoas produzem e reproduzem suas relações sociais.

Na organização dos dados, constatou-se que chegam à DICCA situações diversas envolvendo crianças. Algumas, apresentadas no quadro 2, embora expressem situações que colocam a criança numa posição inferior e subalterna, como por exemplo, negligência, abandono, guarda, subtração de incapaz e outros, não podem ser caracterizadas com base no conceito adotado nesta pesquisa, como situações de violência. Outras denúncias referem-se a situações que são caracteristicamente estabelecidas como violências, com base no conceito adotado neste estudo, e integram o quadro 3.

Para efeitos didáticos, as situações que atingem crianças foram analisadas separadamente, embora se saiba que possam, num mesmo caso, ocorrer em conjunto, como em um dos casos analisados.

QUADRO 2 – Situações diversas envolvendo crianças denunciadas a DICCA

Tipo da denúncia	BO		TCO		Total	
	N	%	N	%	N	%
Negligência	6	12,0	7	33,3	13	18,3
Abandono	11	22,0	1	4,8	12	16,9
Guarda	5	10,0	7	33,3	12	16,9
Subtração de incapaz	12	24,0	2	9,5	14	19,7
Negligência de terceiros	10	20,0	3	14,3	13	18,3
Desaparecimento	6	12,0	1	4,8	7	9,9
Total	50	100,0	21	100,0	71	100,0

O quadro 2 permite observar quão variadas são as situações que podem atingir as crianças. Os números demonstram não haver predominância de uma determinada situação, havendo uma distribuição mais ou menos uniforme entre os diversos tipos e até mesmo a coincidência de números: subtração de incapaz (19,7%), negligência (18,3%) e negligência de terceiros (18,3%), abandono (16,9%) e guarda (16,9%), e desaparecido (9,9%).

Diversos autores, tais como Guerra (1985), Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA, 1992), Marques (1994), Monteiro Filho e Phebo (1997), Sousa (2001) e outros propuseram elaborações teóricas que expressassem a definição<sup>18</sup> das situações que atingem as crianças. Dessa forma, elegeram-se, neste trabalho, alguns conceitos considerados como mais claros e abrangentes para classificar os atos praticados contra as crianças.

A ABRAPIA (2003, p.1) entende como *negligência*

não dar à criança aquilo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio, partindo do responsável. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos, tais como: privação de medicamentos, alimentos, ausência de proteção. É uma violência de detecção muito delicada, em função da discrepância entre a precariedade sócio-econômica da família e o descaso do cuidado familiar.

*Negligência de terceiros* é um conceito adotado neste trabalho para

<sup>18</sup> Não foram utilizadas as definições da DICCA, por estarem vinculadas a noções jurídicas, que neste trabalho não são relevantes.

categorizar um tipo de negligência, com o mesmo significado do conceito anterior, na tentativa de sistematizar uma forma de negligência praticada por outra pessoa que não a responsável pela criança, como exemplo: diretor da escola, síndica do prédio.

O *abandono* é conceituado pelo Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e Saúde (CLAVES, 2003, p.1) como

ausência do responsável pela criança ou adolescente. Considera-se abandono parcial a ausência temporária dos pais expondo-a a situação de risco. Entende-se por abandono total o afastamento do grupo familiar, ficando as crianças sem habitação, desamparadas, expostas a várias formas de perigo.

Os conceitos de *guarda* e *subtração de incapaz* incluídos neste trabalho têm como base a literatura jurídica, haja vista o fato de, sendo termos jurídicos, não serem encontrados em obras que tratam especificamente de violência. Assim, de acordo com Hungria (apud MIRABETE, 2000, p.131), “Guarda é a assistência a pessoas que não prescindem dela, e compreende necessariamente a vigilância. Esta importa zelo pela segurança pessoal, mas sem o rigor que caracteriza a guarda, aqui pode ser alheia”. Entende-se, assim, que guarda é o poder-dever de proteção que um indivíduo – em geral, os pais – exercem sobre a criança e/ou o adolescente, por que se responsabiliza juridicamente.

Segundo o Código Penal, Art. 249, “Subtração de incapaz é subtrair menor de 18 (dezoito) anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial” (MIRABETE 2000, p.138). Conclui-se que há subtração de incapaz quando um menor de dezoito anos ou interdito é subtraído da proteção, da custódia ou da vigilância de quem é responsável por ele.

O conceito de *desaparecimento* não está oficializado, mas compreende a situação em que o responsável pela guarda não tem conhecimento do paradeiro do “incapaz”.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Registra-se a ressalva, neste trabalho, em razão de suas conotações pejorativas, quanto ao uso do termo *incapaz*, apesar de tratar-se do termo jurídico apropriado para referir-se ao indivíduo que não possui aptidão para ser sujeito de direitos e obrigações e, além disso, não pode exercer, por si ou por outrem, atos da vida civil.

QUADRO 3 – Tipo de violências contra crianças

Tipo de violência	BO		TCO		Total	
	N	%	N	%	N	%
Física	18	14,1	134	77,0	152	50,3
Psicológica	5	3,9	29	16,7	34	11,3
Sexual	105	82,0	11	6,3	116	38,4
Total	128	100,0	174	100,0	302	100,0

No quadro 3, ao analisar-se a coluna referente aos BOs, percebe-se que 105 (82%) dos registros correspondem à violência sexual; 18 (14,1%) à violência física e um percentual bem inferior, 5 (3,9%), correspondem à violência psicológica. Os BOs registram os casos mais graves de violência, o que explica o elevado percentual de violência sexual. Os TCOs mostram um resultado diferente, sendo a violência física a mais cometida, com 134 (77%) e a psicológica com 29 (16,7%) e em último lugar a sexual com 11 (6,3%).

A violência física,<sup>20</sup> que interessa especialmente a esta pesquisa, é a mais denunciada, perfazendo um total de 152 casos (50,3%). Segundo Guerra (2001), a violência física é a mais praticada. De acordo com dados do Laboratório de Estudos da Criança – LACRI, em pesquisas realizadas de 1996 a 2003, de 90.698 casos notificados, 30.412 referem-se à violência física. Em pesquisa realizada de 1992 a 2002, o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do CRAMI-ABCD, registrou 4.776 notificações, sendo 2.491 referentes à violência física.

A violência psicológica é a mais difícil de ser detectada, em razão de não deixar marcas visíveis e de seu grau de subjetividade. Considera-se violência psicológica toda forma de depreciação, ameaça, enfim, tudo o que cause sofrimento emocional à criança. De acordo com Guerra (2001, p. 33) o entendimento por *violência psicológica* é

também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico.

<sup>20</sup> O conceito de violência física foi explicitado no capítulo 1, p. 29.

*A violência sexual*, segundo a ABRAPIA (1992),

se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança, e tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Até a década de 80, não havia definições claras e específicas sobre as diversas formas de violência (física, sexual, psicológica, negligência e outras). Desde então, pesquisas, estudos e construções metodológicas para o atendimento a casos de violência, sobretudo, contra crianças e adolescentes constituíram uma especificidade nas áreas de atenção à violência, tendo havido esforços para compreendê-la conceitualmente. No atual momento, é esta compreensão.

A partir deste ponto, no decorrer do trabalho, não será mantida a distinção entre BO e TCO, cujo objetivo foi oferecer uma melhor visualização dos quadros anteriores, procedimento que não é mais necessário nos quadros posteriores.

QUADRO 4 – Ano das denúncias por tipo de violência contra a criança

Ano	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2001	40	26,3	7	20,6	26	22,4	73	24,2
2002	112	73,7	27	79,4	90	77,6	229	75,8
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

O quadro 4 evidencia que a violência física foi a mais cometida tanto em 2001 quanto em 2002, com um total de 152 casos (50,3%); a sexual vem em segundo lugar, com 116 casos (38,4%) e, por último, a psicológica, com 34 casos (11,3%).

Em pesquisa realizada pelo CRAMI sobre a problemática da violência doméstica contra crianças e adolescentes, no período de 1993 a 1997, com 1.131 casos apurados, a violência física também foi a mais cometida, com um total de 524 casos. Em pesquisa realizada pela ABRAPIA também sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes, no período de 1998 e 1999, com 1.169 casos atendidos no SOS Criança, a



violência física teve uma porcentagem de 65% (760 casos).

Esses dados permitem retomar Ariès (1978) e voltar na história. Esse historiador enfatiza que a criança do século XVII e XVIII era pensada como um ser representante do mal. Deveria ser “educada”, até mesmo com severos castigos corporais. Para salvar a alma era preciso flagelar o corpo. A criança era, de certo modo comparada a uma máquina, que poderia ser reconstruída e modelada graças à “educação”. Freyre (1987) reforça essa idéia, ao lembra-se das histórias dos filhos que desde cedo se acostumavam à imposição de castigos físicos extremamente brutais. Os espancamentos com palmatória, varas de marmelo, cipós, galhos de goiabeira etc. tinham como objetivo ensinar às crianças, que a obediência aos pais era a única forma de escapar da punição.

Ressalta-se, assim, o interesse em pesquisar a violência física, fenômeno que necessita, cada vez mais, de compreensão, tendo em vista a feição que adquire no complexo cenário da sociedade contemporânea. Suas causas são históricas, culturais e estruturais, entre outras, como se procura demonstrar no decorrer do trabalho. O quadro que segue mostra a distribuição das crianças vítimas em relação às idades e tipos de violência cometida contra elas.

QUADRO 5 – Distribuição das crianças vítimas de violência por idade e tipo de violência

Idade	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0 a 1 ano	11	7,2	2	5,9	-	-	13	4,3
1 ano	8	5,3	-	-	4	3,4	12	4,0
2 anos	7	4,6	1	2,9	11	9,5	19	6,3
3 anos	6	3,9	2	5,9	11	9,5	19	6,3
4 anos	8	5,3	1	2,9	10	8,6	19	6,3
5 anos	13	8,6	3	8,8	9	7,8	25	8,3
6 anos	8	5,3	3	8,8	6	5,2	17	5,6
7 anos	23	15,1	3	8,8	7	6,0	33	10,9
8 anos	15	9,9	3	8,8	8	6,9	26	8,6
9 anos	13	8,6	4	11,8	15	12,9	32	10,6
10 anos	20	13,2	7	20,6	21	18,1	48	15,9
11 anos	18	11,8	5	14,7	8	6,9	31	10,3
Não identificada	2	1,3	-	-	6	5,2	8	2,6
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

O quadro 5 mostra que ocorre violência em todos os níveis da faixa

etária pesquisada. Não há uma idade preferencial, mesmo quando esta é relacionada aos três tipos de violência apresentados. Esse dado põe em evidência a tendência adultocêntrica das relações em que qualquer criança, independentemente de sua idade, é alvo de violência por parte dos adultos.

A relação adultocêntrica é uma questão cultural, que resiste ao tempo. Uma crítica a essa visão cultural é feita por Charlot (1986), ao se referir ao modo de tratar a criança, na qual está pressuposto que o homem é o mais importante para a tarefa de comando, a mulher lhe é inferior e a criança por natureza é destinada a obedecer ao adulto. O adulto constantemente exerce sobre a criança uma autoridade que é considerada natural e não social. “A criança deve submeter-se ao adulto que é naturalmente superior a ela” (CHARLOT, 1986, p.110).

A criança é socialmente rejeitada, desempenha um papel marginal nas relações sociais (CHARLOT, 1986). Guerra (2001) confirma essa idéia ao afirmar que a criança não participa das relações sociais, das decisões familiares, nem mesmo daquelas que lhe dizem respeito. Fica à mercê dos adultos, que fazem dela o que melhor lhes convém. Valoriza-se a disciplina, a obediência e o respeito aos adultos. A própria concepção de infância constitui-se numa relação de poder do adulto sobre a criança. Sua autoridade perante a criança é indiscutível (NARODOWSKI, 1999).

Entendimento semelhante a este é expresso por Santos (1996) ao analisar que, embora se tenha consciência de sua condição particular, predomina uma concepção da infância como um estado de incapacidade, no qual as crianças carecem, não só das capacidades, mas também das habilidades e poderes dos adultos. Isso se confirma nos dados encontrados em Sousa (1999 e 2001), ABRÁPIA (1999) e CRAMI (1997), que mostram a relação de inferioridade das crianças e abuso de poder por parte dos adultos, o que explica o fato de não haver uma idade preferencial para o ato de violência contra elas.

O quadro 6 mostra a relação entre os tipos de violência e o sexo das crianças.

QUADRO 6 – Distribuição das crianças vítimas de violência por tipo de violência e sexo

Sexo	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	89	58,6	17	50,0	18	15,5	124	41,1
Feminino	63	41,4	17	50,0	97	83,6	177	58,6
Não identificado	-	-	-	-	1	0,9	1	0,3
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

Como se verifica no quadro 6, a distribuição das crianças vítimas de violência conforme o sexo, mostra 177 (58,6%) crianças do sexo feminino e 124 (41,1%) do sexo masculino. A diferença percentual observada está relacionada com a maior exposição à violência sexual do sexo feminino, que comparece em 97 casos (83,6%).

Vários estudos confirmam que as crianças do sexo feminino são as vítimas mais frequentes da violência sexual. De acordo com Kupstas (1997), em pesquisa realizada em São Paulo, em 1995, o sexo feminino é o alvo preferencial dos agressores sexuais, representando de 93% a 95% das vítimas de violência sexual. Também Sousa (1999), em pesquisa realizada sobre o reflexo do ECA na imprensa, observa que a predominância do sexo feminino (61,8%) entre as vítimas da violência está relacionada com o fato de serem as crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas preferenciais e potenciais de abuso sexual. Esse fato é confirmado também pelas pesquisas da ABRAPIA (1999), em que o sexo feminino figura em 80% dos casos.

Um fator cultural sustenta a desigualdade social entre homem e mulher. Heller (1980, p. 51) discute essa desigualdade como consequência da alienação, que “é a discrepância entre a essência e a existência humana, o desenvolvimento do poder material da humanidade às custas do esvaziamento da essência humana dos indivíduos e a totalidade das classes e estratos sociais”. Apesar de a sociedade contemplar hoje maiores possibilidades de expressão do gênero, a mulher ainda está numa posição de inferioridade em relação ao homem. Essa desigualdade manifesta-se nas relações em níveis diversos, como o social e o intelectual, bem como na subjetivação da alienação e reflete-se nas formas de violência que atingem as crianças do sexo feminino.

Quanto à violência física, objeto de investigação deste trabalho, o sexo

masculino é o mais afetado, com 89 casos (58,6%). Esses resultados são confirmados nas pesquisas de Monteiro (1997) trabalhando apenas com violência física e Sousa (2001). De acordo com Monteiro (1997), das vítimas de violência doméstica com registro nos CTs no período de 1º de março a 31 de outubro de 1994 pesquisadas pela autora, 42% são do sexo feminino e 56%, do sexo masculino. Sousa (2001), em pesquisa realizada com pais, sobre o significado de infância, educação e violência física de pais contra filhos, constata que das 411 vítimas de violência física encontradas em sua pesquisa, 232 (56,4%) são do sexo masculino e 179 (43,6%) do sexo feminino.

O quadro 7 mostra os resultados do esforço empreendido nesta pesquisa para relacionar a categoria sexual do autor ao tipo de violência praticada.

QUADRO 7 – O sexo do autor da violência e o tipo de violência cometida contra crianças

Sexo	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	69	45,4	20	58,8	101	87,1	190	62,9
Feminino	80	52,6	14	41,2	8	6,9	102	33,8
Não identificado	3	2,0	-	-	7	6,0	10	3,3
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

Ao fazer o cruzamento entre a variável sexo do autor e o tipo de violência, percebe-se que são os homens os autores mais freqüentes de violência sexual, com 101 (87,1%) dos casos contra 8 (6,9%) cometidos por mulheres. No entanto, são as mulheres as principais autoras da violência física contra crianças: 80 (52,6%) dos casos contra 69 (45,4%) cometidos pelos homens. Sousa (2001) apresenta um resultado semelhante, no qual, 261 casos que representam 70,4% do total, são da violência física cometida por mulher, enquanto os homens figuram em 110 casos, que correspondem a 29,6%.

Não existe uma explicação satisfatória para o fato de a mulher ser a autora principal de violências físicas contra crianças. Para Kupstas (1997), os problemas estruturais constituem o fator preponderante. Ela explica que essa constatação expõe uma dimensão das conseqüências da forma de exploração das mulheres no campo do trabalho, com dupla jornada, pois elas arcam ainda com o trabalho doméstico, e, em sua maioria ganhando a metade do salário dos homens, além de, em muitos casos, chefiarem a família. Já para Sousa

(2001) há ainda fatores agravantes, como o fato de a mãe receber agressões do marido e projetá-las nos filhos, além de ter sofrido, ela própria, violência na infância e ter internalizado esse modelo de tratamento da criança. Segundo Surrurier (1993, p. 140) “a capacidade de amar das mães está longe de ter desaparecido. Mas sem dúvidas está escondida ou sufocada por problemas individuais devido à confusão de valores e à perda do sentido da vida”.

Independentemente da classe social, há em relação à criança uma falta de consideração, legitimada pelos padrões culturais vigentes na sociedade. Essa falta de consideração, muitas vezes aliada à impunidade dos responsáveis pelos diversos tipos de violência intrafamiliar, torna ainda mais difícil o cotidiano de agredidos e agressores, que, presos a um “círculo vicioso”, têm inúmeras dificuldades de rompê-lo, na direção da superação das situações de violência que destroem as possibilidades de convívio familiar (CARVALHO, 2000).

A inferiorização da criança e o conseqüente lugar que ela ocupa nas relações sociais são ser explicados por Charlot (1986) ao mostrar como essa visão de infância produz um modelo de educação autoritária, que de certa forma é repassado de geração a geração, culminando num tipo deformado de autoritarismo, que se caracteriza pela banalização da violência.

Miller (1985) enfatiza que há comprovação estatística de que, em sua maioria, as pessoas que perpetram violência física contra seus filhos foram, elas mesmas, vítimas de violência na infância. Nota-se o caráter cíclico da violência. Filhos agredidos são potencialmente futuros agressores. Ressalta-se, assim, a urgência de intervenção no ciclo de reprodução do fenômeno, pois, caso contrário, ele tende a se perpetuar, tendo em vista esse caráter “hereditário” da violência.

Ampliando essa análise, é ilustrado no quadro 8 o autor da violência e o tipo de violência contra a criança.

QUADRO 8 – Grau de proximidade afetiva do autor com a criança vítima e o tipo de violência cometida

Grau de aproximação	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mãe	43	28,3	-	-	1	0,9	44	14,6
Pai	29	19,1	6	17,6	18	15,5	53	17,5
Avôs	2	1,3	-	-	6	5,2	8	2,6
Tios	2	1,3	2	5,9	6	5,2	10	3,3
Irmãos	1	0,7	-	-	1	0,9	2	0,7
Desconhecido	7	4,6	5	14,7	19	16,4	31	10,3
Empregada doméstica	7	4,6	-	-	1	0,9	8	2,6
Primos	-	-	-	-	3	2,6	3	1,0
Madrasta ou padrasto	23	15,1	1	2,9	17	14,7	41	13,6
Vizinho	25	16,4	14	41,2	17	14,7	56	18,5
Professor	4	2,6	3	8,8	-	-	7	2,3
Namorado	-	-	-	-	1	0,9	1	0,3
Cunhado	-	-	-	-	1	0,9	1	0,3
Sem resposta	9	5,9	3	8,8	25	21,6	37	12,3
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

Conforme mostra o quadro 8, as figuras parentais são as que mais cometem violência contra crianças, principalmente mãe, pai, madrasta ou padrasto, o que configura o fenômeno como intrafamiliar. No cruzamento das variáveis grau de proximidade do autor e tipo de violência, as mães são as que mais cometem violência física – 43 (28,3%) – e os pais os maiores agressores sexuais – 18 (15,5%).

No quadro, constata-se que a categoria *desconhecido* correspondente ao maior percentual de agressões sexuais. Porém, esse dado deixa dúvidas por vários motivos: constrangimento, medo e insegurança na hora do registro da ocorrência, além do despreparo e falta de organização dos profissionais na hora dos registros e vários outros fatores afetam sua confiabilidade.

De acordo com Guerra (2001), dos casos noticiados ao Poder Judiciário de São Paulo em 1981, 10 crianças haviam sofrido violência pelos pais ou padrastos e 8 pelas mães ou madrastas. Da mesma forma, Sousa (1999, 2001) confirma, em suas pesquisas, que os agressores mais freqüentes são as figuras adultas mais próximas afetivamente da criança, e em tese, as que deveriam protegê-las.

Cordeiro (1986, p. 56) afirma que: “os pais podem ser, com uma freqüência alarmante, os piores e mais perigosos agressores de seus filhos”.

A partir deste resultado fica evidente a relação adultocêntrica que existe na sociedade, um poder do adulto sobre a criança. Essa resposta é possível de ser desencadeada, pois a sociedade considere *natural* que pais batam nos filhos “*para o próprio bem deles*” (SOUSA, 2001).

O CRAMI (1997) constatou, a partir dos dados obtidos em ampla investigação, que o autor de violência física mais freqüente foi a mãe (dos 1.131 casos apurados, 423 foram as mães que cometeram violência contra os filhos), seguido do pai (248 casos). As relações do agressor com os filhos agredidos caracterizam-se como do tipo sujeito-objeto. Os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais, que às vezes lhes exigem o desempenho em atividades superiores às suas capacidades.

A história da sociedade brasileira registra bem essa relação de poder do adulto sobre a criança. A cultura do bater para corrigir, educar, permanece, mesmo percebendo que esta não é uma medida educativa eficaz, pois, ao contrário de educar, desperta raiva e reações violentas na criança vítima da violência. Esta não é de fato uma questão nova, ela tem atravessado os tempos.

Diversos são os motivos apontados para a prática da violência intrafamiliar contra crianças. Geralmente é associado à família de baixa renda<sup>21</sup>(como é enfatizado no próximo quadro), cujos membros têm uma jornada dura de trabalho, estão ligados à violência estrutural, vivem histórias de violência desde seus antepassados, por serem os mais ligados à criança, com convivência cotidiana prolongada e vários outros motivos.

Os autores da violência conforme sua profissão são apresentados no quadro que segue.

---

<sup>21</sup> Sabe-se que em todas as classes sociais o fenômeno da violência existe, mas, nas classes médias e altas, é geralmente encoberto, pois tenta-se preservar a imagem da sagrada família.

QUADRO 9 – Co-relação entre profissão do autor da violência contra a criança e o tipo de violência cometida

Profissão do autor	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Guarda, vigilante, porteiro, segurança, policial ou bombeiro	8	6,0	2	6,9	2	18,2	12	6,9
Do lar	21	15,7	4	13,8	1	9,1	26	14,9
Engenheiro	1	0,7	1	3,4	-	-	2	1,1
Motorista ou cobrador	3	2,2	1	3,4	1	9,1	5	2,9
Comerciante corretor ou vendedor	14	10,4	2	6,9	-	-	16	9,2
Pedreiro, pintor, serralheiro, marceneiro ou jardineiro	8	6,0	3	10,3	1	9,1	12	6,9
Cabeleireiro ou manicure	4	3,0	-	-	-	-	4	2,3
Secretária	7	5,2	1	3,4	-	-	8	4,6
Doméstica, diarista, babá, cozinheira	11	8,2	-	-	1	9,1	12	6,9
Professor, diretor, educador ou monitor	8	6,0	4	13,8	-	-	12	6,9
Feirante ou açougueiro	1	0,7	1	3,4	-	-	2	1,1
Técnico, mecânico ou operador de máquina	12	9,0	1	3,4	-	-	13	7,5
Estudante	5	3,7	1	3,4	-	-	6	3,4
Costureira	2	1,5	1	3,4	-	-	3	1,7
Autônomo, administrador ou empresário	4	3,0	-	-	-	-	4	2,3
Enfermeiro	3	2,2	-	-	-	-	3	1,7
Contador	3	2,2	-	-	-	-	3	1,7
Fiscal	1	0,7	-	-	-	-	1	0,6
Desempregado	-	-	-	-	1	9,1	1	0,6
Sapateiro	1	0,7	-	-	-	-	1	0,6
Aposentado	-	-	1	3,4	-	-	1	0,6
Frentista ou lavador de carro	-	-	2	6,9	1	9,1	3	1,7
Gari	-	-	1	3,4	-	-	1	0,6
Funcionário público	2	1,5	-	-	-	-	2	1,1
Lavrador	1	0,7	-	-	-	-	1	0,6
Não identificado	14	10,4	3	10,3%	3	27,3	20	11,5
Total	134	100,0	29	100,0	11	100,0	174	100,0



Como mostra o quadro 9, quanto à categoria profissão, a distribuição dos autores de violência contra a criança é muito variada. Porém, a grande maioria das profissões está relacionada com a classe baixa. Sousa (1999), embora também tenha constatado que os agressores exercem as mais variadas ocupações/profissões, sendo a maioria concentrada nas camadas populares, enfatiza que a violência é praticada por todas as classes sociais. O que ocorre é que na família pobre esse fenômeno sofre uma maior publicização. Devido à sua fragilidade econômica, ela é exposta à mídia e à intervenção institucional, sendo que as classes mais favorecidas têm outras possibilidades de resolver o problema, de forma que suas histórias não cheguem ao conhecimento dos órgãos públicos, e quando isso ocorre, é em número reduzido. Além disso, em geral, mantém a conspiração do silêncio (KUPSTAS, 1997).

Ao considerar o solicitante da denúncia e o tipo de violência, o quadro 10 mostra a seguinte relação:

QUADRO 10 – Tipificação do solicitante das denúncias por tipo de violência

Tipificação do solicitante	Física		Psicológica		Sexual		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mãe	73	48,0	25	73,5	79	68,1	177	58,6
Pai	36	23,7	8	23,5	14	12,1	58	19,2
Avôs	11	7,2	1	2,9	8	6,9	20	6,6
Madrasta ou padrasto	4	2,6	-	-	-	-	4	1,3
Conselho Tutelar	16	10,5	-	-	4	3,4	20	6,6
Tios	6	3,9	-	-	10	8,6	16	5,3
Anônima	-	-	-	-	1	0,9	1	0,3
Vizinho	5	3,3	-	-	-	-	5	1,7
Empregador	1	0,7	-	-	-	-	1	0,3
Total	152	100,0	34	100,0	116	100,0	302	100,0

O quadro 10 mostra que as mães são as que mais denunciam a violência contra os filhos, com 117 dos casos (58,6%) e os pais ficam em segundo lugar, com 58 (19,2%). 77,8% correspondem a figuras parentais que defendem a integridade física, sexual ou psicológica de seus filhos.

Esse resultado parece contraditório com os dados anteriores, pois, apesar de protegerem os filhos, como mostra o presente quadro, também são os pais que mais cometem violência contra eles. Isso pode se dar pelo fato de que são os pais que educam, e a

história e cultura da sociedade apontam para uma relação de obediência aos pais, sendo a punição corporal a forma mais utilizada de disciplinamento desses grupos familiares pesquisados, como confirmam os dados levantados nesta pesquisa. Esse fato pode estar relacionado a fatores psicológicos, socioeconômicos, culturais, bem como a características psicopatológicas do pai e da mãe, que são ao mesmo tempo quem mais denuncia e mais pratica a violência. Isso faz pensar que a família nem sempre constitui um espaço de proteção e resguardo da criança.

A violência intrafamiliar muitas vezes tem caráter sigiloso, a partir do momento em que conta com a aliança entre os cônjuges. Um aplica o castigo e o outro aceita ou se omite (GUERRA, 2001). Apesar disso, a esse respeito houve uma constatação positiva neste trabalho: os números evidenciam uma não aceitação e cumplicidade em relação à violência praticada contra crianças. De acordo com os dados apurados na DICCA, observa-se que as crianças pesquisadas, em nenhuma ocorrência sofreram violência simultânea dos pais. Este é um dado de grande relevância para o presente estudo, pois esta seria uma forma agravada de violência vivida pelas crianças.

Um fator histórico, já evidenciado nos trabalhos de Ariès (1978) e que permanece até os dias atuais, é a visão da criança como objeto. Independentemente da faixa etária e do sexo, as crianças continuam sendo vítimas dos adultos, principalmente pais ou responsáveis, que deveriam protegê-las e educá-las. Também a educação ainda precisa ser entendida não como uma imposição às custas de castigos físicos às vezes brutais, mas como forma de diálogo e ensinamentos de forma tranqüila. As famílias de baixa renda são, conforme os dados, as mais “denunciadas” à delegacia. Daí se pode deduzir o difícil cenário de vida das crianças, que soma às privações e riscos inerentes à condição sócio-econômica da família, o peso (literal) da violência de adultos que lhe são próximos, física e afetivamente.

No próximo capítulo, são analisadas as falas das crianças sobre os significados e sentidos que elas atribuem à violência vivida, com a finalidade de obter uma melhor compreensão de como é, para essas crianças, construir sua subjetividade marcada pela experiência de ser vítima de violência física intrafamiliar.

## CAPÍTULO 3

### OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA VIOLÊNCIA FÍSICA PARA AS CRIANÇAS VÍTIMAS

O presente trabalho elegeu a fala das crianças como campo principal de análise, com o objetivo de compreender quais são os significados e sentidos para as crianças de serem vítimas de violência física intrafamiliar. Antes de iniciar a análise, a partir da fala das sete crianças pesquisadas,<sup>22</sup> no intuito de fazer uma caracterização e contextualização das situações vividas, estas são apresentadas a fim de que se conheçam as condições socio-familiares em que vivem.

#### **Crianças participantes da pesquisa**

*Taila* – tem 7 anos, é filha de pais separados e mora com a mãe (33 anos), auxiliar de dentista, padrasto, que é técnico em contabilidade, e dois irmãos, de 2 e 4 anos respectivamente, filhos da mãe com o padrasto. Residem em um barracão na periferia de Goiânia. No dia da audiência, Taila ficou sabendo que o homem, autor da violência, não era, como sempre acreditara, seu pai biológico, mas seu padrasto.

A denúncia foi feita pela mãe da criança, que também é vítima do marido. Relatou, na denúncia registrada na DICCA, que o autor chegou em casa irritado, e acordou a criança, jogando-a na cama (que se quebrou), depois puxou-a pelos cabelos e a arrastou pelo chão. Disse não suportar mais ver a filha ser agredida com frequência pelo padrasto.

*Katleen* – tem 9 anos, é filha de pais separados e mora com a mãe (28 anos), autônoma, desempregada, e uma irmã de cinco anos que é filha de outro pai. Moram em um barracão na periferia de Goiânia. O pai é bastante presente em sua vida, visita-a sempre e leva-a para passar o fim de semana com ele.

A denúncia foi feita pela avó materna, que mora em outro barracão, mas no mesmo lote em que mora a criança. Declarou que a criança é vítima constante da mãe, e esse último ato de violência sucedeu porque a criança não arrumou a casa e saiu para brincar; quando sua mãe

---

<sup>22</sup> Visando preservar a identidade das crianças, seus nomes verdadeiros foram substituídos por fictícios.

chegou, em casa, surrou-a com um cinto, deixando-lhe marcas pelo corpo.

*Fernanda* – tem 10 anos, é filha de pais separados, mora em um barracão na periferia de Goiânia com a mãe (36 anos), diarista desempregada, o padrasto, ferragista desempregado e alcoolista, e mais quatro irmãos de 13, 6, 4 e 3 anos de idade, que são filhos de diferentes pais. A criança, bem como seus irmãos, não tem nenhum contato com o pai biológico. A família vive grandes dificuldades financeiras.

A denúncia foi feita pela mãe da criança, que relatou ser sua filha sempre vítima do padrasto, o qual, no dia da denúncia, teria perdido R\$1,00 e dito ser Fernanda quem o roubara, ordenando que ela encontrasse o dinheiro. Como ela não o encontrou, ele a agrediu fisicamente e mandou-a embora de casa. O padrasto sempre xinga a criança, bate nela e, quando chega em casa em estado de embriaguês (o que ocorre quase todos os dias), agride a criança, a ponto de jogar-lhe objetos.

*Lucas* – tem 8 anos, é filho de pais separados, e morava, até a denúncia, com o pai, que é viajante, a madrasta (estudante de Direito) e uma irmã de 1 ano de idade, filha do pai com a madrasta. Após a denúncia, está morando com a mãe, que tenta obter na justiça sua guarda, o padrasto e um irmão de 13 anos que é filho da mãe com o padrasto, em uma casa simples num bairro popular de Goiânia.

Lucas é sempre vítima da madrasta, que o enforca, proíbe de sair do quarto e ameaça-o de morte. A denúncia foi feita pela mãe, que declarou que a criança foi visitá-la com marcas pelo corpo das agressões sofridas, e que a madrasta não gosta da criança, agride-a e ameaça-a sempre.

*Antônio e Thiago* – têm 8 anos e 9 anos, respectivamente, são irmãos, filhos de pais separados, moravam com o pai, que é bombeiro, e a madrasta, que é do lar, no interior do estado de Goiás. Após a denúncia, eles estão morando com a mãe, que está tentando obter a guarda de ambos. Residem em um cômodo na periferia de Goiânia.

A mãe fez a denúncia ao perceber as marcas de agressão física quando as crianças chegaram em sua residência e relataram que são sempre vítimas do pai, que as espanca, enforca, dá murros. Nesse dia, quando iam para a casa da mãe, levadas pelo pai, esqueceram o caminho, o que o deixou irritado e, conseqüentemente, este as violentou com murros e arremessou suas cabeças contra o carro.

*Gustavo* – tem 10 anos, é filho de pais separados e morava com o pai, porteiro, a tia e a avó. Após a denúncia, está morando com a mãe, que é diarista, desempregada, o padrasto, também desempregado e duas irmãs, de 13 e 8 anos, filhas de pais diferentes. Moram em um barracão bastante precário na periferia de Goiânia e passam muita necessidade, em especial, a falta de alimentos.

A denúncia foi feita pela mãe de Gustavo, que afirma ser o ex-marido muito agressivo com a criança. O fator agravante foi que o autor tirou a criança da escola para vender salgados na rua e quando não vende todos, é agredida fisicamente. A criança chegou a fugir de casa na última surra, indo à procura de uma delegacia.

### **Contexto sociofamiliar**

A presente pesquisa foi realizada com sete crianças de seis famílias distintas, uma vez que Thiago e Antônio são irmãos. Essas famílias têm características comuns, entre elas: chefia de um único genitor, mudança do padrão nuclear e dificuldades causadas por ingestão de bebidas alcoólicas, desemprego, separação, pobreza, pouca instrução dos pais, filhos de pais diferentes e outros. Essas semelhanças no padrão familiar aproximam as crianças, pois são vítimas, além da violência física perpetrada pelos responsáveis, também da violência estrutural.

A precária situação financeira das famílias, fato bastante evidente, é um aspecto a ser considerado. Pobreza e método disciplinar violento não tem ligação direta. O uso da violência não é característico da classe baixa, contudo, classe social e níveis de educação determinam variações dos tipos de violência cometidos contra as crianças. A classe baixa utiliza-se mais da violência física como forma disciplinar, enquanto a classe alta utiliza-se da violência psicológica (SANTOS, 2003).

Numa sociedade altamente consumista e materialista, a ausência de recursos materiais é fator de exclusão das pessoas. Assim, num esforço de inclusão nessa sociedade, as pessoas submetem-se a uma dura carga horária de trabalho, enfrentando grande *stress*, juntamente com os problemas familiares. Além disso, há o problema do desemprego, em alguns casos, devido à falta de qualificação exigida por um mercado altamente competitivo. Associados, todos esses fatores contribuem para o aumento das angústias e depressões das pessoas, que tendem a descarregar suas frustrações nas crianças.

Zaluar (1992, p. 115) refere-se à população despossuída, que, além de não ter meios indispensáveis à sobrevivência e à cidadania, é atacada pela sociedade de consumo. “Não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale, para os pobres [...] a ser objeto de suspeita de cometer atos ilegais ou ilícitos ou, pior, de ser agente da violência”.

Embora a violência não seja prerrogativa das classes baixas, como foi ressaltado no capítulo anterior, é nessas classes que se torna mais visível, em função de suas condições sociais de existência que as deixam mais expostas e vulneráveis. Ressalta, nesta pesquisa, como fatores que contribuem para uma conduta violenta nas famílias, o desemprego, as precárias condições de moradia e os baixos salários. Todos esses fatores contribuem para uma conduta violenta nas famílias. Contudo, não se trata de confirmar o preconceito de que todos os pobres cometem atos de violência e sim, de mostrar, mais uma vez, que condições de vida precárias tornam os seres humanos mais propícios a cometê-los. Reconhecer isso não implica concordar que exista uma relação direta entre pobreza e violência. Ambas são fruto de formas de organização social baseadas em condições materiais e simbólicas que não promovem adequadamente a socialização e a conseqüente humanização de todos os seus membros.

### **Análise das entrevistas**

A partir da pesquisa realizada com as sete crianças, foram levantados os indicadores, que conduziram ao desenvolvimento de conceitos e categorias, que representam um processo constante de construção do pensamento. Isso possibilitou chegar às zonas de sentido do problema, que foram construídas através do “diálogo” com as informações levantadas, conforme propõe González Rey (2002).

Foram identificados quatro núcleos temáticos de organização da produção de informações, que foram organizadas da seguinte forma:

- Violência vivida
  - O cotidiano
  - História da violência
  - As diversas modalidades de violência

- Desejo de punição aos agressores
  
- Violência sentida
  - Ser criança
  - Infância sofrida
  - O grito de socorro
  
- Sonhos violentados
  - Sonhos
  - Perspectivas
  
- Violência e ideologia
  - Naturalização da violência
  - Idealização da família

### **Violência vivida**

O primeiro núcleo temático identificado nas falas das crianças refere-se às formas reais de violência sofridas por elas, organizadas nas seguintes categorias: o cotidiano, a história da violência vivida por elas, as diversas modalidades dessa violência e o desejo de punição dos agressores, como é apresentado a seguir.

#### *O cotidiano*

A primeira categoria de análise refere-se ao contexto em que vivem as crianças pesquisadas, expresso nos relatos do seu dia-a-dia, que constituiu a primeira forma de interação entre pesquisadora e criança pesquisada. Vários aspectos ficaram evidentes, como se pode observar:

Para Lucas, o cotidiano é de isolamento, pois ele fica o dia todo sozinho dentro de um quarto, exceto no período em que está na escola. A madrasta isola-o de todas as atividades familiares, o que parece demonstrar sua vontade de que a criança vá morar com a mãe e deixe sua casa.

*– Escovo os dentes, lavo o rosto, tomo café, aí eu vou pro outro quarto, um quartinho da dispensa...Eu fico lá até a hora do almoço, aí eu tomo banho e vou pra escola. Aí eu saio às cinco e quinze, aí quando eu chego, vou pro meu quarto e fico lá (Lucas, 8 anos).*

Na constituição da rotina de Lucas, o sentido da solidão vai-se evidenciando. Em sua vida, a falta de socialização, forçada pela madrasta, faz com que ele seja uma criança solitária, vivendo pelos cantos da casa, sem contato com o mundo e com as pessoas.

Para Gustavo, o trabalho – vender salgados nas ruas – estabelece sua rotina, impossibilitando-o até de exercer atividades como ir à escola regularmente. Sabe-se que o trabalho infantil é ilegal até os 13 anos e, a partir dos 14 anos, só é permitido na condição de aprendiz (BRASIL, 1990). Sousa (1994) ressalta que muitas vezes as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar, como ocorreu com Gustavo.

*– Trabalhava de vender trem na rua das uma até as seis [...] ...Eu fui pra escola, a hora que eu voltei era cinco e pouco, eu não tinha vendido, né, que eu estudava, ele [o pai] foi e falou assim: “Vou tirar você da escola” (Gustavo, 10 anos).*

Taila, apesar de não trabalhar fora, como Gustavo, carrega consigo uma grande responsabilidade que é cuidar da casa e dos irmãos mais novos. Essa obrigação estende-se do momento em que acorda até a hora de dormir, o que a faz ter comportamentos diferentes das outras crianças de sua idade. Até mesmo a postura corporal e o jeito sério de falar e lidar com os irmãos demonstram que a responsabilização ocupou o lugar da infância, evidenciando a adultização precoce.

*– Todas as quartas-feiras eu vou pra aula de teclado, aí eu tomo banho e vou para o colégio, aí na segunda-feira eu vou para a creche, vou pra escola... Acordo me arrumo para ir pra creche, sete horas da manhã. Até as onze horas. Aí, depois eu troco de roupa lá e vou com meu coleguinha pra escola. Eu almoço lá na creche. Aí, à tarde, eu vou para a escola, aí eu volto cinco e quinze e fico aqui em*



*casa.*

*Ajudo [a mãe] a arrumar a casa, a ajudo a cuidar dos meninos. Todos os dias quando ela sai à noite, eu cuido dos meninos...(Taila, 7 anos).*

A grande responsabilização na vida de Taila torna-a uma criança triste, de baixa estima, pois deixa de viver sua infância, como brincar e se divertir com os colegas, para cuidar da casa, dos irmãos e de si mesma.

Já Antônio refere-se a necessidades básicas como escovar os dentes e lanche. Além disso, faz ligação com as brigas que tem com o irmão Thiago, o que, possivelmente, representa o modelo internalizado da relação violenta que o pai mantém com os dois. Sabe-se que a subjetividade, bem como os comportamentos que dela advém, não é algo natural e formado aleatoriamente, ele é constituído nas relações que se estabelecem com o outro.

*– Escovo os dente, e lanche...Depois eu brinco...Aí depois eu e o Thiago brigamos (Antônio, 8 anos).*

*– Quando eu acordo eu escovo os dentes, lanche e vou brincar com o meu irmão. Aí nós ficamos brincando de carrinho ali na área (Thiago, 9 anos).*

Antônio e Thiago foram as únicas crianças que se referiram ao brincar, apesar de tê-lo feito de forma muito rápida e sutil. Contudo, Antônio (8 anos) não deixou de relatar a relação violenta que tem com o irmão, que se refere à situação de violência vivenciada em seu cotidiano.

Nos relatos, percebe-se que na vida dessas crianças brincar e divertir-se, essencial a essa fase que estão vivendo (infância) e constitutivo dela, está sendo ignorado. Seu cotidiano está tomado por responsabilidades e atos de violência, que as distanciam do papel estabelecido pela sociedade contemporânea.

### *História da violência*

Outra categoria importante da análise refere-se ao relato da história da violência vivida pelas crianças, que foi feito de forma espontânea, como uma denúncia. Elas relataram os acontecimentos vividos e demonstraram sentirem-se importantes por alguém estar ouvindo-as, ou melhor, estar-se interessando pelo que dizem. Em alguns momentos, choravam, o que significa um desabafo, um pedido de ajuda.

*– No outro dia, ela [madrasta] bateu na minha porta, eu abri, e ela foi me enforcando. Ficaram até as marcas (Lucas, 8 anos).*

*– Antigamente quando ele [pai] chegava do serviço, ele começava a bater na gente...Quando ele ficava nervoso...Tem vez também que, quando a gente acabava de jantar, ele batia em nós. Aí a gente vai e passa mal (Thiago, 9 anos).*

*– É porque de vez enquanto ela [mãe] fica com raiva, aí ela me bate (Katleen, 9 anos).*

*– Teve um dia que ele [pai] me jogou uma pedra, eu abaixei, e a pedra quebrou o pára-brisa do carro. Ele foi, arrumou o vidro e depois foi lá e me bateu de fio (Gustavo, 10 anos).*

Os pais demonstram descontar todas as dificuldades da vida, a raiva e o *stress* nos mais fracos, que evidentemente são as crianças. Adorno (1995, p.122) explicita esse mecanismo, freqüente no comportamento humano: “Um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos”.

Para Taila, a violência apresenta-se de forma um pouco diferente, pois ela é vítima “secundária”, ou seja, depois de bater na mãe, o esposo (padrasto de Taila) descarrega sobre a criança toda a raiva provocada pela briga.

*– Meu pai e minha mãe ficaram brigando, aí meu pai bateu na minha mãe, e eu dormia em cima do beliche, meu pai me jogou lá debaixo do beliche. – Todos os domingos ele me batia, alguns sábados.*

*Aí eu olhei para ele, e ele não gosta que eu olhe pra ele, porque quando eu olho me bate, aí ele pegou o chinelo do meu irmão menorzinho e jogou bem na minha perna bem forte (Taila, 7 anos).*

Taila, em suas falas, demonstra a insegurança vivida, que representa um sentido da violência para ela. Um simples olhar para o padrasto já significa ameaça. Ela não sabe como agir, pois qualquer ato que cometa pode ir contra as determinações do padrasto e ela apanha.

Para Antônio, a violência ocorre em sua vida como uma forma de desamor, ausência de atenção, como, por exemplo, ensinar a tarefa pacientemente:

*– Meu pai só me ensinava à tarefa batendo (Antônio, 8 anos).*

As diferentes experiências vividas por essas crianças elucidam a “gratuidade” da violência sofrida. Isso leva a compreender que há uma espécie de incapacidade da sociedade de garantir as condições humanas para a sobrevivência. Os pais, ou responsáveis, levam seus filhos a serem vítimas impotentes da “descarga” de raiva, dos problemas da vida. Adorno (1995, p. 134-135) afirma que:

Pregar o amor pressupõe naqueles a quem nos dirigimos uma outra estrutura do caráter, diferente da que pretendemos transformar. Pois as pessoas que devemos amar são elas próprias incapazes de amar e por isto nem são tão amáveis assim.

As relações de desamor relatadas pelas crianças revelam a frieza em que suas vidas transcorrem. São tratadas como seres sem importância, ou melhor, que somente atrapalham e perturbam. Com isso, torna-se difícil que elas aprendam o sentido do amor, pois seus pais ou responsáveis não lhes transmitem esse sentimento e tão pouco são pessoas fáceis de amar. Sabe-se que os sentimentos, o respeito, a identificação com o outro, desenvolve-se inicialmente na família (LANE, 1984).

Além de demonstrar o desamor, a gratuidade da violência dos pais, enfatiza a forma de responsabilização precoce e inadequada de que são vítimas:

– Teve um dia que eu estava trabalhando, aí voltei com a cabeça doendo, aí eu tinha vendido a dez centavos, o preço era quinze, aí meu pai começou a brigar (Gustavo, 10 anos).

– Ela [madrasta] me mandou ligar pra minha mãe, e ninguém atendia...Aí ela foi e me jogou o controle (Lucas, 8 anos).

– Aí ele [pai] nos levou até ali, não sabíamos a casa, aí ele começou a bater em nós, aí ele me enforcou, pegou o meu pescoço e tacou no pára-brisa do carro, aí cada esquina que passava ele me dava um murro (Thiago, 9 anos).

– O papai batia em nós porque não andávamos logo de arrumar a casa (Antônio, 8 anos).

As crianças são cobradas por responsabilidades que, além de não serem compatíveis com suas idades, não depende delas seu cumprimento. Não se percebe respeito, nem sequer compreensão com relação à pouca capacidade das crianças para o exercício das funções que lhes são exigidas, tendo em vista as suas limitações físicas e intelectuais. Ou seja, tudo é pretexto para cometerem atos violentos contra as crianças.

Para Fernanda, além da responsabilização excessiva, o alcoolismo do padrasto representa um fator agravante, pois é uma forma que ele utiliza para “acobertar” a violência que comete contra ela. Vários debates existem em torno do uso do álcool, se ele em acréscimo é causa ou consequência do problema; se ele leva as pessoas a fazerem coisas que não queriam ou não poderiam quando sóbrias (SANTOS, 2003). Sabe-se, contudo, que ele não torna a pessoa mais violenta, porém pode provocar vários tipos de reação. Dependendo do caso, quando as cobranças e a responsabilidade social são descumpridas ele pode se tornar um intensificador da violência.

– Ele [padrasto] estava bêbado e queria comprar um cigarro, aí o um real dele sumiu, né, aí ele pôs a culpa em mim...Ele pegou o copo de vidro que estava bebendo pinga e tacou em mim (Fernanda, 10 anos).

Explicar as práticas violentas nas famílias pelo uso de bebidas alcoólicas, *stress* ou por outros fatores imediatos desencadeadores das atitudes agressivas

seria apreender o fenômeno apenas em sua aparência. A violência é um tema complexo e vários são os fatores que contribuem para sua manifestação. Esta análise intenta explicitar aspectos sócio-culturais, econômicos, políticos, históricos e outros que interferem na relação familiar e promovem atitudes violentas nas famílias, procurando apreender na fala das crianças, a essência do fenômeno da violência física.

#### *As diversas modalidades de violência*

Uma dimensão que emerge das falas analisadas são as diversas formas de violência vividas pelas crianças em seus lares, como são relatadas nas situações abaixo:

- *Um dia, a Lina [madrasta] me enforcou assim, eu quase morri. Ela já me enforcou um montão de vezes. A Lina puxou minha orelha, quase arrancou (Lucas, 8 anos).*
- *Um dia ele [padrasto] meteu o murro no meu nariz (Fernanda, 10 anos).*

Esta pesquisa registrou modalidades de violência em que tanto foram utilizados instrumentos como fio, pedra, controle-remoto etc., como não, utilizando-se apenas o próprio corpo: enforcamento, puxar orelhas e desferir murros. No entanto, com ou sem instrumentos, são formas severas de violência que as crianças vivem em seus cotidianos.

- *Teve um dia que ele [pai] já me bateu de fio, pau e uma pedra (Gustavo, 10 anos).*
- *Outro dia, esses dias aí, ela [madrasta] foi e me deu uma “controlada”, o controle até deu choque (Lucas, 8 anos).*
- *Um dia ele [pai] foi e nos amarrou com fio, pegou o cinto e ficava batendo, aí teve uma hora que ele nos jogou no chão (Thiago, 9 anos).*
- *Sabe aqueles negócios de fio? Aí ele [pai] batia em nós. Sabe aquele cinto do corpo de bombeiro? Então, ele bate com aquele, aí ficam as marcas (Antônio, 8 anos).*
- *Minha mãe bateu de cinto, ficaram marcas na minha perna e na minha coxa (Katleen, 9 anos).*

A violência concretizada mediante a utilização de instrumentos, como arremessar contra as crianças fio, pedra, controle-remoto ou atingi-la com cinto, nivela, simbolicamente, a criança a esses instrumentos, colocando-a como objeto sem valor e desprovido de sentimentos.

Para Thiago, a violência sofrida por ele é a pior e mais condenável. Descreve sem detalhes, diferentemente de como fizeram as demais crianças, o espancamento. Considera-se espancado pelo pai:

– *Ele [pai] me bate sem motivo, me espanca* (Thiago, 9 anos).

Em muitos casos, a violência física é cometida como forma de disciplinamento. Esse procedimento é complexo, pois envolve controle, regulamentos e, principalmente, poder, cujo exercício se dá a partir da dominação. Segundo Faleiros (1995, p. 478), o poder e a obediência não são processos pacíficos. “A violência é instrumental e se estabelece com a finalidade de conservar o poder desestruturado ou para revertê-lo”. Nesse sentido, a violência é uma extrapolação do poder, que pune, corrige e controla.

A coisificação da criança, que a iguala a objetos, põe em evidência uma importante questão a ser discutida: o poder, o autoritarismo. Esse mecanismo obriga ao cumprimento de normas sob pena de repressão, que subestima o outro e impede sua expressão. Segundo Adorno (1995, p. 127) “tudo isso se relaciona de um modo ou outro à velha estrutura vinculada à autoridade, a modos de agir [...] Do velho e bom caráter autoritário”.

#### *Desejo de punição aos agressores*

As crianças percebem a si mesmas como vítimas de formas violentas. Com isso, quase unanimemente, revelaram o desejo de que os pais (ou responsáveis) sejam punidos.

A prisão é mencionada pela maioria das crianças como forma de punição, porque sabem que lá é um lugar ruim, onde ficam as pessoas que fizeram algo errado e estão pagando pelo erro.

- *Pais que batem nos filhos... São presos.*  
*Ela tem que ser presa e pagar uma multa grandona... Porque isso não é certo* (Lucas, 8 anos).
- *Devia colocar ele [padrasto] preso também, conversar sobre o que e porque ele ia ficar lá e depois voltava.* (Antônio, 8 anos).
- *Porque ele não devia fazer aquilo, ele devia ficar uns dias lá [na cadeia] pra aprender* (Fernanda, 10 anos).

Em alguns momentos, apenas citam a prisão sem justificá-la, o que representa uma construção social, de que quem faz algo de errado “vai para a cadeia”.

- *Vai pra cadeia* (Antônio, 8 anos).
- *Ele [padrasto] fica preso* (Taila, 7 anos).

Lucas (8 anos), além de justificar a punição como forma social, refere-se ao distanciamento da madrasta que sua prisão lhe propiciaria, desse modo, ele ficaria protegido da violência que a madrasta lhe infringe.

- *Eu queria que ela [madrasta] fosse pra cadeia, porque eu não gostaria que ela me batesse* (Lucas, 8 anos).

Já Gustavo tem um rancor maior e expressa um sentimento muito violento ao desejar formas brutais de castigo para o agressor. É uma criança que carrega consigo um grande desejo de justiça em relação ao pai. Não consegue entender o porquê de tanta maldade e com isso, acaba mostrando-se também violento ao desejar punições para o pai.

- *É muito ruim, porque um dia ele [pai] também vai ter o castigo.*  
*Assim, meu pai fica me batendo, aí um dia ele vai ter o castigo dele.*  
*Ficar assim numa cadeira de rodas...*  
*Quando ele [filho] está apanhando ele pensa mal pro pai dele, entendeu? Aí, ele chama os outros pra baterem no pai. Ela tinha que*

*denunciar o pai (Gustavo, 10 anos).<sup>23</sup>*

Com todo o sofrimento que envolve a vida de Gustavo, seu desejo de justiça se configura em desejo de vingança. Gostaria que o pai ficasse em uma cadeira de rodas para pagar pelos atos violentos que cometeu contra ele. Com isso o padrasto iria sofrer e não mais cometer a violência.

Lucas também tem muita tristeza em relação à madrasta. Em sua fala, expressa em alguns momentos o não perdão.

*– É errado, eu nunca mais vou perdoar ela [madrasta], por causa disso. Nem se ela for pra cadeia e jurar de joelho eu nunca mais vou perdoar ela (Lucas, 8 anos).*

Horkheimer (1990) afirma que as circunstâncias que influenciam a formação psíquica dos indivíduos, na grande maioria, estão na família. Essas crianças, que vivem a violência a cada dia, apreendem essa forma de relação, percebem-na como forma legítima de solução de problemas. Assim, os sentimentos manifestos por elas – por exemplo, em relação à punição de seu agressor – são indicadores da violência interna, que aparece como fruto de seu sentimento de impotência perante seus agressores. Na seqüência, as crianças demonstram seus sentimentos em relação à violência vivida por elas.

#### Violência sentida

A violência sentida pelas crianças foi um núcleo apreendido neste trabalho. Representa uma forma de expressarem os sentimentos que têm em relação à violência vivida. Ser criança, infância sofrida e o grito por socorro formaram as categorias desse núcleo.

#### *Ser criança*

Essas crianças têm uma realidade de vida muito difícil, marcada pelo

---

<sup>23</sup> Neste momento Gustavo dramatiza a situação através da Família Terapêutica.



sofrimento, prematuridade, desamor, devido ao contexto violento em que estão inseridas. Vêm-se impossibilitadas de tomar alguma atitude contra os agressores – diante dos quais são impotentes – para enfrentar adultos, especialmente estes que são os responsáveis por elas. Ao analisar a categoria “Ser criança”, apesar de manifestar-se de forma tão sutil que só foi possível compreendê-lo através do subtexto, percebe-se que há em todas as falas uma vontade de viver a infância, emocionalmente, em outra dimensão, como é usual nessa fase para outros grupos de crianças:

- *Eu adoro ser criança* (Lucas, 8 anos).
- *É bom* (Thiago, 9 anos).
- *É bom, é bom brincar e curtir a vida quando eu sou criança* (Fernanda, 10 anos).
- *É bom, a gente pode se divertir pode estudar tarefas fáceis, não são difíceis como as dos adultos* (Taila, 7 anos).

As crianças referem-se ao “ser criança” como um período feliz, alegre, sem muitas responsabilidades. Um período de “curtir a vida”. Têm uma fala que se refere à verdadeira forma que deveriam viver todas as crianças, de acordo com as leis (BRASIL, 1990).

Para Gustavo, existe uma ambigüidade entre o que é bom e o que é ruim. Bom significa poder brincar e ruim significa apanhar. Fica clara em sua fala, tanto a compreensão de que criança brinca enquanto de sua situação real, de que é criança, mas apanha.

- *É bom...Tem vezes que brinca e tem vezes que apanha, aí é ruim* (Gustavo, 10 anos).

Antônio, como na maioria das vezes, expressa um triste sentimento. Em uma frase simples e direta revela sua realidade e a impotência da criança em relação ao adulto, a fragilidade de não poder defender-se.

- *É difícil porque apanha muito* (Antônio, 8 anos).

Os sentimentos tristes compõem a vida real dessas crianças. Apesar de

algumas terem falado de crianças felizes, demonstram que, mesmo sendo crianças, a felicidade não é constitutiva de suas vidas e sim a tristeza e o desamor.

### *Infância sofrida*

O silêncio manifestou-se com frequência no relato da maioria das crianças. Três conseguiram expressar com mais veemência seus sentimentos.

Lucas afirma o sentimento que tem pelo agressor [madrasta]:

– *Uma coisa ruim, raiva* (Lucas, 8 anos).

Fernanda é bastante explícita no sentimento em relação ao padrasto:

– *Eu sinto um ódio da cara dele, não vou com a cara dele, nem!  
Esse homem é muito ruim, não sei como ele tem a natureza ruim*  
(Fernanda, 10 anos).

Através não somente das palavras, mas também da expressão corporal que fizeram, Lucas e Fernanda demonstram um sentimento muito ruim pelos agressores. O rancor e o ódio estão presentes em suas vidas.

Já Antônio, com duas palavras, diz tudo sobre sua dor, que é certamente a mesma que as outras crianças sentem:

– *Nenhum... Tristeza* (Antônio, 8 anos).

Apesar de nem todos terem-se manifestado explicitamente, o sentimento de tristeza, em maior ou menor intensidade, a todo momento foi mostrado em choros, suspiros, olhares e silêncio. Como relembra Chauí (1998, p. 30) “o silêncio fala, sem, contudo, dizer o que está acontecendo”.

Com a mesma emocionalidade com que as crianças falam em relação aos agressores, expressam de modo igualmente intenso, mas de forma explícita, os

sentimentos relacionados com a percepção de suas vidas:

- *Me sinto triste* (Lucas, 8 anos).
- *Muito ruim, eu penso: “Ai, porque que eu tenho que ficar ouvindo isso, o que ele [padrasto] faz pra mim... será que ele não pensa não? Será que não tem uma cabeça pra pensar antes de falar?”.*
- Muito triste, me sento muito mal, né* (Fernanda, 10 anos).
- *É muito triste* (Taila, 7 anos).
- *Fiquei triste* (Katleen, 9 anos).
- *Muito ruim.* [choro] (Gustavo, 10 anos).

O sentimento de tristeza é muito presente em suas expressões verbais e não verbais. A experiência da violência é marcante na constituição da subjetividade dessas crianças e dificilmente elas a esquecem. Mesmo quando é uma discussão em que o tema não está explicitamente colocado, ela comparece, mostrando, dessa forma, a importância dessa vivência para a construção do sujeito. Segundo Bosi (1994), na maior parte das vezes, lembrar não é rever, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. E, nesse caso, a violência é para as crianças, um registro do passado e do presente.

Gustavo expressa a todo o momento a tristeza que sente, a vida difícil devido à relação violenta que o pai tem com ele. O choro é freqüente, mesmo porque mostrasse desamparado, assim como as demais crianças, restando-lhe apenas chorar. Uma forma utilizada por ele é o desabafo através da escrita, da redação. Demonstra não ter com quem contar, por isso escreve para desabafar.

De acordo com Sawaia (1995), esses sentimentos representam o sofrimento ético-político, pois surgem da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor. Sofrimento que é vivido pela negação imposta socialmente.

- *Um dia, meu pai me bateu, aí eu peguei e fiz uma redação, eu chorei muito.*
- Eu sinto dor...No peito... Eu nunca vi um pai fazer isso com o filho.*
- [choro]. *Eu acho que eu fui o primeiro...a ser um deles a ser*

*espancado (Gustavo, 10 anos).*

As crianças demonstram grande sofrimento em relação à situação social em que vivem, pois são tratadas como inferiores e sem valor. Suas infâncias são marcadas pelo que Sawaia (1995) denomina de sofrimento da inclusão/exclusão, determinado pela privação do sentimento de dignidade, do direito a reconhecer-se e ser reconhecido como gente, pela perda dos laços sociais, na medida em que deveriam ser incluídas em outras formas de tratamento, mas são excluídas, nas condições em que estão vivendo, até do direito de ser gente.

### *O grito de socorro*

O medo vivido na situação concreta está também muito presente em suas falas. Sentem-se ameaçadas e incapazes de reagir, sentindo-se a todo o momento desprotegidas. Foi observado que, apesar de os autores da violência terem sido denunciados à delegacia, essas crianças sabem que permanecem desprotegidas. Além disso, a punição mais severa imputada ao autor pelo juiz foi a doação para a comunidade de uma cesta básica, ou prestação de serviço por um ano. Em alguns casos nenhuma penalidade foi ainda imputada ao agressor, devido à morosidade da Justiça, que chega a levar meses para realizar o julgamento.

É importante salientar que não se discute, no presente trabalho, a necessidade de mudanças na legislação, pois acredita-se que basta que as leis já existentes sejam devidamente cumpridas. Dessa forma, perante a Justiça, os autores de violência física contra crianças não deveriam ficar impunes e continuar cometendo atos criminosos. Conforme mostram os relatos, esses atos transformam a vida de crianças em uma experiência muito difícil e triste.

Em relatos emocionados, as crianças expressam suas angústias:

– *Eu quase morri.*

*Se eu for pra lá, ela [a madrasta] vai me matar, e eu não posso fazer nada. Quando minha mãe chegar, eu vou estar morto (Lucas, 8 anos).*

– *Ele [o pai] pode fazer alguma coisa comigo.*

*Ele fala: “Vou te matar”.*

*Ele pode me matar, me pegar... (Gustavo, 10 anos).*

O medo de morrer é marcante nas falas dessas crianças. A todo o momento, enfatizam que, se a situação continuar como está, os pais/responsáveis vão matá-las. Deixam transparecer, como uma forma de pedido, que alguma atitude precisa ser tomada o mais rápido possível, senão, como diz Lucas, “Quando minha mãe chegar, eu vou estar morto”.

A presença da morte é um elemento de sentido revelado por Lucas e Gustavo. O nível da violência é tão profundo que quando pensam ou falam nos agressores já temem por suas vidas. Além de sentir medo de morrer, Lucas revela as torturas e ameaças praticadas pela madrasta, que o deixam numa situação ainda mais delicada:

*– Ela [a madrasta] disse se a minha mãe não me pegar ela vai me matar, e vai cortar minha língua (Lucas, 8 anos).*

Katleen também é ameaçada pela mãe, porém de forma diferente, mais ligada às estratégias do chamado “pacto de silêncio” (AZEVEDO e GUERRA, 1989): sofre violência física, mas não pode dizer a ninguém, senão sofrerá mais violência.

*– Ela [a mãe] só falou assim que se eu falasse pra alguém eu ia apanhar mais (Katleen, 9 anos).*

Katleen teme falar sobre a violência vivida, pois foi punida pela mãe (agressora) ao denunciá-la. Constantemente é ameaçada de sofrer novas violências se persistir no assunto ou relatar os fatos que ocorrem dentro de casa.

De todas as crianças entrevistadas, Taila e Lucas são as que mais manifestam seus sentimentos e nesse momento expressam o medo em relação ao autor. Temem que ele possa voltar e cometer novamente violência e demonstram não suportar mais viver dessa forma:

*– Quando eu fico aqui, né [em casa], meu pai agora sabe onde nós*

*estamos morando, e eu fico com muito medo, fico tremendo de medo*  
(Taila, 7 anos).

*– Eu fico triste, com medo, se acontecer alguma coisa comigo eu vou  
ficar sem família. Eu tenho medo de voltar pra casa dela [madrasta]*  
(Lucas, 8 anos).

O medo e a insegurança representam um sentido para essas crianças. Revelam que suas vidas estão sob o domínio dos autores da violência. Em alguns casos, temem pela própria vida.

### **Sonhos violentados**

De modo geral, as crianças têm esperança de livrarem-se do sofrimento dessa vida, abarcada pela violência. Uma vida tranqüila, feliz e “normal” é sonhada e planejada por elas. As categorias desse núcleo são formadas pelos sonhos e perspectivas futuras.

#### *Sonhos*

Quando falam de seus sonhos, as crianças expressam vários desejos, como o de ser feliz, mas principalmente de que a violência cesse, apesar de em alguns momentos demonstrarem desesperança, pois sabem que ela está vinculada à sua realidade. O grande sonho de todas é não serem mais violentadas fisicamente pelos responsáveis, como expressam Antônio e Taila.

*– É de não apanhar (Antônio, 8 anos).*

*– Éeee, muitas coisas... Ser feliz quando crescer. Meu pai não me  
bater, e só (Taila, 7 anos).*

O sonho de Gustavo é relacionado com a família. Espera a harmonia familiar, marcada pelo respeito, compreensão, principalmente em relação ao pai, à mãe e às irmãs, sem deixar de lembrar da não violência.

Thiago, a todo o momento, revela o desejo de que o pai mude, de que

ele seja bom, ou seja, que ele não desvirtue o papel de pai, como tem feito.

– *É que meu pai seja bom* (Thiago, 9 anos).

Fernanda e Lucas vivem uma situação bem parecida, pois ambos moram com padrasto/madrasta. Percebem o não-direito destes de cometer qualquer ato de violência contra eles. Sonham que eles saiam de suas casas e voltem para as suas famílias. Gostariam de viver apenas com as mães biológicas.

– *Éeee que ele [padrasto] vai pra casa da mãe dele* (Fernanda, 10 anos).

– *É eu sair de lá [da casa da madrasta]* (Lucas, 8 anos).

Fernanda e Lucas expressam o rompimento dos laços com os agressores como condição para a harmonia familiar, pois a situação vivida por eles é muito constrangedora. Somente a distância iria torná-los seguros e felizes.

Taila também vive com o padrasto, mas, por ter tomado conhecimento desse fato apenas há bem pouco tempo, ainda guarda um sentimento de carinho por ele, como se realmente fosse seu pai. Em todos os seus relatos, ele é referido como pai e não como padrasto.

– *Penso assim que um dia meu pai vai mudar.*

*Eu não quero apanhar do meu pai* (Taila, 7 anos).

Ao relatarem seus sonhos, as crianças expressam a vontade de ter uma família feliz, amável e respeitosa, contando com a mudança de atitude por parte dos pais/responsáveis. Dito assim, seus problemas parecem simples e fáceis de resolver. Contudo, sabe-se que não é algo tão simples, como aparenta ser. A concretização desses sonhos depende de uma mudança em toda a estrutura familiar, ou melhor, da sociedade, pois o indivíduo não é neutro, é constitutivo e constituinte da sociedade (RESENDE, 1987). O pensamento de Horkheimer (1990, p.217) amplia esta análise, ao enfatizar que:

Devido às condições e crises cada vez mais acentuadas [as famílias],

executam de forma cada vez pior as funções em si necessárias, sem que, no entanto, possam ser alteradas fora do contexto social geral. Toda tentativa de melhorar o todo a partir deste ponto permanece, pelo menos no presente, necessariamente sectário e utópico e apenas se afasta das tarefas históricas urgentes. Todavia, o sucesso em áreas sociais mais centrais, tal como toda reação geral, reage à vida na família; pois esta, com relativa autonomia e capacidade de resistência, se mostra em todos os momentos dependente da dinâmica de toda a sociedade.

Os sonhos das crianças entrevistadas nesta pesquisa parecem estar longe de suas vivências concretas, pois sonham que a violência cesse. Contudo, como explica Horkheimer (1990), é necessária uma mudança na sociedade, para se mudar a ordem familiar, que se mostra autoritária e violenta com as crianças, na grande maioria dos casos.

### *Perspectivas*

As perspectivas, os planos para si mesmo futuro pai/mãe foram expressos pelas crianças de variadas formas. Thiago e Fernanda, ao se verem na situação de pais, reforçaram a idéia já expressa anteriormente por eles, referindo-se à aceitação da violência, desde que tenha uma causa justa. Descrevem o uso da violência física contra os filhos, desde que eles dêem motivos e o pai justifique-a, mediante a explicação do motivo, antes de cometê-la. O diálogo também é referendado como importante na relação.

*– Eu não vou ficar batendo nele sem motivo, e não vou espancar. Só vou bater quando ele der motivo. Vou bater, só não vou espancar (Thiago, 9 anos).*

*– Eu não vou bater neles assim sem precisão, eu vou brigar com eles e conversar, senão eu vou por eles de castigo, assim...Se eles tiverem um quarto pra eles eu vou deixar eles no quarto de castigo, sem assistir televisão, por exemplo, sem brincar com os colegas deles...Se for muito grave mesmo eu bato, mas se não for eu converso, eu falo que não pode fazer isso.*

*Se ele for para a casa de algum colega sem contar pra mim... Ou senão se ele for dormir na rua sem falar pra mim, se ele também for*



*pro lado ruim, como aqueles meninos que cheiram cola, essas coisas, sabe? Aí eu bato, mas também converso muito* (Fernanda, 10 anos).

O “círculo vicioso” da violência está marcado nessas falas. Vivem em uma família, uma sociedade e uma cultura que exercem a educação através de punições físicas. A socialização se faz pela violência e não através de formas mais humanas como amizade, confiança e respeito. O simples fato de ter uma justificativa para o ato violento já o tornam aceitável e correto.

Gustavo e Antônio discordam de qualquer forma violenta entre pais e filhos e referem-se a sentimentos como carinho e amor.

*– Bem...Com muito carinho. Eu não vou espancar eles, eu vou ajudar eles a fazer tarefa e não explorar. Assim...Não mandar eles vende os trem na rua* (Gustavo, 10 anos).

*– Ai...Carinho, amor...Eu não vou bater nele, só vou pôr de castigo* (Antônio, 8 anos).

As crianças, mesmo sendo educadas num contexto da violência, pretendem romper com esse círculo e construir relações mais afetivas e democráticas.

Devido às grandes responsabilidades vividas por Taila, ela ressalta essencialmente os cuidados e atenção que gostaria de receber na relação familiar. Refere-se aos cuidados “normais” que uma criança de sete anos, que é sua idade, deve ter. Ter um adulto sempre cuidando da criança, para fazer a comida, levar à escola etc. Até colocar para dormir ela enfatiza, pois, na verdade, é ela quem faz esse papel em sua casa, como os irmãos menores.

*– De 7 anos assim, eu arrumo uma babá para cuidar deles, aí eu vou trabalhar. Eu trabalho, aí depois eu chego, arrumo o almoço das crianças, depois eles vão tomar banho, aí eu levo eles pro colégio, depois eu volto pra casa, depois eu vou lá buscar eles...Depois eu faço a janta deles, depois escovo os dentes deles e os ponho pra*

*dormir (Taila, 7 anos).*

Katleen, embora de forma menos explícita, também se refere à atenção dos adultos. Mas, como em outras falas, refere-se principalmente às necessidades básicas, o que se relaciona com as carências materiais sofridas por ela, devido à condição financeira precária em que vive sua família.

*– Vou tratar bem, não vou bater, vou falar com eles, quando eles precisarem de alguma coisa eu vou dar, eles vão ter escola, assim eu vou tratar bem, não vou tratar mal (Katleen, 9 anos).*

Percebe-se que as crianças desejam para seu futuro muito do que lhes falta na relação familiar. Aludem ao não espancamento, não bater sem motivo, o diálogo, amor, compreensão e cuidados, ou seja, descrevem projetivamente a vida que gostariam de ter e não têm.

### **Violência e ideologia**

A violência está significada pelas crianças como forma natural cultural e inerente ao processo educativo existente na sociedade. Com isso foram identificadas a naturalização da violência e idealização da família como núcleos temáticos.

#### *Naturalização da violência*

Ao analisar as falas das crianças sobre as experiências violentas vividas por elas, emergiu a categoria de naturalização da conduta violenta. Ou seja, algumas formas de violência são vistas de maneira “natural” pelas crianças. Foi muito enfatizado em suas falas, por exemplo, o direito dos pais de bater nos filhos:

*– por exemplo, é preciso quando você teima na escola...Faz uma arte, bate nos menininhos...  
Se ele fizer uma coisa muito errada, por exemplo, morder o colega, aí ele tem que apanhar com cinto, mas não fazer a tarefa não tem nada a ver, né (Lucas, 8 anos).*

– *de bater quando o filho fizer alguma coisa de errado. Só não pode bater sem motivo* (Thiago, 9 anos).

– *dependendo do que a menina fez, pode apanhar. Ficar muito tempo na rua, xingar...Se for pra casa de algum colega sem contar, ou senão se for dormir na rua sem falar, se for pro lado ruim, como aqueles meninos que cheiram cola* (Fernanda, 10 anos).

As falas das crianças reproduzem valores culturais, segundo os quais a violência tem uma função corretiva de atos errados. Assim, elas consideram natural os pais baterem nos filhos e até consentem e autorizam, desde que estes tenham infringido alguma norma, ou tenham dado “motivo” para receberem a punição. Marx (apud BOUDON, 1993) ressalta que a violência não é um estado natural, é uma característica do estado social pervertido pelo monopólio dos meios de produção.

Para Gustavo a violência está autorizada quando é precedida de uma explicação, isto é, a criança precisa saber por que está apanhando:

– *Tem que explicar porque ta apanhando* (Gustavo, 10 anos).

Algumas crianças restringem a permissão da violência, referindo-se à intensidade da dor física. Assim, desde que o ato não doa, não machuque, não deixe marcas, não seja com força, nem seja espancamento, pode-se bater.

– *É errado bater de cinto, o melhor é dar uns tapas, né. Cinto dói.*

*Pode bater de tapa. Cinto deixa a marca* (Lucas, 8 anos).

– *Pode bater devagar, não pode com força.*

*Pode bater de sandália, não dói, mas de cinto não* (Antônio, 8 anos).

O espancamento é uma forma repudiada pelas crianças. Nesse caso não há aceitação, como relatam Lucas e Katleen:

– *Bater quando for preciso é certo, mas espancar não é certo não* (Lucas, 8 anos).

– *É certo bater, só que ela espancou a filha dela, não é certo, porque*

*machuca* (Katleen, 9 anos).

Lucas e Katleen demonstram que a dor é um sentido da violência. Essa dor é entendida como humilhação e como uma prova de desrespeito para com elas.

É importante registrar que Taila, ao contrário dos demais, em nenhum momento expressou qualquer tipo de manifestação em relação à violência sofrida. Em síntese, há, no discurso das crianças, uma explicação causal para o ato, ou seja, desde que haja um motivo que a justifique, a violência física é um recurso legítimo. Com isso, somente o espancamento (ato violento de deixar marcas e provocar excessiva dor) é repudiado.

Sabe-se, baseado na literatura, que a violência é gradual, começa com atos considerados simples, como um puxão de orelhas e vai aumentando (por ser permitido), até chegar no espancamento. No entanto, é imprescindível repudiar todos os atos de violência, pois o grande desafio é construir uma sociedade em que a violência não seja o parâmetro.

Segundo Assis (1994), uma das maiores dificuldades no enfrentamento da problemática da violência intrafamiliar é que, no geral, tanto os autores quanto as próprias vítimas consideram a violência física como constituintes do processo educativo (na presente pesquisa identificou-se que 47,4% dos autores de violência física contra crianças são pais e mães). Portanto, a violência passa a fazer parte de um processo “normal”, sendo esta normalidade assimilada e aceita também pelas crianças.

A naturalização da autoridade do adulto sobre a criança é um importante fator de construção da submissão, pois percebê-la como natural e não social faz desenvolver a idéia de posse. É, portanto, outorgado aos pais o direito de agir como quiserem “para o bem” de seus filhos. Dessa forma, para as crianças, é difícil reconhecer algumas práticas violentas dos pais como atitudes erradas, tendo em vista que foram acostumadas, desde cedo, a esse tipo de afirmação do pátrio poder.

Chauí (1998) analisa essa naturalização como uma forma difundida do funcionamento da política de mando e obediência, na qual não há lugar para a democracia. Assim, mostra-se a submissão da criança em relação ao adulto, vista como um dado natural da sociedade. Porém, a violência não deve ser entendida como um “dado natural” e sim como

socialmente construída. A autora analisa a existência do “mito” da não-violência no Brasil, isto é, da imagem construída de um povo generoso, alegre, solidário. As desigualdades são consideradas fatos naturais da sociedade. Na verdade, é a prepotência de uma ideologia autoritária que naturaliza as desigualdades.

Sabe-se que a violência é um fenômeno histórico-cultural, transmitido de geração para geração. Muitas vezes, os pais não percebem que, na realidade, estão privando seus filhos de direitos básicos, como liberdade de expressão, desenvolvimento intelectual, moral e físico, bem como do direito de participar ativamente da vida familiar. Assim, os pais privam os filhos de serem eles mesmos, de serem sujeitos de sua própria história.

O aspecto cultural subjacente à violência é um fato notório. A aceitação dessa forma punitiva é inerente a um modelo de educação em que as crianças são desde cedo ensinadas a obedecer a seus familiares. Porém, trata-se de um tipo de obediência que inclui a punição física, caso elas não cumpram as ordens estabelecidas. Assim, não lhes é permitido manifestar suas idéias, desejos e necessidades, pois são percebidas como uma “tábua rasa”, devendo ser moldadas da maneira que os adultos quiserem.

Passetti (1995) analisa a violência como uma questão social, ao ressaltar que a sociabilidade autoritária presente na formação das crianças, futuros pais, só tende a ampliar-se, pois elas estão, cotidianamente, reafirmando a violência física como padrão da sociedade. Em suma, essa forma de sociabilidade implica a negação do sujeito, a negação da subjetividade de cada indivíduo, o desrespeito às diferenças. Com isso, como a violência é sócio-historicamente constituída, ela é transmitida às crianças e aprendida por elas e passa a ser uma forma de “resolver problemas”.

Com efeito, uma questão ligada a esses sentimentos aflora nas falas das crianças. Estas, ao se referirem aos seus agressores, que geralmente são o pai, a mãe ou um responsável, vêem-nos como merecedores de severas punições.

De acordo com Adorno (1995, p.135),

Crianças que não suspeitam nada da crueldade e da dureza da vida acabam

por ser particularmente expostas à barbárie depois que deixam de ser protegidas. Mas, sobretudo, não é possível mobilizar para o calor humano, pais que são, eles próprios, produtos desta sociedade, cujas marcas ostentam.

Ressalta-se, entretanto, que, apesar de as crianças entrevistadas perceberem algumas formas de violência como naturais e permitidas devido ao modelo de sociabilidade em que estão inseridas, elas não são, como afirma Adorno (1995), alheias em relação à crueldade vivida em seus lares. Em nenhum momento, citam como naturais as formas de violência vividas por elas. Explicitam como naturais apenas as que consideram menos agressivas e que tenham sido motivadas pelas crianças; porém, em seu caso, como são sem motivo, são reconhecidas como maldade dos responsáveis (agressores).

### *Idealização da família*

As crianças idealizam sua família. Gostariam que seus responsáveis (autores da violência) fossem diferentes. Expressam a vontade de viver em uma família com relações, no mínimo harmoniosas.

– *Desse amor, carinho, respeito* (Gustavo, 10 anos).

– *Que ele [o pai] ficasse bom conosco.* (Thiago, 9 anos).

– *Desse carinho...*

*Que fosse bom, que desse carinho, amor, e parasse de bater em nós.*

*Fizesse carinho...Que ele [pai] seria bom pra nós, desse carinho... E amor...Só* (Antônio, 8 anos).

– *Que ele [o padrasto] fosse um padrasto exemplar pra gente, e para os filhos dele também* (Fernanda, 10 anos).

Essa categoria analisada elucida bem que as boas relações afetivas estão em primeiro lugar. Desejam que seus pais ou responsáveis fossem o oposto do que na realidade são, que tivessem uma relação carinhosa, amorosa e de respeito com as crianças. Thiago expressa de forma simples e clara sua vontade:

– *Eu queria mesmo é que meu pai mudasse* (Thiago, 9 anos).

De acordo com Gustavo e Katleen, o importante é que os responsáveis dessem atenção, cuidado, explicassem os motivos de seus atos e não os tratassem mal.

– *Queria ter um pai bom, que explicasse por que ele [a criança] tava apanhando, e ajudasse ele a fazer as tarefas* (Gustavo, 10 anos).

– *Devia sentar com a filha dela e conversar pra não acontecer isso mais.*

*Que quando o filho teimar tem que falar pra ele não fazer mais aquilo, não é bater, porque bater é tratar mal. Tratar bem é conversar com a criança, deixar ela dormir num lugar claro, não pode deixar ela com fome...* (Katleen, 9 anos).

As crianças, além de expressarem o desejo de viver relações de carinho na família, elucidam bem o modelo de família relacionado à não-violência. Se os responsáveis pelo menos parassem de bater, já teriam uma família feliz.

– *Só que ele [o pai] parasse de bater em nós.*

*Desse carinho e amor, e não ficasse espancando.*

*Não precisar bater no filho... E dar amor e carinho pra ele.*

*Dar a guarda pra mãe cuidar* (Thiago, 9 anos).

– *Não bater em nós, conversar, ensinar...*

*Aiiii me ensinasse a tarefa sem bater* (Antônio, 8 anos).

– *Que ele [o padrasto] parasse de beber, né,*

*que ele pudesse morar com a gente,*

*que ele fosse mais bom, que ele parasse de querer bater nos outro,*

*de querer ser metido a valente* (Fernanda, 10 anos).

O amor tem um sentido fortemente expresso pelas crianças, pois quando desejam que ele exista na família, é porque gera uma situação de harmonia, respeito e compreensão, em que a violência deixa de ocorrer.

Há de se considerar a influência da religião na formação dos valores das famílias. Fernanda descreve a importância da religião para a modificação tanto de sua vida, quanto de seu padrasto e da família em geral:

– *Só se um dia Deus colocar na cabeça dele que isso não é certo. Ele pode ser até bom se um dia ele começar a freqüentar a igreja* (Fernanda, 10 anos).

O desespero vivido por Fernanda faz com que a fé seja um sentido, ressaltado por ela como único e último caminho para que a violência em sua vida seja algo do passado.

O desalento advindo da busca frustrada de uma vida, na qual exista relação igualitária, com uma proximidade maior na convivência entre distintas faixas etárias, faz com que as pessoas entreguem à divindade seus anseios e confiem a ela suas esperanças. Essa crença passa a ser, para muitas crianças, o “amortecedor” que as ajuda a continuar vivendo com resignação e a suportar as provações de suas tenras vidas, tão precocemente amarguradas.

Roure (1999) aborda, em seu trabalho, a influência da religião no cotidiano das famílias. Ela observa registros na *Bíblia* que enaltecem a disciplina e a correção em casos de desvio do filho homem, sendo que os castigos físicos são permitidos. Ressalta-se, portanto, também nos ensinamentos religiosos, a naturalização da violência física.

Contudo, Taila, Lucas e Antônio, que além de terem expressado sentimentos idealizados na maioria de seus discursos, diferenciam-se das demais crianças, pela grande ênfase dada ao fator econômico, que está fortemente vinculado às suas configurações subjetivas (ter uma casa, carro, passear, comprar roupas):

– *Eu penso assim que um dia meu pai [o padrasto] vai mudar. Eu penso que ele vai mudar, comprar uma casa pra nós, comprar um carro, ele vem morar comigo mais os meus irmãos...É isso. Que ele me tratasse muito bem.Tratar bem como os outros pais. Tratar bem assim... Ensinar a tarefa, levar pra passear... Levar no colégio... Eu gostaria que ele fosse muito bom, tivesse um carro, e ele e a minha mãe juntos, e os meus irmãos, porque eles moram longe com a avó, e viesse morar conosco* (Taila, 7 anos).



– *Eu queria que ela [a madrasta] gostasse de mim...Deixasse eu assistir televisão, saísse comigo, comprasse roupa pra mim...Igual uma família assim, né, normal* (Lucas, 8 anos).

– *Fosse igual o namorado da minha mãe. Ele dá carinho, éeee amor...Não bate em nós, ele só briga. Ele brinca com nós, tem vez que ele nos leva lá na... Eu não sei se você sabe onde é, lá na pracinha, aí ele brinca com nós, compra sanduíche, lanchamos, depois nós vamos embora* (Antônio, 8 anos).

Uma dimensão aparente na resolução do conflito da violência é a aquisição de certos bens materiais, como relatam as crianças: carro, roupa, sanduíche. Por esses discursos, parece que alguma disponibilidade de recursos financeiros ajudariam a resolver ao menos uma dimensão da violência que as crianças têm vivido: carência material, fome, desconforto.

As famílias desejadas pelas crianças são construídas com base em valores tradicionais, veiculados pela escola, pela igreja e pelos meios de comunicação. Estes são os valores reconhecidos pela sociedade, que é patriarcal e adultocêntrica. Elas idealizam suas famílias, mas desejam que permaneçam seus verdadeiros familiares. Em Rizzini (2001), essa idéia está ampliada quando ela afirma que embora tenham ocorrido mudanças na família ao longo dos séculos, esta continua sendo o principal suporte para o desenvolvimento dos indivíduos.

As interações familiares são fundamentais para o desenvolvimento dos sujeitos e este pode ser favorecido pelos elos estabelecidos entre os membros de uma família. A idéia sustentada pela sociedade – que nos constitui e é constituída por nós – é que o importante é viver em família, por mais que essa família não esteja dentro dos padrões idealizados. De acordo com Sousa e Peres (2002, p.1), a família é o “lócus social afetivo privilegiado da criança”.

Em síntese, entende-se que as crianças atribuem vários sentidos à violência de que são vítimas. O sentimento de impotência diante dos autores é muito presente, o que representa o sentimento de fragilidade que experimentam em face da violência que as atinge.

O desamparo também é relatado. Elas se sentem sozinhas e incapazes de lutar contra a violência, e com isso expressam o desejo de justiça para o agressor, o que amenizaria o problema vivido por elas. Além disso, não compreendem a violência que sofrem, pois reconhecem que a forma como são tratadas jamais deveria ocorrer, pois ninguém é merecedor de uma vida tão cruel. Nem mesmo quando se referem ao desejo de punição para os agressores, reproduzem as formas de violência que sofrem.

A tristeza é demonstrada a cada momento. E não poderia ser diferente: vivem amedrontadas, temerosas, esperando que nova violência contra elas ocorra a qualquer momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um exame mais atento do passado histórico da humanidade mostra que a criança nunca teve reconhecido seu real valor. Sempre foi tratada como ser inferior e sua fala não é ouvida. Neste trabalho, buscou-se exercitar o respeito ao direito da criança de expressar-se, de ser ouvida e, mais do que isso, de ser compreendida dentro de suas condições sociais, como ser histórico, político e cultural.

Considerou-se assim, uma nova forma de compreender a criança; a partir dela mesma. Suas falas foram em todos os momentos consideradas. Através de formas diretas, sem, muitas vezes, ser necessário interpretá-las, elas revelaram o seu próprio pensar, sentir e viver a violência. Não se buscou revelar as lembranças do passado, mas sim do que está presente em suas vidas.

Diversas contribuições teóricas e muitas pesquisas e estudos sobre o tema confirmaram o interesse deste estudo específico sobre a violência física em Goiânia e forneceram as bases deste trabalho. Entre as várias formas de violência praticada contra as crianças, os dados de muitas pesquisas mostram que a mais denunciada aos órgãos de defesa é a física. De certa forma, isso se explica por ser esta a mais cometida no contexto familiar, uma vez que é culturalmente “permitida” e a relação do adulto com a criança, apesar de esta ser protegida pelo ECA, é ainda, frequentemente, de extrema desigualdade.

O cotidiano da maioria das crianças pesquisadas é sobrecarregado, cheio de responsabilidades, o que se contrapõe à noção de infância como uma fase desprovida de preocupações. As condições físicas e intelectuais desses “seres em desenvolvimento” não são levadas em consideração, impõe-se-lhes uma adultização precoce.

A violência física, como foi relatada, manifesta-se na forma de murros, tapas, chutes e outras em que se utilizam objetos como cinto, vara etc. não foi estudada isoladamente. Procurou-se focalizá-la em articulação com outras formas distintas de violência, como ameaças, chantagens, humilhação, o que configura a violência psicológica; o

descuido, e o descaso, que materializam a negligência, além da violência estrutural representada pela falta das condições mínimas para a sobrevivência (alimentação, higiene, moradia adequada).

Os significados da violência intrafamiliar expressos pelas crianças em suas falas, e os sentidos, tendo em vista o processo de construção-interpretação de suas realidades, mostram que temor, medo, insegurança, humilhação e baixa-estima compõem o seu dia-a-dia. O medo da morte é também um importante componente de sentido expresso pelas crianças, pois sentem-se submetidos a um processo marcado pela apropriação e dominação, não só do destino, do discernimento e da decisão livre, mas também da pessoa do outro.

A análise da fala das crianças revela o quanto elas se sentem desprotegidas, pois a violência está inserida em sua vida cotidiana, e aqueles que deveriam protegê-las são os que as agredem. O sofrimento é expresso não somente em palavras, mas nos gestos e olhares, no choro e, não raro, pelo silêncio. Seus sonhos estão todos relacionados com a paz e harmonia familiar. Isso que parece a muitos ser tão pouco, para elas seria uma grande conquista. As respostas dadas pelas crianças à violência vivida na família, em muitos casos, estão representadas pelo desejo de punição dos agressores, por meio da prisão, do sofrimento e até mesmo da morte, para tornar possível uma “paz” futura.

É sobretudo preocupante o difícil cenário de violência que vem se legitimando no decorrer dos tempos no interior das famílias. Contudo, é importante ressaltar a constatação de que é insuficiente abordar a violência física contra crianças tendo em vista a vítima, o autor ou mesmo seu contexto imediato, uma vez que ela expressa a ausência de um modelo democrático, tanto na família quanto fora dela.

Alguns elementos, de caráter universal, são subjacentes a todas as formas de violência intrafamiliar praticadas contra crianças. Como nesta pesquisa trabalhou-se com processos envolvendo pessoas denunciadas ao Poder Judiciário, na sua maioria, representativas das camadas populares, a análise teve-se, especificamente, a essa classe social. Entretanto, em nenhum momento o presente trabalho inferiu que as relações de violência intrafamiliar contra crianças são uma prerrogativa das classes populares. Tem-se perfeito conhecimento de que esse fenômeno manifesta-se em todas as classes, mas é das

classes populares que surgem mais denúncias, uma vez que as demais classes preferem recursos privativos para lidar com o problema. Assim, no caso das famílias denunciadas à DICCA, o primeiro e fundamental elemento subjacente é a própria condição de marginalidade social, econômica e cultural em que vivem.

Um segundo elemento que contribui para a prática da violência intrafamiliar é a cultura da violência no Brasil. Em sinuoso movimento histórico, que traçou como as famílias no transcurso dos tempos tratavam, e ainda tratam as crianças. A violência deixou de ser esporádica para tornar-se cotidiana, constituinte dos meios “educativos”. Essa violência cultural e diária contra a criança representa uma coisificação desta, que tem característica de propriedade privada. Aprofundando a discussão em torno desse modelo, percebe-se que as relações da criança com a sociedade foram e continuam sendo mediadas pelos adultos. Apesar dos esforços de alguns segmentos sociais para fazer valer os direitos da criança, numa visão igualitária e libertária equivalente à que se aspira para os adultos, as crianças continuam marginalizadas social, econômica e politicamente.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira com os avanços tecnológicos e o volume de informações que chegam até as famílias através dos meios de comunicação exigem novas formas de relacionamento. Entretanto, a falta de novos valores éticos e morais e até de perspectiva em função da condição de marginalidade a que são submetidas às famílias populares, bem como uma visão de mundo inadequada às exigências contemporâneas, contribuem para que não haja uma sintonia na comunicação familiar.

É motivo de grande preocupação constatar que tanto as pesquisas e contribuições teóricas diversas quanto as medidas intervencionistas têm sido ineficazes para conter a progressão do fenômeno da violência intrafamiliar contra a criança. Isso não quer dizer que se negue sua validade. Porém, principalmente no tocante às medidas de ordem intervencionista, apesar do empenho do poder público e de as políticas sociais para a infância no Brasil terem sido ampliadas, há de se reconhecer que faltam decisões políticas mais ousadas e eficazes na área da infância, além da efetiva aplicação da lei, para assegurar o exercício da cidadania a essa população.

O combate à violência física intrafamiliar exige, sobretudo, compromisso político, pois apesar de não estar vinculada à pobreza, ela é fortemente

estimulada pelas carências, privações e sofrimento que esta provoca. Rizzini (2000) refere-se às bases de apoio, que são fundamentais para todas as crianças e jovens indistintamente, e não apenas para aqueles que enfrentam situações específicas de risco. Ressalta que é necessária uma mudança de mentalidade das políticas sociais para que não priorizem somente os problemas e fracassos, mas as competências e potenciais da criança, da família e da comunidade: “O que estamos argumentando é a necessidade de uma mudança de ótica para mudar a prática, cuja ênfase deve ser a prevenção de circunstâncias que prejudiquem o desenvolvimento integral da criança” (RIZZINI, 200, p. 8).

Todas as crianças necessitam de assistência, como educação, saúde, moradia adequada, para que se desenvolvam plenamente, bem como de proteção e carinho. Com a proposta das “bases de apoio” (RIZZINI, 2000), busca-se oferecer às famílias, sobretudo aos pais, condições para que cuidem adequadamente dos filhos. Cabe à comunidade e ao Estado assegurar isso. Esse enfoque possibilita uma mudança das relações de poder, culturalmente enraizadas, sobretudo a relação de autoridade sobre os filhos.

As falas de cada criança pesquisada revelam o quão sensibilizados e fragilizados estão esses seres. Sua situação é urgente. São necessárias medidas intervencionistas eficientes para combater e prevenir a violência física intrafamiliar, que mutila o corpo e o psiquismo (subjetividade) de tantas crianças, não apenas em Goiânia.

Espera-se que a riqueza das informações, obtidas neste estudo, possam contribuir também para o aprofundamento das políticas e ações na área da violência intrafamiliar contra crianças. A reflexão sobre os argumentos e proposições favoráveis e contrários a tal prática, de um ponto de vista teórico, ético e psicológico, pode oferecer subsídios para políticas públicas eficazes na área. Muitos aspectos necessitam ser melhor aprofundados em novos estudos. Por exemplo, é preciso abranger, em estudos como este, a família na complexidade das relações que a constituem, visando a efetivação das “bases de apoio”.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. *Reconhecendo os diferentes tipos de violência*. Site da ABRAPIA. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.abrapia.org.br/homepage/tipos de violência/tipos de violência.html](http://www.abrapia.org.br/homepage/tipos%20de%20viol%C3%ancia/tipos%20de%20viol%C3%ancia.html). Acesso em 04/10/2003.

ADORNO, Sérgio. *Violência e educação*. São Paulo, 1988. (mimeografado)

ADORNO, Theodor W, Horkheimer, Max (Org). Sociologia da família. In: CARNEVACCI, Massimo (Org). *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, Ana Mercês; B. GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 128-140.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

\_\_\_\_\_. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. *Infância e violência doméstica: perguntelho*. São Paulo: IPUSP/Laboratório de Estudos da Criança, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOUDON, Raymond. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF, 1993.

CARVALHO, Rosane de Sousa. *Transgressão autorizada: violência doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Salesiana, 2000.

CAVAZZUTI, Tomás. *Violência e sociedade*. Cadernos CEAS. Salvador, no. 83, 1983.

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *A não violência do brasileiro*. Um mito interessantíssimo. In; Educação ou desconversa? Almanaque no. II. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. *Ética e violência*. Colóquio interlocução com Marilena Chauí. Londrina, São Paulo, 1998.

Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde. Site do CLAVES. Disponível em <http://www.claves.fiocruz.br>. Acesso em 04/10/2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças (Coord). *Violência e exclusão social*. Niterói: EDUFF, 1999.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs). *Desenvolvimento psicológico e*



*educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Comitê Social Humanitário e Cultural da Assembléia Geral da ONU. Convenção sobre os Direitos da criança. Site do UNICEF Brasil. Brasília. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/deel\\_dir.htm](http://www.unicef.org/brazil/deel_dir.htm). Acesso em 03/12/2003.

\_\_\_\_\_. Disponível em: [http://www.unicef.org/brazil/dir\\_cri.htm](http://www.unicef.org/brazil/dir_cri.htm). Acesso em 03/12/2003.

CORDEIRO, Ana Maria. A criança e seus pais: amada ou violada. In: STEINER, Maria Helena Figueiredo (Org). *Quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São Paulo: Pioneira, 1986.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância do ABCD. *Violência doméstica*. Site do CRAMI. Santo André. Disponível em <http://www.crami.org.br/violência.asp>. Acesso em 04/10/2003.

DEAN, Andrew G. et alii. *Epiinfo*, version 6.04: a world processor database and statistics program for epidemiology on micro-computers. Atlanta, Geórgia, USA: Center for Disease Control, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

DOLTO, Françoise. *As etapas decisivas da infância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FALEIROS, Eva Silveira. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño/USU/Amais, 1995. p. 221-236.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GOIÂNIA. *Rede de atenção a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência*. Prefeitura de Goiânia, 2003.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas*. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. *Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação*. 1995. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez, 2001.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luiz. *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.

\_\_\_\_\_. *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafios*. São Paulo: EDUC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Subject, subjectivity, and development in cultural-historical psychology*. 2003.(mimeografado).

HELLER, Agnes. O futuro das relações entre os sexos. *Encontros com a Civilização Brasileira*, v.3, n° 26, 1980.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica: uma documentação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KUPSTAS, Márcia (Org). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997.

KRAMER, Sônia, LEITE, Maria Isabel (Org.) *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1997.

Laboratório de Estudos da Criança. Site do LACRI. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/>. Acesso em 04/10/2003.

LANE, Sílvia Tatiane; CODO, Wanderley (Orgs). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org). *Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Brasília: CECRIA Ministério da Justiça; CESE, 1998.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

MARQUES, M. A. B. (Org.). *Violências domésticas contra crianças e adolescentes*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MILLER, Alice. *Por tu propio bien*. Barcelona: Tusquets, 1985.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Manual de direito penal*. São Paulo: Atlas, 2000. V.2.

MOLON, Susana Inês. *A questão da subjetividade e a constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

MONTEIRO, Luiza Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

MONTEIRO FILHO, Lauro; PHEBO, Luciana Barreto (Org). *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: guia de orientação para profissionais de saúde*. Petrópolis: Autores&Agentes&Associados, 1997.

NARODOWSKI, Mariano. *Infância e poder*. La conformación de la pedagogía moderna. Buenos Aires: Aique, 1999.

OLIVEIRA, Elvira de. *Violência contra a criança*. Revista Nova Escola. São Paulo: Abril, vol VIII, no. 70, 1993.

OLIVEIRA, Maria Helena Palma de. *Lembranças do passado: a infância e a adolescência na vida de escritores brasileiros*. Bragança Paulista: EDUST, 2001.

PASSETTI, Edson (Coord). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Imaginário, 1995.

RICOTLA, Luiza. *Quem grita perde a razão: a educação começa em casa e a violência também*. São Paulo: Annablume, 1999.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide (Org). *Criança não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

RIZZINI, Irene. Crianças, adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: *Desenhos de família – criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais*. Sousa, Sônia m. Gomes; Rizzini, Irene (Orgs). Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

RESENDE, Anita C. Azevedo. *Indivíduo e sociedade*. In: \_\_\_\_\_. *O tempo do tempo: objetividade e subjetividade sob o tempo quantificado*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

ROURE, Glacy Q. de. *Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Família e violência: Historicidade de uma prática*. *Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, v. 26 n 1, Jan/mar, 1999.

ROUSSEAU, Jean J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ungovernable children: runaways, homeless youths, and children in New York and São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Antropologia, Universidade da Califórnia, Berkley, 2002.

SAWAIA, Bader Burihan. *Afectividad y temporalidad en el cuerpo teórico-metodológico de la psicología social*. Uma reflexión sobre el proceso de salud y enfermedad. São Paulo, 1995. (mimeografado)

SOUSA, Sônia M. Gomes. *Reflexo do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violência e acidentes*. Goiânia: UCG, 1999.

\_\_\_\_\_. *O significado de infância, educação e violência física contra filhos*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

\_\_\_\_\_, PERES, Vannúzia Leal Andrade. Família de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. In: RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; ZAMORA, Maria Helena (Orgs.). *Crianças, adolescentes, famílias e políticas públicas: para além do faz de conta*. Revista do Depto. de Serviço Social da PUC-RJ, dez. 2002. (mimeo).

SURRURIER, Catherine. *Elogio às mães más*. São Paulo: Summus, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1999.

ZALUAR, Alba. Exclusão social e violência. In: MAGALHÃES, Antônia Rocha & Garcia, Walter (Org). *Infância e desenvolvimento: desafios e propostas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

# APÊNDICE A

## IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

Nome da criança: Gustavo

Idade: 10 anos

Endereço:

Telefone:

## IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

Nome:

Idade: 52 anos

Grau de aproximação afetiva: pai

Profissão: porteiro

## DENÚNCIA

Data: 07/11/2002

Denunciante: mãe

OBS: o pai bate muito na criança com vara, fivela de cinto, fio de energia, mangueira, e pau.

SITUAÇÃO FAMILIAR: Gustavo morava com o pai desde a idade de mais ou menos 2 anos. Após a denúncia está morando com a mãe, o padrasto (um senhor de 70 anos), e duas irmãs (13 e 8 anos). Moram em um barracão (no endereço acima citado) muito simples, sem pintura nas paredes, porém organizado.

A família está passando por uma situação financeira muito difícil, faltando-lhes até alimento.

LOCAL DA ENTREVISTA: A entrevista foi realizada na casa da criança, especificamente no quarto da mãe.

CONTRATO: Antes de iniciar a primeira entrevista foi explicado detalhadamente a pesquisa, assim como o seu objetivo, e posteriormente lido o contrato, assinado pela mãe e 2 testemunhas.

Ficou explicitado que poderia haver mais de uma entrevista, ou seja, a quantidade necessária para a conclusão do estudo.

ENTREVISTAS: (período matutino)

**Entrevista 1:** Duração de 40 min.

PROCEDIMENTOS: Para o primeiro contato com a criança, foi iniciado um rapport, onde a pesquisadora se apresentava, falava um pouco da entrevista, estabelecia-se uma relação de confiança. Explicava-se a importância de serem gravadas as entrevistas. Depois era perguntada a rotina da criança, e posteriormente apresentada à família lúdica para a criança contar sua história, mas Gustavo contou espontaneamente sem a presença dos bonecos.

-Como é a rotina da sua vida?

*Eu trabalhava de vender trem na rua. Porque eu morava aqui quando minha mãe me criou, aí depois ela mandou eu lá pra minha tia, porque eu tinha perdido um irmão de 6 meis e meio. Aí ela me criou de lá, e de lá ela me mandou lá pra minha vó, aí meu pai foi lá e me*

*pegou, que ele tinha casado né, e me pegou de lá e me levou pra muié que ele tinha casado, que era a minha madrasta. Aí depois ela ficava me maltratando, aí ele me pegou de lá e me levou para o Bairro Rodoviário.*

-A sua madrasta te maltratava como?

*Me batia.*

-Batia por que?

*Porque eu não queria tomar banho, porque eu gosto de tomar banho é mais tarde, assim umas 7 hs, e ela queria que eu tomasse banho antes. Aí o meu pai foi e me levou lá pra onde minha avó tinha mudado, pro Bairro Rodoviário, e lá eu trabalhava.*

-Trabalhava de que?

*De vender salgado.*

-Que horário você trabalhava?

*Das 1 hs até... Voltava só lá pras 6 hs. De vez enquanto meu pai mandava a gente vender duas caixas, e eu não dava conta, aí ele brigava.*

*Também só porque eu não limpava o carro dele né, aí um dia ele tava lá limpando o carro dele, aí ele foi e jogou água e disparou o alarme, aí eu tenho medo de disparar, aí os outros vai e fala pra ele, aí ele vem e me bate. Aí eu só lavei o carro dele um dia, aí ele que lavou o resto, aí ele vem brigando com a gente.*

*Aí teve um dia que ele perdeu a chave, naonde a gente mudou, e ele tava bêbado, aí ele foi, ele ia trabalhar né, aí ele foi, antes de ir lá ele mandou eu ir procurar a chave do barracão, aí eu fui, peguei uma bicicleta das minha prima e saí até lá, aí eu não achei e voltei, aí a hora que eu voltei ele veio quase me batendo, e eu saí correndo. Aí eles tava procurando e tava perto da caixa d'água.*

*Aí teve um dia que eu tava trabaiano aí voltei com a cabeça doendo, aí eu tinha vendido a R\$0,10 só.*

-E qual era o preço?

*R\$0,15 só que o povo gosta mais a R\$0,10 aí eu peguei e vendi, aí voltei, quando eu voltei ele foi falou assim: "Você vendeu tudo?" Eu falei que vendi a R\$0,10 e ele foi e começou a brigar com a gente. Aí uma tia minha lá mandou eu comprar um cigarro, eu fui e falei: "Não, não vou não", e ele falou: "Vai logo senão eu te bato." Eu peguei esse dinheiro e fui. Eu fiz o máximo possível que eu pude pra eu vender, aí a hora que eu tava chegandon lá quase perto do supermercado ele foi e pegou um pau pra acertar em mim, aí eu saí correndo, aí eu denunciei ele na Furtos e Roubos.*

-O que mais aconteceu?

*Eles levaram eu lá pra minha outra tia.*

*Aí teve um dia que ele me jogou uma pedra, eu abaixei, e a pedra quebrou o pára-brisa do carro. Ele foi arrumou o vidro e depois foi lá e me bateu de fio.*

-Quando ele te bate, o que ele fala?

*Fala: "Você tem que ser homem". E toda hora ele fica me chamando de Gay, isso me dá raiva.*

*Teve um dia que eu fiquei com raiva dele, mas ele não sabia, aí eu fui pra escola, a hora que eu voltei era 5 e pouco, que eu não tinha vendido né, que eu estudava, ele foi e falou assim: "Vou tirar você da escola". Aí ele foi e deu um tapa bem na minha cara.*



-Por que ele quer te tirar da escola?

*Pra eu vender salgado.*

-Você matava muita aula para trabalhar?

*Ahamm!*

-Como é para você essa situação?

*Muito ruim. (Choro). Ele pode fazer alguma coisa comigo. Um dia foi eu, a minha irmã, e a minha outra irmã, e ele fez a gente rodear 5 quarteirão, levou a gente lá pro Setor Ferroviário, e apontou o dedo assim pra mim. Quase que eu caí lá daquela ponte, eu segurei na minha irmã, aquela grandona. Ele falou que eu tinha que ter medo quando eu fui lá denunciar, não é agora não.*

*Teve um dia que ele já me bateu de fio, pau e uma pedra.*

*Todo dia que eu ia pra escola ele ficava puxando minha orelha.*

-Por que?

*Não sei, eu tinha 6 anos e ele ficava puxando minha orelha.*

-E o que ele falava?

*Ficava falando bobagem, eu nem escutava. Um dia que eu tava morando aqui, eu tinha 1 ano e 6 mês, ele nunca me deu nada, minha mãe me dava água com fubá, e naquela época ele só bebia, ele só me dava uma lata de leite Ninho. Ele nem se importava por mim, nem por meu irmão, aí meu irmão morreu e a minha mãe ficou traumatizada e mandou eu lá pra minha tia.*

-Ele fala alguma coisa quando ele te bate?

*Ahamm, ele fala: "Vou te matar". Um dia eu tava dormindo, eu gosto de fingir que tô dormindo, pra escutar as coisa, aí um dia eu deitei, fingi que tava dormindo, e ele falou: "Vou te matar". Aí eu fiquei fingindo, depois eu dormi. Ele falou desse jeito pra mim.*

-O que você pensa quando ouve isso?

*Eu penso que ele pode fazer isso.*

-Você tem medo dele?

*Tenho um monte. Ele já ofendeu a diretora lá da escola que eu estudava.*

-O que você acha que ele pode fazer com você?

*Ele pode me matar, me pegar...*

-Que sentimento você acha que ele tem por você?

*Bem que não tem, mas mal eu acho que ele tem. Porque ele não gosta de mim.*

-O que você pensa de um pai que é assim com o filho?

*(Choro). É muito ruim, porque um dia ele também vai ter o castigo.*

-Como?

*Assim, meu pai fica me batendo, aí um dia ele vai ter o castigo dele. Ficar assim numa cadeira de rodas...*

-Por que você acha que isso pode acontecer?

*Acho que o povo lá da rua onde eu morava gostava muito de mim, aí pode acontecer com ele. Os outros vão lá e bate nele. Um dia um homem foi assim e falou pra minha tia que um dia vai bater no seu cunhado. Aí um dia eu fui e vi ele e ele falou que um dia vai bater no meu pai, aí eu falei pra ele não bater, aí ele foi e não bateu.*

-Por que você falou pra ele não bater?

*Tinha vez que ele era bão né. Tinha vez que ele não importava comigo, eu podia dormir na rua, dormir aonde eu quisé que ele não importava. Um dia quase que eu dormi na casa da vizinha lá.*

*Ele é assim, ele mexe com a pessoa da rua e depois vem me batendo.*

-Como assim?

*Um dia ele tava brigando, parece que tava brigando lá com a muié, aí ele começou a falar que ia me dar pescoção.*

-Ele só fala que vai te bater, mas não justifica por quê?

*Não, ele só fala que eu tenho que virar homem.*

-Como é para você ouvir isso?

*Eu sinto dor...*

-Dor aonde?

*No peito... Eu nunca vi um pai fazer isso com o filho. (Choro). Eu acho que eu fui o primeiro...a ser um deles a ser espancado. Mas minha mãe pegou e falou que eu tenho que voltar pra lá, e eu falei que eu tenho medo dele me bater, aí eu fiquei aqui. Ninguém tá se importando comigo mais.*

-Ninguém quem?

*De lá aonde que eu morava.*

-E o pessoal daqui?

*Daqui importa, o dia que eu vim pra cá com uma roupa, a minha mãe arrumou roupa com os vizinho pra mim. 2 pareia de roupa e um tênis. A minha mãe não tem condição de comprar.*

-Como você se sente estando aqui?

*Eu sinto bem. A minha mãe quando eu faço alguma coisa ela só fala comigo, ela não me bate como ele me batia lá. Eu sempre gostei do Getúlio (marido da mãe). Nós reza todo dia as 9, 9:30hs. Aí quando dá meio dia nós vai pro colégio. A gente sae de lá 5:15 e chega 5 e pouco. Dia de domingo e terça a minha mãe vai pra reunião. Ela tá lá vendo se consegue Renda Cidadã.*

-Você quer falar mais alguma coisa?

*Eu tô passando necessidade das minha coisa que ficou na outra casa, eu tô pegando tudo emprestado...A gente tá passando aperto de comprar as coisas, a minha mãe tá desempregada...*

-O que mais?

*Eu sou bom pra escrever redação. Um dia meu pai me bateu, aí eu peguei e fiz uma redação, eu chorei muito. Depois eu peguei e rasguei, porque ele podia ver depois.*

-Você quer escrever uma redação pra eu ver?  
*Ahamm! Depois eu faço a redação e te dou.*

**OBS:** A família de Gustavo nos tratou muito bem e abriu as portas de sua casa para que realizássemos quantas entrevistas forem necessárias.

Durante a entrevista Gustavo ficou emocionado, chorou muito, mas preferiu relatar sua história.

A criança se mostrou muito triste, deprimida, e ficou o tempo todo com a cabeça baixa.

A mãe ficou na sala com a outra entrevistadora, e a todo o momento subestimava a capacidade da criança, dizendo que ele mentia muito, ou seja, o relato dele não teria importância.

## **ENTREVISTA 2:** 30 min

**PROCEDIMENTOS:** Na entrevista anterior a criança disse que gostaria de contar uma história com a família terapêutica. Desta forma apresentei-lhe os bonecos e pedi que ele me contasse uma história.

-Pode me contar uma história.

*Não sei. (Sorriu)*

-Pode contar a história que quiser.

*Eu não sei como começar...Eu tô pensando, não sou muito bom nesse trem aqui não. (Sorriu) (Silêncio) Era uma vez, eu estava estudando na escola e meu pai levava eu pra escola puxando minha orelha: "Ai!"*

-E ele puxava sua orelha por quê?

*Não sei lá. (Silêncio)*

*"Vou começar." Meu pai me criou, aí minha mãe ficou me criando e ele foi embora...tomar cachaça. Aí eu cresci, e comecei a estudar, aí eu tô indo pra casa...aí de pois ele foi e me levou pra escola, aí na hora que chegou lá ele foi e brigou comigo.*

-Brigou por quê?

*Porque eu não trouxe o trem lá que precisava. Aí ele foi e voltou. Aí a minha vó falou: "Você esqueceu o seu registro, há eu vou ver se eu acho ele ali". Ela mexeu na caixa, não achou e eu fui ajudar ela, aí achou e voltei pro colégio. Aí ele fez minha inscrição, aí eu começava segunda-feira a estudar. Aí eu tô indo pra escola, aí eu tô voltando, e ele atrás de mim me vigiando, ele tava atrás lá do carro, aí a hora que eu pra correr ele me gritou: "Ou". Aí eu tive que parar, voltar pra ele ir junto comigo. "É ruim, Nossa Senhora!" Aí ele falou: "Vai vender salgadinho, senão eu vou tirar você daquela escola!", aí eu disse não, e a minha vó falou: "Vai vender salgadinho!" Aí eu falei não, aí eu peguei conjuntivite. Na hora que eu melhorei ele falou pra eu vender salgadinho, aí eu tive que ir, se eu não fosse ele pegava o cinto e "tac,tac,tac" em mim. Eu tive que pegar a caixinha e ir carregando. Aí eu vendia salgado e voltava. Aí num outro dia eu comecei a vender. Eu falei: "É R\$0,15", ninguém aceitou. Aí eu falei: "É R\$0,10", e o povo: "Tá bom". Eu voltei e falei que vendi a R\$0,10 porque o povo não gosta a R\$0,15, aí ele foi e queria me bater, aí minha tia foi e falou: "Vai comprar um cigarro pra mim", aí eu fui e falei: "Há, eu fiz o máximo que pude pra mim vender, a minha cabeça tá doendo", até os meus pé tava, aí eu tô lá andando com o dinheiro,*

*ai ele foi e pegou o pau , e a minha tia falou assim: “Corre Vinicius, Corre!”, ai eu sai correndo e ele pegou o pau e saiu correndo atrás de mim, e eu corri, corri, corri.*

-Por que ele queria te bater?

*Só porque eu falei que vendi o máximo possível que eu pude e as minhas pernas tava doendo e a minha cabeça, e a minha tia mandou eu comprar um cigarro pra ela...*

-Com qual dinheiro a sua tia pediu você pra comprar um cigarro?

*Com o dinheiro do salgadinho. Ai ele foi e correu atrás de mim, e eu corri, corri, corri. Eu atravesssei a “Piu 12” e fui direto pra lá.*

-Pra lá aonde?

*Pra Delegacia de Furtos e Roubos. De lá eu fui pra Dicca, de lá eu fui pro Conselho Tutelar, de lá eu fui pra minha tia e de lá eu vim pra cá...*

-O que mais?

*Só.*

-Não quer contar mais?

*Só de quando eu era pequeno...aqui é eu, aqui meu pai, minha mãe, meu irmão morreu, meu avô morreu, minha vó tá viva. Quando eu era pequeno meu pai era muito cachaceiro, ai ele não comprava nada pra mim. Ai minha mãe começou a me criar, ela não tinha condições de me criar. Ai ele tava bebendo cachaça, ai ela foi lá, quando ele tava na casa dele, ai ela ligou pra ele: “Me dá um dinheiro pra mim comprar uma lata de leite Linho da Parmalat”. Ai ele falou assim: “Deixa eu ver aqui... não tenho nada!”, gastou tudo com cachaça. Ai minha mãe foi lá comigo, e ninguém quis me ver, ai ela voltou comigo com os braços doendo e nunca mais foi lá. Ai passou uns tempo eu cresci e minha mãe mandou eu pra minha tia, né, depois minha mãe foi lá, me pegou e levou pra cá de novo. Minha tia teve um problema lá de família, né, ai depois minha mãe não tinha condições de me criar e levou eu pro meu pai e falou assim: “É pra você cuidar dele bem direito!” Ai a minha mãe ligou e falou se tava tudo bem e eu falei que tava. Ai eu comecei a estudar. Eu ia lá, só porque eu chegava 12:00 hs, né, ou 11:30 hs, ai ele ia lá e me batia.*

-Batia por quê?

*Só porque eu chegava 11:30 hs e era pra eu chegar 11:15 hs. Ai um dia eu tava querendo lavar o carro ai eu fui e falei: “Pai eu posso lavar o carro?” ai ele foi e falou: “Pode”. Eu tô lá lavando, ai eu fui e lavei só uma vez, ai começou a manchar, ai eu tive que lavar tudinho. Ai outro dia meu pai mandou eu lavar o carro e eu falei: “Não quero não”. Ai ele foi e falou: “Um dia esses trem vai servir pra você”. E eu falei: “Não quero”. Ai na hora que ele jogou a água o alarme do carro disparou, ai eu fiquei na janela vendo o alarme do carro disparar.*

-O que mais?

*Só, eu já contei tudo que eu tinha que te contar.*

**OBS:** Assim que chegamos na casa de Gustavo (chamado pela família de Vinicius) ele me entregou a redação que ele prometera na última entrevista. Sua mãe disse que pra ficar melhor ela ditou e ele escreveu.

Novamente o adulto subestimando a criança, achando que ele não é capaz.

Nesta entrevista a criança estava alegre, sorridente, bem diferente do último dia.

**ENTREVISTA 3: 30 mim**

**PROCEDIMENTOS:** Para finalizar a entrevista com Gustavo foram utilizados 2 procedimentos: o primeiro se deu com o uso de 6 pranchas, feitas pela Psicóloga e Artista Plástica Maria Voula Toubas, que formam uma história de violência na qual a criança vai contando e a entrevistadora fazendo intervenções. No final a criança pode escolher o final (2 opções).

Estas pranchas foram utilizadas em um trabalho anterior por Sousa (2001), sendo a segunda parte deste livro, ainda não publicada, que trabalha com crianças; o segundo foi utilizado o instrumento: “Completamento de Frases”, que proporciona à criança pensar sobre sua realidade, pois as frases são elaboradas de acordo com a vida da criança.

-Aqui tem um a história e você vai me contar como ela acontece.

*Era uma vez um menino que tava estudando, e o pai dele foi ver a prova dele, aí ele tirou...5,0. Aí o pai dele pegou o cinto pra bater nele, porque eles tava brincando de bola.*

-O pai foi bater nele por quê?

*Porque ele tirou 5,0 na prova. Igual o enjoado do meu pai... Ele foi segurou o menino e começou a bater, aí a menina sumiu.*

-Qual menina?

*A que tava brincando com ele. Ela saiu correndo. A menina foi e chamou o Conselho Tutelar pra pegar o pai dele.*

-Pra pegar o pai dele para quê?

*(Silêncio) Pra falar para ele não bater mais no filho dele...*

-Agora você pode escolher um dos finais.

*E o pai dele não bateu nele mais e viveram felizes para sempre.*

-O que você acha do pai que bate no filho?

*Ruím, maldoso, que não gosta do filho. É isso que eu acho.*

-Como você acha que é a vida de uma criança que apanha?

*Ruím, muito ruím. Quando ele tá apanhando ele pensa mal pro pai dele, entendeu? Aí ele chama os outro pra bater no pai. Ela tinha que denunciar o pai, e penso que ela queria ter um pai.*

-Queria ter um pai como?

*Bão, que explicasse porque ele tava apanhando, e ajudar ele a fazer as tarefa.*

-Como você acha que os pais devem tratar os filhos?

*Bem...com amor, carinho e respeito.*

-Quando você crescer, que for pai, como vai tratar seus filhos?

*Bem...com muito carinho. Eu não vou espancar eles, eu vou ajudar eles a fazer tarefa...e não explorar.*

-Explorar como?

*Assim...não mandar eles vende os trem na rua.*

-Agora eu vou te falar o começo de umas frases e você vai completar.

-Meu maior problema...

*Meu maior problema é meu pai, porque ele me bate...e é ruim comigo.*

-Algumas vezes...

*Algumas vezes ele me bate...fica puchando minha orelha e me dando tapa na cara.*

-Sofro...

*De vergonha, vergonha não...porque ele me bate.*

-Violência...

*Não quero não. Violência não e respeitar o filho.*

-Não posso...

*Bater.*

-Criança que apanha...

*É ruim, e fica...mal com o pai.*

-Pai que bate nos filhos...

*É ruim, tem vez que bate sem precisão.*

-Às vezes bate quando precisa?

*É.*

-Quando é que o filho precisa apanhar?

*Tem que explicar porque tá apanhando. Um dia eu cheguei lá na outra casa e o meu pai tava me esperando no portão pra me bater. Aí eu perguntei pra ele: "Por que o senhor tá me batendo?" e ele não falou.*

-Meu maior sonho...

*É ter um pai sem ser mal educado, sem ser agressivo, e respeitar eu minha mãe e minhas irmãs.*

-Minha família...

*Unida.*

-Adoro...

*Um pai.*

-Ser criança...

*É bom...tem vez que brinca e tem vez que apanha, aí é ruim.*

-Você quer dizer mais alguma coisa?

*(Silêncio) Quero estudar e ser alguma pessoa na vida. Estudar e ter um bom emprego e ser alguma pessoa na vida.*

**OBS:** Esta foi à última entrevista, por perceber que a fala da criança estava ficando repetitiva, e as mesmas histórias eram (re) contadas.

A família foi como sempre muito receptiva com a pesquisadora.

Despedi-me da criança, agradei e fui até a sala agradecer sua mãe (Juliana) e suas irmãs. Nesse momento a mãe relatou que havia batido na criança e a colocado de joelho de castigo, no dia anterior, por ficar sabendo que ele está bagunçando na escola. Mas ela diz que explica para ele o motivo, e não o espanca.

Isto nos faz perceber que a criança aceita apanhar, desde que seja explicado, pois a mãe o ensina assim.

A criança também estava alegre nesta entrevista, sorridente.

Foi aconselhado à família encaminhar a criança ao atendimento psicoterápico, mas devido à distância, e a criança estar melhor, devido à mudança de casa, a família achou preferiu esperar. Caso haja necessidade, ficaram de ligar para a pesquisadora e ela fazer o encaminhamento.

Ficou aberta a possibilidade de um novo retorno caso seja necessário.

## APÊNDICE B



**Universidade Católica de Goiás**  
**Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família**

**Levantamento das Denúncias a DICCA (Delegacia Especializada em  
Investigação de Crimes Contra a Criança e o Adolescente)**

NUMQUEST |\_|\_|\_|\_|

**I) Identificação do Questionário**

1 - Número do protocolo: \_\_\_\_\_

NUMPROT |\_|\_|\_|\_|\_|

2 - Data da pesquisa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATE PESQ \_/\_/\_\_\_

3 - Nome do pesquisador:

PESQ |\_|

(1) Lorena            (2) Aline            (3) Lorena

**II) Denúncia**

1 - Tipo de denúncia:

TPDENU |\_|

(1) física                      (2) psicológica                      (3) negligência  
(4) abandono                      (5) sexual                      (6) solicitação de guarda  
(7) risco social                      \_\_\_\_\_  
(8) conduta irregular                      \_\_\_\_\_

2 - Data da denúncia: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATE DENU \_/\_/\_\_\_

3 - Tipificação do solicitante/denunciante: \_\_\_\_\_

TIPSOLI |\_|\_|

4 - A denúncia foi feita:

DENUFEI |\_|

(1) por telefone                      (2) pessoalmente  
(3) anônima

5 - Número de crianças por denúncia:

NUMCRIDENU |\_|

(1) uma                      (2) duas                      (3) três  
(4) quatro                      (5) cinco ou mais

**III) Vítima**

1 - Nome: \_\_\_\_\_

2 - Endereço: \_\_\_\_\_

3 - Telefone: \_\_\_\_\_

4 - Idade: IDAVIT |\_|\_|

- |                    |              |              |
|--------------------|--------------|--------------|
| (1) menos de 1 ano | (2) 1 ano    | (3) 2 anos   |
| (4) 3 anos         | (5) 4 anos   | (6) 5 anos   |
| (7) 6 anos         | (8) 7 anos   | (9) 8 anos   |
| (10) 9 anos        | (11) 10 anos | (12) 11 anos |

5 - Sexo: SEXVIT |\_|

- (1) masculino            (2) feminino

#### **IV) Autor da Violência**

1 - Sexo: SEXAUT |\_|

- (1) masculino            (2) feminino

2 - Grau de aproximação afetiva com a criança: \_\_\_\_\_ GRAUAPROX |\_|\_|

3 - Profissão: \_\_\_\_\_ PROFAUT |\_|\_|

**V) Encaminhamentos dados pelos CT's:** \_\_\_\_\_ ENCAMCT |\_|\_|

Obs.: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
MESTRADO EM PSICOLOGIA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelos telefones 227-1512 ou 227-1073.

**Informações sobre a pesquisa:**

Título da pesquisa: Os sentidos da violência física intrafamiliar para crianças vítimas  
Pesquisadora responsável: Lorena Andréa da Costa (286-6568)

Objetivos: compreender qual (ais) o sentido(s) atribuído pela criança da violência física vivida; identificar qual (ais) o(s) discurso(s) a criança utiliza para explicar a situação de violência vivida; entender os contextos emocionais da vivência da violência; registrar a partir do diálogo da criança sua subjetividade e analisá-lo a partir de teorias sobre subjetividades existentes.

As informações obtidas serão a partir de crianças vindas a DICCA com o responsável para prestarem ocorrência sobre a violência com a criança.

Os benefícios inserem-se numa compreensão mais ampla do que a realização de pesquisas dessa natureza. Contribuem para o “rompimento do pacto de silêncio” da família e da sociedade, bem como auxiliar nos programas de políticas públicas aos combates da violência com crianças.

Você estará participando de entrevistas abertas, podendo ser mais de uma, em que se investigará a violência sofrida pela criança. Você poderá interromper a qualquer momento o processo das entrevistas sem nenhum prejuízo para você.

Caso a criança e a família se interessem poderão ser encaminhadas para acompanhamento psicossocial no Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil da UCG (227-1717).

Lorena Andréa da Costa  
Goiânia, 2002.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
MESTRADO EM PSICOLOGIA  
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_.

RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Crianças vítimas de violência física intrafamiliar: uma análise de sentidos” como sujeito. Fui devidamente esclarecido pelo (a) pesquisador (a) Lorena Andréa da Costa sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/ tratamento.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome do sujeito entrevistado: \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável: \_\_\_\_\_

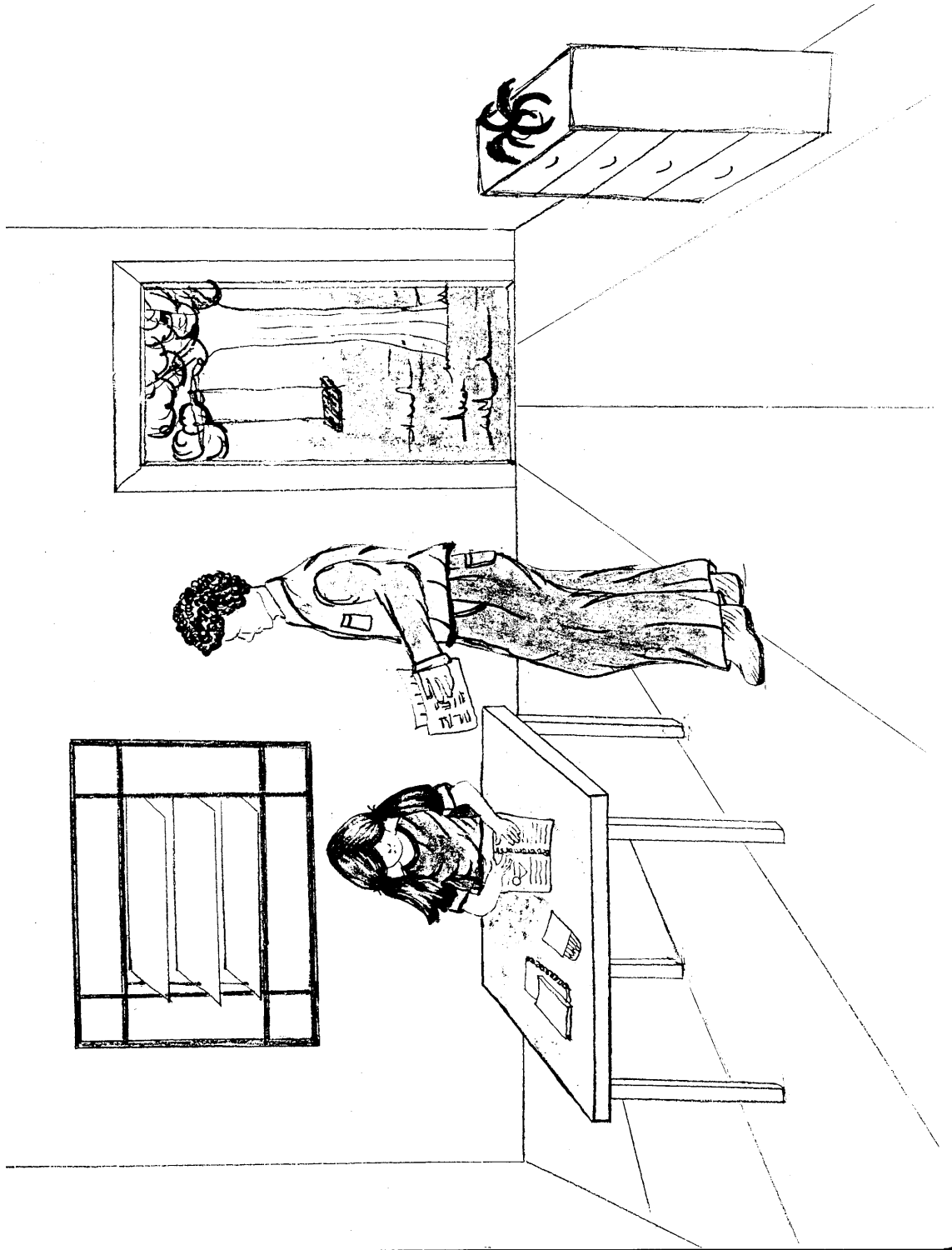
Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

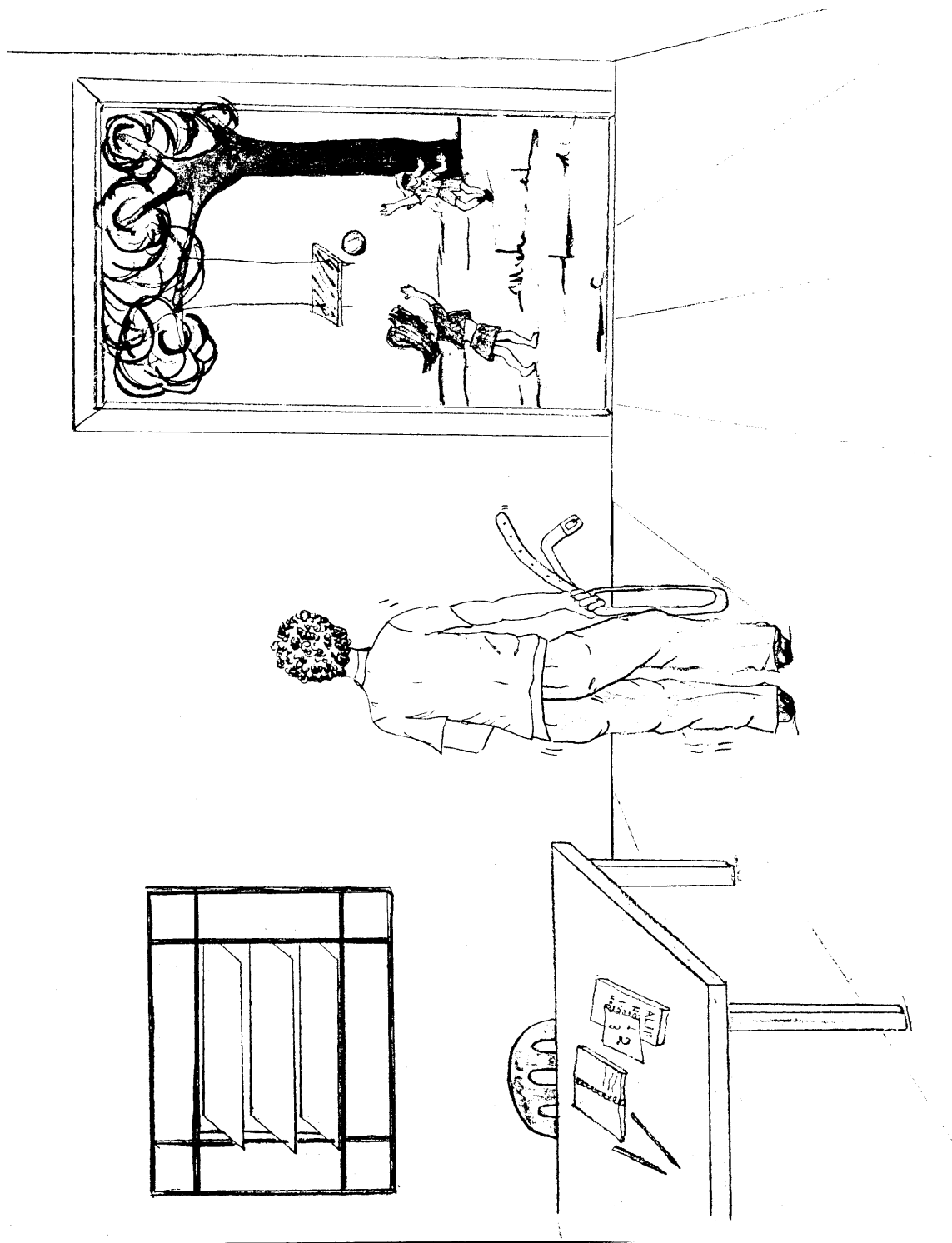
Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

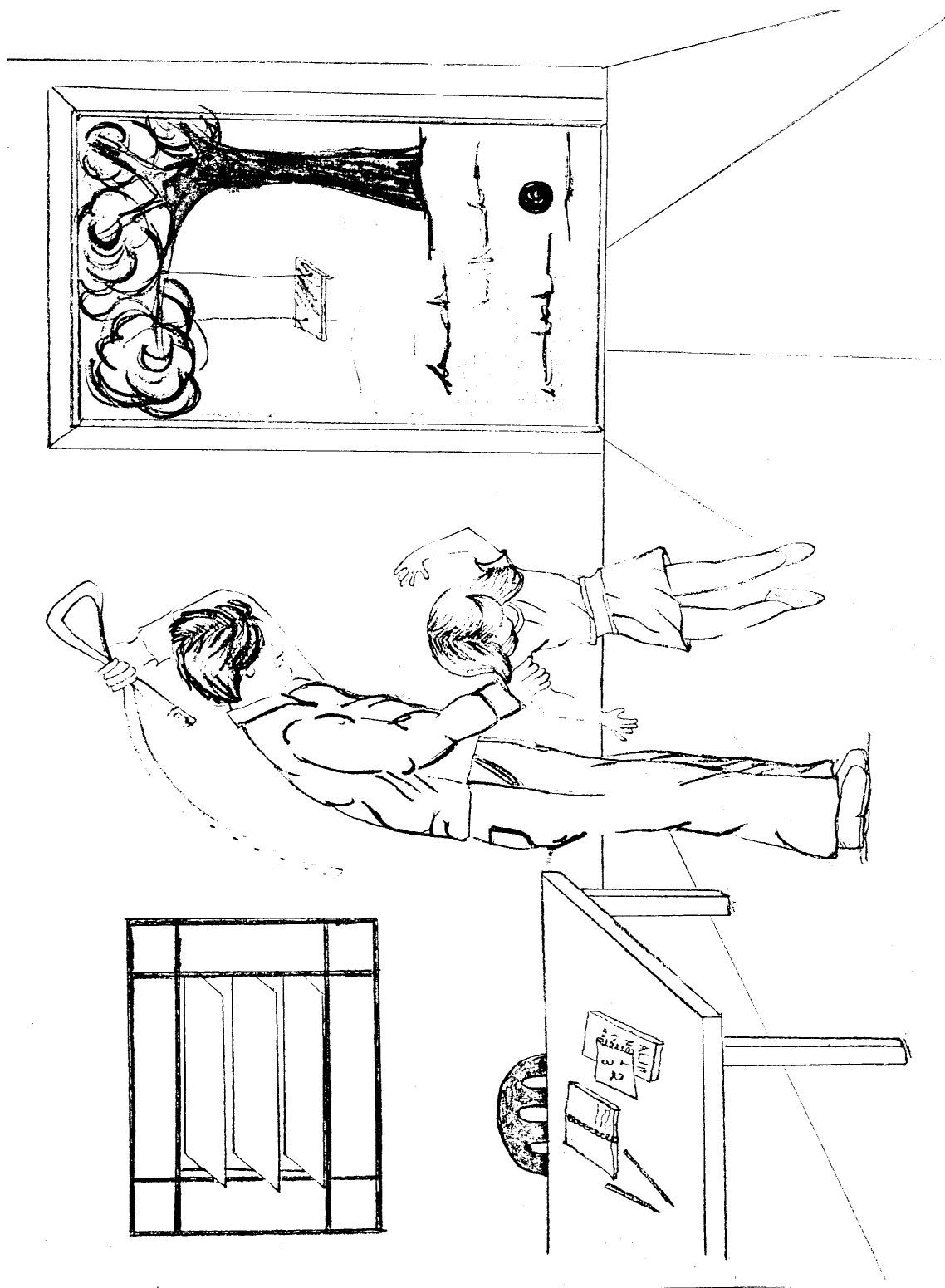
Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

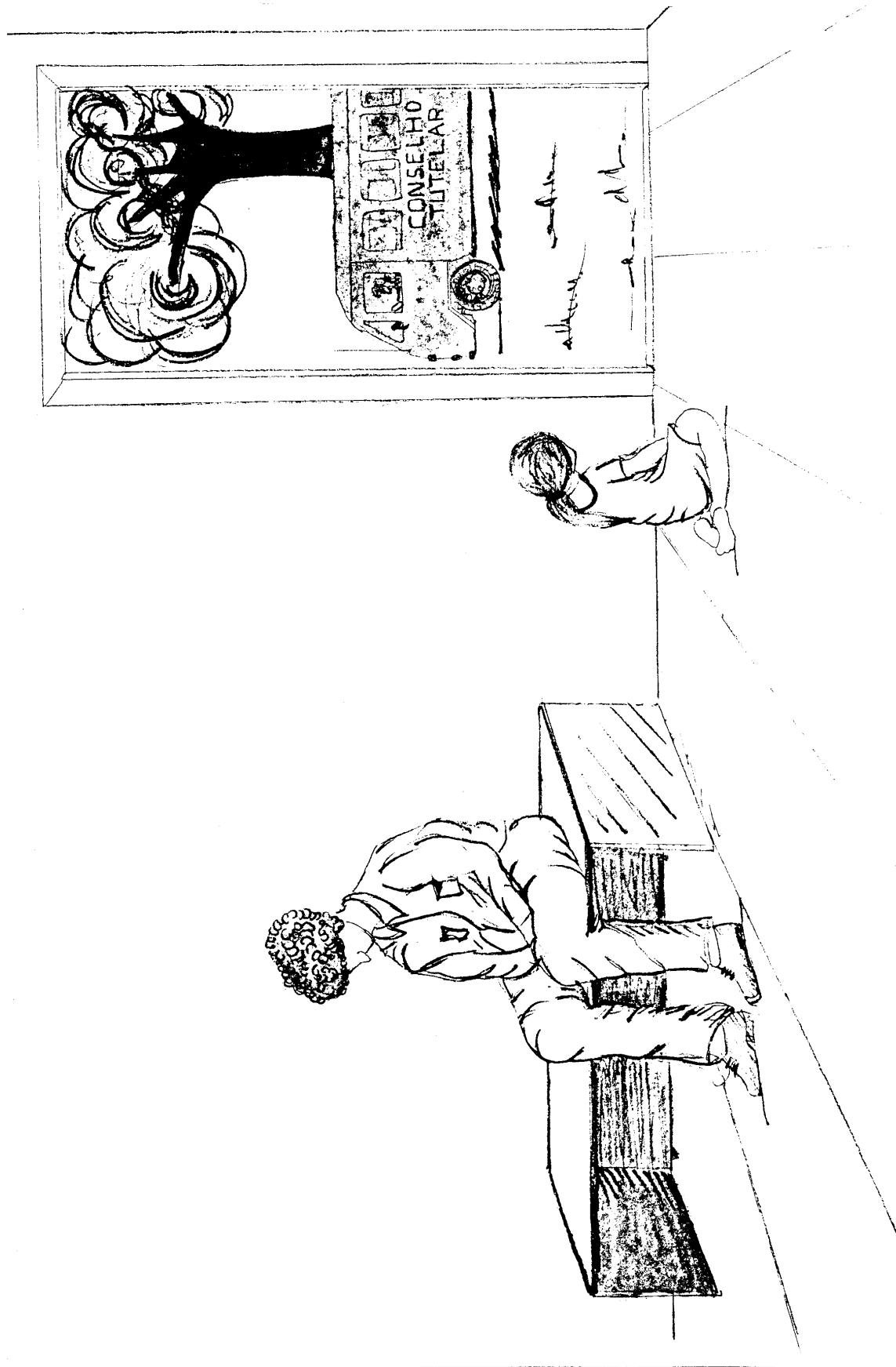
## APÊNDICE D



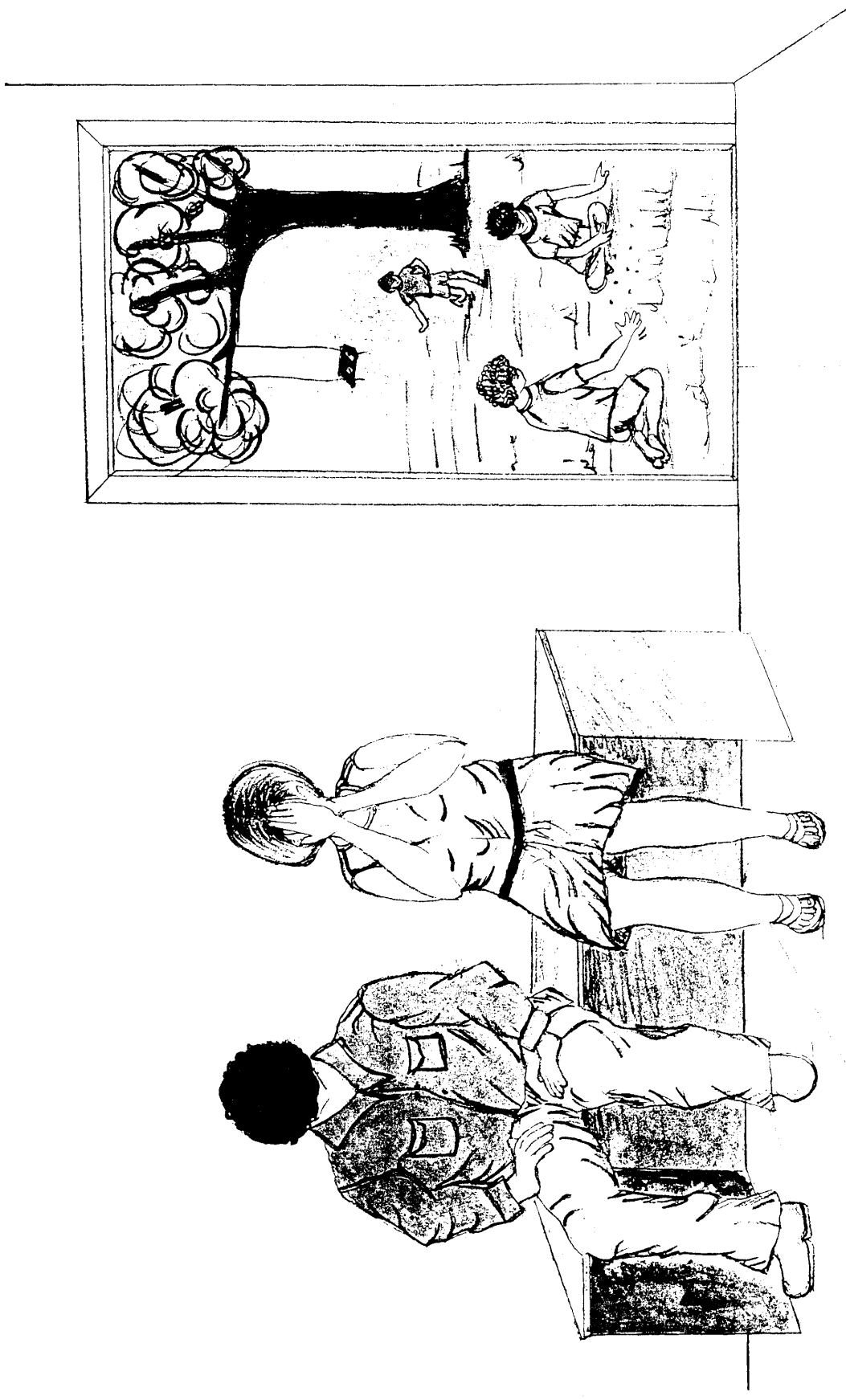












## APÊNDICE E

## COMPLETAR FRASES

-Meu maior problema...

-Algumas vezes...

-Sofro...

-Violência...

-Não posso...

-Criança que apanha...

-Pais que batem nos filhos...

-Meu maior sonho...

-Minha família...

-Adoro...

-Ser criança...

# ANEXO A



# Diário Oficial

GOIÂNIA QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998

do Estado de Goiás

ANO 162 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº 18.064

## PODER EXECUTIVO

### ACTOS DO PODER EXECUTIVO

#### Lei

LEI Nº 13.348, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998.

Concede a pensão especial que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É concedida a GISELÂNIA MONTEIRO LIMA, viúva de Cobiniano Rodrigues Teles, ex-Diretor de Operações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN-GO, uma pensão especial no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de novembro de 1998, 110º da República.

NAPHTALI ALVES DE SOUZA  
Aélson Nascimento  
Donaldo Rodrigues de Lima

#### Decretos

DECRETO Nº 4.973, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Introduz alteração no Decreto nº 4.901, de 14 de maio de 1998, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 16343026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescido de 2 (duas) unidades o quantitativo do cargo de Assessor III, de que trata o art. 1º do Decreto nº 4.901, de 14 de maio de 1998, e criado, na Fundação a que se refere o mencionado decreto, o cargo de Assessor II, com o quantitativo de 1 (uma) unidade.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém seus efeitos a 15 de setembro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de novembro de 1998, 110º da República.

NAPHTALI ALVES DE SOUZA  
Aélson Nascimento  
Josias Gonzaga Cardoso  
José Luiz Celestino de Oliveira

DECRETO Nº 4.974, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Cria, na Diretoria-Geral da Polícia Civil, a Delegacia Especializada em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Adolescente e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que consta do Processo nº 15092313/97,

DECRETA:

Art. 1º - É criada, na Diretoria-Geral da Polícia Civil, a Delegacia Especializada em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Adolescente - DICCA, de Goiânia, subordinada à 1ª Delegacia Regional de Polícia.

Art. 2º - A estrutura da Delegacia Especializada em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Adolescente é integrada pelas seguintes unidades orgânicas executivas, que a ela se subordinam diretamente:

- I - Chefia;
- II - Cartório;
- III - Seção de Investigações;
- IV - Seção de Vigilância e Operações;
- V - Seção de Atendimento Técnico;
- VI - Seção de Proteção e Guarda;
- VII - Seção de Apoio Administrativo.

Art. 3º - à Chefia da DICCA caberá a um delegado de Polícia de carreira, preferencialmente de classe especial, indicado pelo Superintendente da Polícia Judiciária e designado pelo Diretor-Geral da Polícia Civil.

Art. 4º - À Delegacia Especializada em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Adolescente compete:

- I - fiscalizar, investigar e instaurar inquéritos e procedimentos policiais nos casos de infração penal praticada contra crianças e adolescentes;
- II - desenvolver estratégias continuadas de fiscalização e repressão em locais públicos e privados, na esfera de sua competência, de forma a romper com o ciclo de impunidade dos agressores;
- III - prestar informações aos órgãos que assistem à criança e ao adolescente, quando solicitadas.

Art. 5º - Compete:

- I - ao Cartório:
  - a) elaborar os seus expedientes, zelar pela guarda dos objetos, documentos, instrumentos e armas apreendidas e arrecadadas, vinculadas a ocorrências, inquéritos e procedimentos policiais;
  - b) desempenhar outras atividades determinadas pela autoridade policial;
- II - à Seção de Investigações:
  - a) realizar investigações sobre fatos delituosos cometidos contra crianças e adolescentes;
  - b) elaborar relatórios circunstanciados sobre as investigações realizadas;
  - c) preparar dados estatísticos periódicos sobre a incidência dos tipos de delitos investigados;
  - d) desempenhar outras atribuições determinadas pela autoridade policial;
- III - à Seção de Vigilância e Operações:
  - a) proceder à vigilância, fiscalização e repressão, em locais de acesso ao público, para coibir a prática de exploração de crianças e adolescentes;
  - b) preparar dados estatísticos periódicos sobre o trabalho realizado, visando ao planejamento de política criminal;
  - c) desempenhar outras atribuições determinadas pela autoridade policial;
- IV - à Seção de Atendimento Técnico:
  - a) preparar dados estatísticos periódicos sobre as atividades desenvolvidas;



## Diário Oficial

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998  
ANO 162 - DIÁRIO OFICIAL/GO Nº: 18.000

**ESTADO DE GOIÁS**  
**GOVERNADOR**  
**HELENÊS CÂNDIDO**

**DIÁRIO OFICIAL**



CONSÓRCIO DE EMPRESAS  
DE RADIODIFUSÃO  
E NOTÍCIAS DO ESTADO

Gráfica de Goiás  
Rádio Brasil Central AM/FM  
TV Brasil Central  
Sede Própria: Rua Dona Adelaide, nº 430  
Jardim Bela Vista  
Fone: 846-6800 - Fax: 846-6823  
Goiânia - Goiás

**DIRETORIA**

ALAIR PEREIRA DOS SANTOS  
Presidente  
JÚLIO CÉSAR DA SILVEIRA PRADO  
Diretor Comercial  
NEY RAIMUNDO FERNANDES  
Diretor Administrativo  
JOÃO ROSSI NETO  
Diretor Financeiro  
WANDERLEY GUIMARÃES  
Diretor Industrial  
ROBERTO NASCIMENTO  
Chefe de Gabinete  
JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES  
Chefe da Divisão D.O. e D.J.

**INFORMAÇÕES TÉCNICAS**

**ASSINATURAS E AVULSOS**

Assinatura Semestral - CAPITAL .....	R\$ 145,00
INTERIOR .....	R\$ 165,00
OUTROS ESTADOS .....	R\$ 195,00
Exemplar Avulso .....	R\$ 1,00
Exemplar avulso-edição atrasada .....	R\$ 2,00

**OBSERVAÇÕES**

- Os originais serão encaminhados ao CERNE datilografados em espaço 02 (dois) com linhas de até 60 (sessenta) toques.
- As publicações não serão feitas antes do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas após o material ter dado entrada no CERNE.
- Balanços, balancetes e tabelas, para efeito de diagramação e cálculos, será observado um período de antecedência de 72 horas.
- Os originais serão devolvidos mediante solicitação da parte interessada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Após esta data serão incinerados.
- As reclamações quanto as matérias publicadas só serão aceitas se formuladas por escrito até 10 (dez) dias da publicação.
- As publicações e assinaturas poderão ser feitas em seguintes endereços:  
Maltz: Rua Dona Adelaide, nº 430 - Jardim Bela Vista - Fone: 846-6800  
Anápolis: Av Engª Porteira, 222 - 10º andar Cj. 1001 - Fone: 324-9021  
Centro Administrativo: Térreo - Fone: 224-3111 - Ramal 214  
Fórum: Térreo - Fone: 216-2321

Não temos agências, vendedores, intermediários ou quais quer outros credenciados para publicações e vendas de assinaturas.

**ATENDIMENTO**  
DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 07:00 ÀS 18:00 Horas

b) desempenhar outras atribuições determinadas pela autoridade policial;

V - à Seção de Proteção e Guarda:

a) receber crianças e adolescentes vítimas de crimes, su-  
prindo-lhes de imediato as necessidades físicas emergenciais;

b) encaminhar, quando for o caso, crianças e adolescentes  
vítimas de crimes a hospitais e outros órgãos de assistência so-  
cial competentes;

c) dispensar a criança e ao adolescente vítima de crime,  
proteção integral durante o curso da investigação policial, res-  
guardando a sua integridade física e psicológica, em articulação  
com os órgãos de assistência social competentes;

d) desempenhar outras atribuições determinadas pela au-  
toridade policial;

VI - à Seção de Apoio Administrativo:

a) expedir a correspondência oficial da delegacia e controlar  
a tramitação de documentos;

b) elaborar e controlar escalas de serviço, de férias e de  
licença de pessoal;

c) arquivar e manter o acervo documental e bibliográfico de  
interesse específico da unidade policial.

Art. 6º - Fica acrescido o quantitativo dos encargos gratifica-  
dos, na Diretoria-Geral da Polícia Civil, para a Delegacia Espe-  
cializada em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Ado-  
lescente, previsto no Decreto nº 3.751, de 17 de março de 1992,  
com alterações posteriores, nas seguintes proporções:

I - 1 (um) Titular de Delegacia Especializada Municipal, GEC-2;

II - 5 (cinco) Chefe de Seção GEC-3;

III - 1 (um) Chefe de Cartório, GEC-4.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publi-  
cação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goi-  
ânia, 19 de novembro de 1998, 110º da República.

NAPHTALI ALVES DE SOUZA

Aélson Nascimento

Joneval Gomes de Carvalho

**DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 198,**

**DE 13 NOVEMBRO DE 1998**

Abre créditos suplementares à Secretaria de Transportes e  
Obras Públicas e Fundo do Transportes Intermunicipal e Termi-  
nais Rodoviários.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, usando de  
suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do  
Processo nº 16426339/98 e nos termos dos arts. 6º, 8º e 9º, item  
II, da Lei nº 13.195, de 29 de dezembro de 1997, combinados  
com o art. 31 da Lei nº 4.300, de 9 de novembro de 1962,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Transportes e Obras  
Públicas 1 (um) crédito suplementar, no valor de R\$ 80.000,00  
(oitenta mil reais), para reforço de dotação consignada no vigen-  
te Orçamento Geral do Estado, a saber:

3600 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚ-  
BLICAS

3610 - Transferências a Fundos Especiais

3610.16080312.072 - Contribuições ao Fundo de Transpor-  
tes Intermunicipal e Terminais Rodoviários:

3214.00(00) - Contribuições a Fundos - R\$ 80.000,00

Parágrafo único - O recurso necessário à execução do dis-  
posto neste artigo é o caracterizado no inciso III do § 1º do art. 43  
da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a saber:

3600 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PÚ-  
BLICAS

## ANEXO B



ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA  
ART. 69 DA LEI Nº 9.099/95

Nº       /      

CIRCUNSCRIÇÃO DA:	
ORIGEM NOTÍCIA:	DATA:
INCIDÊNCIA PENAL:	
DIA E HORA DO FATO:	HORA DA COMUNICAÇÃO:
LOCAL DO FATO:	
RUA:	
BAIRRO:	
CIDADE:	
VÍTIMA(S) (NOME):	
SEXO: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	EST. CIVIL: C <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>
MÃE:	
PAI:	
DATA NASC.:	IDADE: NAT./UF
DOC. IDENT.:	Nº REGISTRO CNH/UF:
ENDEREÇO COMPLETO DA VÍTIMA (RESIDENCIAL E DE TRABALHO):	
CIDADE (UF):	TELEFONE:
AUTOR(ES) (NOME):	
APELIDO:	
SEXO: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	EST. CIVIL: C <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>
PROFISSÃO:	

MÃE:			
PAI:			
DATA NASC.:	IDADE:	NAT./UF:	
NACIONALIDADE:	COR:	BRANCA <input type="checkbox"/>	PRETA <input type="checkbox"/> OUTRA <input type="checkbox"/>
GRAU DE INSTRUÇÃO:	Nº DE FILHOS:		
DOC. IDENT.	Nº REGISTRO CNH/UF:		
ENDEREÇO COMPLETO DO AUTOR (RESIDENCIAL E DE TRABALHO):			
CIDADE (UF):		TELEFONE:	
HISTÓRICO			
TESTEMUNHAS			
1) NOME:	IDADE:	PROFISSÃO:	FONE:
ESTADO CIVIL:			FONE:
LOCAL DE TRABALHO:			
RESIDÊNCIA:			



ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

2) NOME  
ESTADO CIVIL: IDADE: PROFISSÃO: FONE:  
LOCAL DE TRABALHO: FONE:  
RESIDÊNCIA: FONE:

3) NOME  
ESTADO CIVIL: IDADE: PROFISSÃO: FONE:  
LOCAL DE TRABALHO: FONE:  
RESIDÊNCIA: FONE:

EXAMES REQUISITADOS

LESÃO CORPORAL  LOCAL DA OCORRÊNCIA  ARMA/INSTRUMENTO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ASSINATURAS

DELEGADO DE POLÍCIA:  
NOTICIANTE:  
ESCRIVÃO:

OBSERVAÇÕES

DESPACHO

Registrados os dados possíveis, seja a 1ª via do Termo Circunstanciado de Ocorrência remetida ao Juizado Especial Criminal, para os fins devidos, arquivando-se a 2ª via.

Delegado de Polícia

## ANEXO C



ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº**

AFETO: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: \_\_\_\_\_

COMUNICANTE: \_\_\_\_\_

INDICIADO(S): \_\_\_\_\_

VÍTIMA(S): \_\_\_\_\_

**\*HISTÓRICO\***

GOIÂNIA,  
COMUNICANTE:

ELABORADO POR:  
VISTO: